



## CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL

### Ata da 108ª reunião, realizada em 27 de outubro de 2017

Em 27 de outubro de 2017, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: o presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Letícia Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Andréa Leite Rios, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Cristiano Ferreira de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Francisco Chaves Generoso, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Lucilene Aparecida da Silva, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de Oliveira, da Associação Pro Pouso Alegre (APPA) e Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc); Ronaldo Vasconcellos Novais e Gustavo Henrique Wykrota Tostes, da Organização Ponto Terra; Marcelo Ribeiro Pereira, da Universidade Federal de Viçosa (UVF) – Campus de Rio Paranaíba; Cláudio Jorge Cançado e Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.**

**1) HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente suplente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 108ª reunião da Câmara Normativa e Recursal e fez leitura de memorando em que é designado para presidir a sessão em virtude da

impossibilidade de comparecimento do titular e do primeiro suplente. **3)**  
**COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**  
Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Não é um comunicado.  
Eu me inscrevi porque realmente houve uma situação que, no entendimento  
da APP – que eu estou indicada como suplente –, violou as normas. Na  
semana passada, quinta-feira, foi enviado o ofício indicando o meu nome  
como segunda suplência, precisamente porque o Paulo José é de uma ONG  
que fica em Formiga. Um horário marcado às 9h da manhã, ele só vai chegar  
aqui por volta de 10h, 10h30. E nós fomos violados nesse direito, porque a  
informação é de que não foi publicado, mesmo tendo sido enviado há sete  
dias. Eu tentei verificar isso junto com a Assessoria dos Colegiados, e a  
APPA não está compondo esta Câmara neste momento, porque o Estado  
não realizou o que deveria ser realizado. Que isso conste em ata. E a APPA  
vai avaliar se entra com uma representação, porque isso é muito grave.  
Qualquer entidade das Câmaras Técnicas e do COPAM, a qualquer tempo,  
pode indicar substituição. Ao receber um ofício, mesmo que por e-mail, o  
Estado sempre publica. E fazem sete dias, e o Estado não publicou, e eu,  
representando a APPA, não estou nesta mesa na Câmara. Eu lamento  
profundamente que o Estado, para algumas questões, tem agilidade,  
estrutura, pessoal, inclusive para fazer uma reunião seguida da Câmara  
Normativa e Recursal. Para o Estado, a DN 74 é urgente, que tem que ser  
aprovada. Para o Estado, os empreendimentos de mineração também são  
prioridade. Então, nós estamos na Câmara de Atividade Minerárias, nos  
últimos quatro meses, com reuniões de 15 em 15 dias, com toda a estrutura  
à disposição, com todo o sistema, com todas as publicações, com tudo a que  
tem direito. E uma coisa simples, que é um direito de conselheiros de  
Câmaras, que foi indicar uma suplência para estar aqui, por causa dessa  
dificuldade, já que a ONG não é de Belo Horizonte, é mais distante, foi  
violado hoje. Que fique constando em ata. Por via das dúvidas, eu me  
inscrevi para falar, e vou falar como cidadã e como ONG. Lamento,  
profundamente, que este Estado e este governo tenha pesos diferentes para  
determinadas situações. Fazer uma publicação no ‘Diário Oficial’ é muito  
mais tranquilo do que todas as alterações que têm tido, inclusive em datas  
de reunião, com cronogramas marcados no início do ano, como está  
acontecendo. É lamentável nós continuarmos testemunhando formas  
distintas de tratar os mesmos direitos, as mesmas normas, o mesmo  
Regimento Interno. E isso é, violentamente, lamentável. Que fique registrado.  
Estou solicitando que a minha fala conste, na íntegra, na ata. E espero que  
um dia eu seja testemunha neste Estado de uma coerência verdadeira em  
prol do meio ambiente, da sustentabilidade e da verdadeira legalidade.”  
Vânia Mara de Sousa Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD:  
“Senhor presidente, demais membros, presentes. Em relação à fala da  
conselheira Maria Teresa, realmente, nós recebemos, na semana passada,

81 por e-mail, uma solicitação do conselheiro Paulo, da ONG APPA. Anterior a  
82 essa solicitação dele de substituição, nós já tínhamos recebido a  
83 confirmação dele de participação tanto na 107ª como na 108ª reunião,  
84 inclusive solicitado ao Estado que pagasse para ele tanto a passagem para  
85 poder estar presente na reunião, bem como a diária. Em momento nenhum,  
86 me foi solicitada urgência na publicidade dessas publicações, coisa que eu  
87 faço sempre para todos os conselheiros. Inclusive, para esta mesma reunião  
88 da CNR foi solicitada substituição da Segov. Também o Ronaldo, da Ponto  
89 Terra, solicitou substituição de conselheiro. Essas substituições têm ônus  
90 para o Estado. Então, nós estamos aguardando para fazer todas as  
91 substituições na semana que vem. Nós vamos fazer todas juntas. Porque,  
92 para a próxima reunião – dia 8, reunião extraordinária –, todos esses  
93 membros possam participar. Na quarta-feira, o conselheiro Paulo esteve  
94 presente na 107ª reunião. Em momento nenhum ele solicitou urgência  
95 ‘porque na quarta-feira eu vou me atrasar, eu não vou poder estar presente,  
96 até que eu chegue, a minha suplência possa participar’. Então, senhor  
97 presidente e demais conselheiros, em momento nenhum houve omissão do  
98 Estado. Simplesmente, o conselheiro, que ainda não chegou, solicitou ao  
99 Estado que custeasse a sua presença aqui. E isso não foi caracterizado  
100 como urgência, tendo em vista que estaria presente. Eu estou até tentando  
101 localizar aqui o e-mail que ele encaminhou. ‘Solicito a substituição de  
102 segunda suplência’. Em momento nenhum ele falou ‘eu não estarei  
103 presente’. Eu conversei com ele, pessoalmente, por telefone, na quarta-feira.  
104 ‘Senhor Paulo, é o senhor que estará presente?’ ‘Sim, eu que estarei  
105 presente na reunião’. Então, eu gostaria também que constasse em ata,  
106 senhor presidente. Se a própria Maria Teresa tivesse falado comigo, na  
107 quarta-feira, ‘Vânia, eu que vou estar na reunião na sexta-feira, já deu  
108 publicidade ao ato?’, com certeza, como eu já fiz diversas vezes, mesmo não  
109 estando no meu local de expediente, mesmo estando fora do meu horário de  
110 expediente, de atender, sim, por entender que é prioridade dos conselheiros  
111 que o processo flua normalmente, que todos os conselheiros se façam  
112 presentes, e nós tenhamos paridade nas reuniões.” Presidente Yuri Rafael  
113 de Oliveira Trovão: “Eu quero atestar aqui a responsabilidade e o  
114 compromisso da Vânia e da secretaria que ela chefia com essas questões.  
115 Somente quem está dentro do órgão ambiental sabe do bom trabalho e da  
116 responsabilidade que eles têm. Houve, provavelmente, um mal-entendido  
117 que podia ser, inclusive, esclarecido antemão e até mesmo pela APPA  
118 falando da urgência. E não há cerceamento de defesa algum neste  
119 momento, porque a APPA vai estar presente aqui na reunião. O que  
120 acontece é que ela vai chegar em um momento atrasada, e, por ausência da  
121 publicação de uma suplência, a Maria Teresa não pode compor esta mesa.  
122 Todavia, a palavra para ela também está sendo franqueada neste momento  
123 do item 3 como nos demais itens. Então, não há cerceamento algum. Ao

nosso ver, houve talvez um desentendimento. Porque, nesta semana, como a Vânia colocou, quem está participando das reuniões, foi entregue na sexta. Então, desde segunda-feira, nós temos reuniões das Câmaras Técnicas, reuniões extraordinárias, reuniões pesadas, como foi agora a da Câmara Normativa e Recursal. Então esse volume do trabalho e a falta, talvez, da comunicação levaram a essa questão, mas eu entendo que não está sendo cerceada a defesa. E reafirmo aqui o compromisso e a responsabilidade da Vânia e da sua equipe em relação às publicações, em relação ao nosso órgão colegiado e às nossas decisões.” Vânia Mara de Sousa Sarmiento, assessora dos Órgãos Colegiados/SEMAD: “Independente de a semana de reuniões ser intensa, se tivesse sido caracterizada urgência em algum momento, pela instituição, a deliberação seria concretizada.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Primeiramente, eu gostaria também de me manifestar em relação à secretária executiva dos Colegiados no sentido de que eu vejo a diligência com a qual a mesma sempre cumpre com suas obrigações e suas incumbências. Segundo, parabenizar vossa senhoria ao franquear a palavra à representante da APPA, mesmo não sentando a esta mesa, em todos os itens de pauta, como foi feito. Eu acho que supre qualquer possibilidade de arguição de qualquer questão futura em relação a isso. Então, a partir do momento em que a palavra foi franqueada a ela em relação a todos os itens de pauta, eu acho que nós resolvemos o problema, como fez vossa senhoria. E aí eu acho que podemos seguir em frente com relação a esta reunião, que parece que vai delongar bastante, e nós temos vários itens importantes a serem apreciados.” **4) EXAME DA ATA DA 106ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 106ª reunião da Câmara Normativa e Recursal, realizada em 11 de outubro de 2017. **IMPEDIMENTO DE CONSELHEIROS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu questiono os senhores se algum dos conselheiros presentes tem alguma suspeição ou impedimento previstos no Regimento Interno.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Como já relatado na ata anterior, eu tenho impedimento para o item 6.1 da pauta. Agora, independente do meu impedimento, conforme consta do parecer de vista apresentado pela Ponto Terra, eu acho que existem outros impedimentos nesta Câmara, que eu acho que, por prudência, os conselheiros ou as entidades que porventura tenham vínculo jurídico, direto, com a empresa deveriam se manifestar ante as repercussões que isso porventura pode gerar. A empresa fez questão de arguir o meu impedimento, ela está corretíssima. Independente de ela arguir, eu iria me dar por impedido. Mas eu acho que é uma conduta que tem que ser pautada por quem está aqui sentado. Apesar de existirem setores e classes aqui representados, interesses aqui representados, a postura nossa aqui é maior do que isso. Eu acho que a conduta pessoal de cada um, a conduta ética, a conduta moral de cada um aqui deve ser devidamente avaliada e externada nos seus atos. Nós não podemos ter medo de assumir

as posições, não podemos ter medo de tomar as atitudes corretas que devem ser tomadas. Então, eu estou impedido para o item 6.1 da pauta, mas eu acho que os demais conselheiros devem pôr a mão na consciência e ver os devidos impedimentos e se manifestarem de forma clara.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu fiz um questionamento em relação aos impedimentos e aos casos de suspeição. O próprio Regimento Interno determina que, arguida a suspeição e não aceita em nenhum dos casos de impedimento e suspeição, não há efeito suspensivo para aqueles que porventura fossem impedidos ou suspeitos. Ou seja, a reunião tem o seu transcorrer, e, caso se verifique, posteriormente, algum daqueles que não aceitaram a suspeição ou impedimento, é aberto processo administrativo de sindicância. Apurado, na sindicância administrativa, que ele era suspeito ou impedido, se aplica o processo administrativo disciplinar.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Em tempo, eu quero levantar o meu impedimento no item 7.1, no próprio processo que será julgado agora, de auto de infração, uma vez que, à época em que o parecer jurídico relativo à defesa foi feito, eu era a consultora jurídica da FEAM que analisou esse processo. Então, eu me considero impedida nesse ponto.”

**5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA COPAM QUE PROPÕE A REVOGAÇÃO DA DN COPAM Nº 167, DE 29 DE JUNHO DE 2011, E DISPÕE SOBRE AS EXIGÊNCIAS PARA LABORATÓRIOS QUE EMITEM RELATÓRIOS DE ENSAIOS OU CERTIFICADOS DE CALIBRAÇÃO REFERENTES A MEDIÇÕES AMBIENTAIS.** Minuta de deliberação normativa aprovada nos termos discutidos e deliberados nesta sessão. Segue transcrição integral das apresentações, debates e deliberações. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu só queria registrar que o conselheiro Paulo, da APPA, chegou, inclusive, a tempo de deliberar sobre o primeiro item de pauta em relação às discussões de processos, que foi o item 7.1. Ele já estava presente aqui antes das 10h, então, não houve cerceamento algum de defesa ou de manifestação em relação à APPA.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Nós vamos seguir com os esclarecimentos. Houve uma baixa em diligência, que se destina a exatamente trazer os elementos que permitirão aos conselheiros deliberarem sobre a matéria. Em primeiro plano, esclarecer como a SEMAD conduziu esses esclarecimentos. Imediatamente, então, entramos em contato com o Inmetro. Mandamos ao Inmetro todo o material referente ao processo que tínhamos até então: a proposta original, a apresentação que foi feita na primeira reunião, o relato de vista do conselheiro, que opunha algumas dúvidas. Tudo o que podíamos encaminhar a eles nós encaminhamos. E indagamos, ao final, se havia incompatibilidade do artigo 9º e do inciso III do artigo 3º da proposta original com a legislação metrológica. Essa foi a indagação. Isso foi feito logo após a reunião, e nós ficamos aguardando a resposta do Inmetro. Nós insistimos, avisamos que precisávamos desse esclarecimento para, por nossa vez,

210 esclarecermos aos conselheiros e que teríamos uma reunião hoje. Também  
211 é importante dizer que contatamos a ABNT para nos esclarecer. A ABNT nos  
212 informou que a norma estava em processo de revisão e que o coordenador  
213 dessa revisão era, inclusive, um servidor do Inmetro. Então,  
214 institucionalmente, contatamos os dois atores institucionais mais relevantes  
215 para nos esclarecerem as dúvidas, para que os senhores pudessem, por sua  
216 vez, estarem esclarecidos. A resposta do Inmetro chegou há algumas horas,  
217 embora tenhamos insistido na necessidade de termos conhecimento prévio  
218 para podermos processar. Daqui a alguns instantes, eu vou passar a palavra  
219 para a colega Liliana, para esclarecer a vocês qual foi a resposta do Inmetro.  
220 Diante da possibilidade de que essa resposta não chegasse  
221 tempestivamente, a SEMAD decidiu abrir uma discussão com a Rede  
222 Metrológica. E fizemos duas reuniões com a Rede Metrológica e nos  
223 esclarecemos em uma série de pontos. Também fomos procurados por  
224 representantes de três laboratórios. Fizemos a reunião com os  
225 representantes de três laboratórios diretamente envolvidos nessa questão e  
226 ouvimos todos e todas as ponderações. E a partir desse diálogo que  
227 estabelecemos, um diálogo franco, em que a SEMAD sempre esperou a  
228 visão crítica de todo mundo que estivesse envolvido – porque o nosso  
229 interesse é ter uma norma consistente –, é que nós temos uma série de  
230 aperfeiçoamentos na redação original para trazer à consideração das  
231 senhoras e dos senhores. Eu vou passar a palavra à minha colega Liliana,  
232 que vai posicioná-los, então, sobre a resposta do Inmetro. Só lembrando  
233 que, depois de circunstanciar tudo, nós indagamos: existe incompatibilidade  
234 com a nossa proposta em face da legislação metrológica? Artigo 9º, inciso III  
235 do artigo 3.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Eu vou começar pelo  
236 esclarecimento do Inmetro. O artigo 3º diz respeito a quem poderia estar  
237 acreditando, homologando, reconhecendo competência. Ou nós poderíamos  
238 receber relatório sem acreditação. Esse é o artigo 3º. O artigo 9º fala sobre  
239 os relatórios que podem ser aceitos anteriores à publicação da norma que  
240 nós estamos discutindo. Ou seja, aqueles que foram encaminhados  
241 anteriormente à norma, desrespeitando o que a 167 previa, nós vamos poder  
242 aceitar, se esta nova deliberação for tornada válida. Nós mandamos todo o  
243 material. É importante frisar isso. Então, eles têm acesso a toda a nossa  
244 política de Estado sobre a questão dos laboratórios e não foram contrários a  
245 nenhum dos itens. Eles colocaram uma observação em relação ao atestado  
246 que nós exigiríamos daqueles laboratórios que encaminharam para nós até a  
247 data da nova deliberação, o artigo 9º. Nós colocávamos – para nossa  
248 segurança jurídica em relação aos relatórios que foram encaminhados –, se  
249 tivessem sido feitas as análises de acordo com a 17025, a necessidade de  
250 um atestado de um responsável por esse atestado. E o Inmetro considerou o  
251 seguinte. Ele não foi contrário a nenhum item da norma, inclusive de  
252 aceitarmos as universidades sem acreditação e homologação. Mas, em

relação ao 9º, ele fala o seguinte. Que se entendermos, como política de Estado, que precisamos – além ‘do ART’ que já assina no laudo que recebemos – desse outro atestado de um terceiro, eles não se opõem, não acham que é incompatível. Entretanto, a própria norma da ABNT 17025 não prevê isso. Contudo, se nós, como política de Estado, entendermos que isso é necessário, nós vamos informar para eles, que vão trabalhar uma política nesse sentido. Então, eles não têm nenhum óbice às nossas propostas. Em relação à rede, eu quero até fazer um resgate sobre o que foi dito, na última reunião, que a rede não pode fazer as vezes do Inmetro, não pode homologar. Enfim, só esclarecendo. Quem, de fato, acredita um laboratório é o Inmetro. Disso não há dúvida. Entretanto, o próprio Inmetro reconhece as competências que as redes metrológicas do país fazem dos laboratórios. Eu tomei a liberdade de entrar no documento que se chama Relatório de Estratégias para a Metrologia Brasileira. Esse relatório é um documento de estratégias do Inmetro para cada quatro anos. Eu peguei os dois últimos feitos, que são dos períodos de 2013 a 2017 e de 2018 a 2022. E lá eles traçam como seria a estratégia disso no país. Eu trouxe dois parágrafos, que são pequenos, dentro desse relatório, sobre a questão das redes. Por que eu estou falando das redes? Porque ficou parecendo que a nossa norma contraria os dispositivos do Sistema Nacional de Metrologia. E não é verdade. Eu acho que nós não conseguimos discutir bem, na última reunião, por isso estamos tentando trazer esclarecimentos antes de fazer essa revisão. O que o Inmetro, no seu Relatório de Estratégias, fala? ‘As redes metrológicas estaduais são organizações não governamentais sem fins lucrativos que congregam nos Estados diversos laboratórios de calibração e de ensaios acreditados ou não pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro. Algumas redes realizam programas de avaliação e reconhecimento da competência segundo critérios da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. Essas redes têm exercido um importante papel ao incentivar e preparar laboratórios de calibração e de ensaios para acreditação pela Coordenadoria.’ Então, elas são um caminho para que o laboratório seja acreditado. Segundo parágrafo: ‘Dependendo da disponibilidade de laboratórios acreditados e de suas necessidades de demonstrar formalmente a rastreabilidade ou comparabilidade, o usuário pode utilizar-se de um laboratório que, embora não acreditado pela Coordenação Geral do Inmetro, foi, entretanto, avaliado e teve sua competência reconhecida por uma terceira instituição, de ampla aceitação.’ Por isso, na nossa 167, e, anteriormente, na 89/2005, nós trazíamos a Rede como esse organismo. Então, não há confronto no que nós temos falado aqui, como ficou parecendo na última reunião. A Rede, sim, pode ser trazida para fazer esse reconhecimento de competências, não ferindo os dispositivos do Inmetro. É preciso entender também que, além desses da acreditação, vários organismos definem regras específicas para fazer o seu credenciamento de

laboratórios. E a acreditação do Inmetro não se encerra nela só, ela é, às vezes, um dos requisitos. Eu vou só trazer um exemplo para seguirmos a discussão. Nós temos a Rede Brasileira de Laboratórios de Análises em Saúde. Ela foi instituída por uma resolução do Ministério da Saúde e é coordenada pela Anvisa. Ela tem o objetivo de estabelecer critérios de habilitação de laboratórios e seus respectivos ensaios. Então, esse laboratório que ela vai habilitar – aí a palavra não é ‘acreditar’... Então, ela habilita o laboratório para fazer aquelas análises, desde que ele cumpra vários critérios, dentre eles, a acreditação. E ela coloca várias regras. Isso eu trouxe para vocês entenderem que a nossa 167 e a revisão trazem também, é uma política de Estado para as análises na área ambiental.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “A colega Liliana esclareceu, e agora é importante que vocês entendam o próximo passo. Não obstante a posição Inmetro, que tardou um pouco, mas a chegou a tempo de que nós pudéssemos esclarecê-los, a SEMAD decidiu trazer aperfeiçoamentos à proposta original. Que eu gostaria de apresentar como um todo para que vocês possam entender quais são esses aperfeiçoamentos, e seguirmos na discussão e na votação da proposta.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só esclarecendo um ponto que o motivo da baixa em diligência foi – justamente, como muito bem colocado pela equipe – em relação à legalidade ou ilegalidade da nossa norma em virtude de outras, federais ou estaduais. Verificou-se que não há ilegalidade alguma. Todavia, nós estamos propondo melhoramentos na nossa DN. Nos aspectos gerais em relação a esse ponto, que foi objeto de baixa em diligência – sem adentrar no mérito de artigo por artigo que vamos discutir posteriormente –, há alguma dúvida que possa ser colocada para a equipe? Porque, aí, nós já passamos para os esclarecimentos da norma como um todo e artigo por artigo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Todas que foram apresentadas no meu parecer de vista.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Mas nada impede que, neste momento, nós demos prosseguimento a artigo por artigo. O senhor está de acordo com essa perspectiva que nos foi apresentada aqui?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Da minha parte, desde que consigamos fazer um acompanhamento lógico daquilo que foi apresentado.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Apenas esclarecendo. Não obstante a questão do Inmetro, nós avaliamos que existem ganhos se aperfeiçoarmos a nossa proposta porque não teremos de nos articular com o Inmetro, buscar ajuste da política deles. Essa foi a decisão da SEMAD, em que pese a resposta deles. Nesse sentido, como metodologia, eu vou propor o seguinte. Eu vou por pontos de alteração para que vocês possam ter uma visão geral dos aperfeiçoamentos que estamos trazendo. Então, eu vou começar com o artigo 9º, que é a primeira grande alteração que propusemos na norma original. ‘Art. 9º - Para fins da análise de seus resultados, são considerados válidos os relatórios de ensaios e



339 certificados de calibração emitidos por laboratórios não acreditados ou com  
340 reconhecimento de competência, nos termos da Deliberação Normativa 167,  
341 de 29 de junho de 2011, enviados aos órgãos e entidades do Sisema  
342 anteriormente à vigência desta Deliberação Normativa, desde que sejam  
343 assinados por responsável técnico. Parágrafo Único - O envio dos relatórios  
344 a que se refere o caput deste artigo não exime o empreendedor do  
345 cumprimento dos programas de automonitoramento estabelecidos nas  
346 condicionantes da licença, no que tange aos parâmetros, frequência e ao  
347 atendimento aos limites e padrões fixados em norma específica, sob pena de  
348 aplicação de sanções previstas na legislação ambiental.' Então, em que pese  
349 a resposta do Inmetro, nós estamos aperfeiçoando a redação. A colega  
350 Liliana só me pede para ler a proposta original, sem a expressão 'para fins  
351 de análises de seus resultados' e com a previsão de que 'desde que sejam  
352 complementados com documento assinado por profissional legalmente  
353 habilitado atestando o cumprimento dos requisitos previsto na norma NBR  
354 17025, quando da emissão dos relatórios'. Conselheiro Gustavo Henrique  
355 Wykrota Tostes: "Pela própria explicação do representante da SEMAD, a  
356 explicações vêm com uma nova proposta de redação dos artigos, elaboradas  
357 pelo próprio Estado. Eu acho que seria pertinente, ante a nova proposta que  
358 o Estado está trazendo, para que evite-se uma arguição futura de qualquer  
359 vício ou cerceamento no transcorrer da análise dessa norma ambiental, que  
360 se abra a possibilidade de algum conselheiro, querendo, possa fazer o  
361 pedido de vista. Nesse sentido, eu discordo um pouco da visão do senhor  
362 quando fala que são só esclarecimentos. Os esclarecimentos estão vindo  
363 com uma nova proposta de redação. E essa nova proposta de redação, não  
364 tendo sido apresentada previamente ao Conselho, para uma análise, pode  
365 gerar algum vício no trâmite da análise legislativa ambiental. É só essa  
366 arguição que eu gostaria que o senhor considerasse." Conselheiro Adriano  
367 Nascimento Manetta: "Em face das considerações do conselheiro, eu acho  
368 pertinente lembrar que, na quarta-feira, nós estivemos aqui discutindo a DN  
369 74, e essas pequenas alterações de texto apareceram várias vezes. É uma  
370 nova proposta, mas eu entendo que o conteúdo geral está claro, está  
371 percebido, e não entendo que seja fato novo para ensejar um pedido de  
372 vista." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "É o que eu coloquei  
373 anteriormente. A proposta que está sendo apresentada para discussão é a  
374 proposta original. As modificações ou sugestões não foram apresentadas de  
375 antemão porque o que nós estamos colocando ali é somente uma sugestão  
376 em relação ao que veio da baixa em diligência. Nós não estamos trazendo  
377 nenhum fato novo, somente alguns melhoramentos de sugestão. Na  
378 realidade, o que os senhores irão votar é a proposta original, com as  
379 modificações trazidas." Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: "Nessa  
380 situação, eu acho que nós poderíamos ouvir os inscritos e fazer da mesma  
381 forma que estamos fazendo na DN 74. Perguntar quem tem destaque e em

qual artigo. Vota a norma e, depois, só os destaques.” Anderson Silva de  
Aguilar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu gostaria de  
fazer um encaminhamento ao Conselho para tentarmos criar uma dinâmica  
que vai tornar mais fácil até para os inscritos. Porque parte desses inscritos  
que estão aqui no caderno fez parte das discussões sobre a baixa em  
diligência. Então, eu gostaria de propor que apresentássemos o que a  
SEMAD concluiu sobre o relato de vista e também a baixa em diligência, que  
é incorporada às reuniões que foram feitas com os laboratórios, com a Rede  
Metrológica, a conversa que teve com a ABNT e o Inmetro. E depois  
colocamos a discussão artigo por artigo. Mas, antes dessa discussão, abrir  
para os inscritos. Porque, aí, os inscritos vão ter conhecimento do que foi  
entendido da baixa em diligência e também do relato de vista em relação à  
proposta anterior. Para não prejudicar a avaliação, principalmente dos que  
estão aqui presentes e fizeram a inscrição antes do início da reunião. Essa é  
a proposta, senhor presidente.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
“Então, terminamos essa apresentação; não é nova proposta. Continuamos a  
apresentação, com o melhoramento devido à baixa em diligência. Abrimos  
para os inscritos e discutimos artigo por artigo.” Augusto Henrique de Lio  
Horta/SEMAD: “Artigo 9º, fizemos os esclarecimentos. Agora, passamos ao  
artigo 3º. No §2º, nós temos aperfeiçoamentos. ‘Art. 3º - Serão considerados  
válidos, a partir da data de publicação desta DN, até 1º de janeiro de 2020,  
para fins de medições ambientais os relatórios de ensaios e certificados de  
calibração emitidos por laboratórios que comprovem ter iniciado os  
procedimentos de acreditação ou reconhecimento de competência, com vista  
a atender o disposto no artigo 3º e estejam cadastrados nos termos dos  
parágrafos 4º e 5º deste artigo.’ Depois de nos aprofundarmos na legislação  
metrológica, nós percebemos que o termo ‘homologação’, que constava da  
proposta original, poderia trazer algum tipo de insegurança, porque a própria  
NBR fala de ‘reconhecimento de competência’. Em articulação com a Rede  
Metrológica, nós checamos a oportunidade de trocarmos a expressão  
‘homologação’, em toda a norma, pela expressão ‘reconhecimento de  
competência’, para ficarmos mais ajustados com a NBR. Eles nos  
sinalizaram que, realmente, isso traz consistência, mais próxima, inclusive,  
do título da norma. Então, já explicando aos conselheiros: onde antes havia a  
expressão ‘homologação’, nós trocamos por ‘reconhecimento de  
competência’, razão pela qual aqui já aparece essa primeira mudança. E nós  
também, para fins de segurança, introduzimos aqui a ideia de que não basta  
que se comprove o início do procedimento de acreditação ou de  
reconhecimento para que o laboratório possa emitir laudo válido, mas  
também que esteja cadastrado nos termos dos dois parágrafos que nós  
trazemos. Na verdade, uma revisão de redação. O parágrafo 4º diz: ‘A FEAM  
manterá acesso, em seu sítio eletrônico, a cadastro dos laboratórios que  
atendam aos requisitos previstos neste artigo’. E o parágrafo 5º diz: ‘A

425 SEMAD e a FEAM editarão normas complementares disciplinando os  
426 processos de cadastramento e de descadastramento dos laboratórios a que  
427 se refere este artigo'. Essa ideia já estava na proposta original, mas nós  
428 aperfeiçoamos. E por que é importante o aperfeiçoamento? Porque pode  
429 acontecer o caso, que nos foi relatado, de o laboratório não acreditado ou  
430 reconhecido apenas iniciar o processo e passar a ter o direito de emitir  
431 laudos válidos, e nunca esse processo. O que não é do nosso interesse, não  
432 é o sentido de uma política pública coerente. Então, qual é o instrumento que  
433 nós criamos para evitar isso? Ora, o laboratório tem de comprovar o início e  
434 tem de se cadastrar. Se o processo de acreditação ou de reconhecimento  
435 não fluir como deve, nós nos articularemos com os órgãos acreditadores e  
436 de reconhecimento e promoveremos o descadastramento do laboratório.  
437 Essa é uma sanção importante para aqueles que não dão seguimento  
438 adequado ao seu processo de acreditação e homologação. Esperamos que,  
439 com esse sistema, esse aperfeiçoamento que estamos fazendo, nós não  
440 cheguemos a 2020 outra vez com uma base restrita de laboratórios  
441 acreditados ou reconhecidos e tenhamos de vir aqui discutir nova  
442 prorrogação, nova janela para os laboratórios. Então, isso já era nossa  
443 previsão, mas, em função das reuniões que houve, nós trouxemos esse  
444 aperfeiçoamento de redação do parágrafo 4º e o parágrafo 5º. Agora, eu  
445 quero apresentar outra mudança, estrutural, que fizemos na redação original  
446 e que estamos aperfeiçoando com essa aqui, que é o artigo 3º. A nossa  
447 proposta original previa três possibilidades de laboratórios, como regra,  
448 enviarem laudos válidos. A primeira possibilidade é que eles fossem  
449 acreditados. A proposta original. A segunda possibilidade, que eles fossem  
450 reconhecidos, já na terminologia nova. E a terceira possibilidade, que fossem  
451 integrantes da estrutura de centros de pesquisa e instituição de ensino  
452 conveniados para esse fim com os órgãos e entidades do Sisema, desde que  
453 acompanhados de atestado emitido por profissional legalmente habilitado  
454 comprovado que laboratório cumpre com os requisitos da NBR 17025'. Qual  
455 era a lógica desse dispositivo? Era de tratar desigualmente os desiguais, na  
456 exata medida de sua desigualdade. Nós reconhecíamos que os laboratórios  
457 que cumprem essas condições de serem integrantes de centros de pesquisa  
458 e instituição de ensino são confiáveis, são credíveis, e, portanto, poderiam  
459 enviar relatórios válidos. Mas, ainda assim, não abríamos mão do atestado  
460 de compatibilidade com a NBR 17025, porque nós entendíamos que não  
461 basta, para fins de política pública, todo o reconhecimento e a expertise que  
462 esses laboratórios teriam, mas também teriam de comprovar a sua  
463 adequação à norma. Essa era a lógica. Qual é o nosso aperfeiçoamento  
464 diante das discussões e do posicionamento da SEMAD? Nós retiramos esse  
465 dispositivo. No entanto, construímos uma outra possibilidade de articulação  
466 com a universidade. Não nos interessa perder a articulação com a  
467 universidade. E aí estamos sugerindo esse aperfeiçoamento. 'Os resultados

de medições ambientais realizados por laboratórios integrantes de centros de pesquisa e instituições de ensino, mesmo que não acreditados ou com reconhecimento de competência, poderão ser utilizados nas atividades dos órgãos e entidades do Sisema, desde que conveniados para este fim'. Por quê? Porque nós entendemos que, se eles, laboratórios integrantes de centros de pesquisa e universidades, estiverem prestando serviço para nós, Sisema, e não para o mercado, aí, nesse caso, desde que conveniados, mesmo que não reconhecidos ou acreditados, possam nos encaminhar laudos. E nós vamos avaliar, claro, a competência da universidade no momento de convênio com a mesma. Isso para evitar o seguinte problema. Como esses laboratórios, o pressuposto é que não sejam acreditados ou tenham reconhecimento de competência, e como, no caso de poderem prestar serviços a terceiros e esses terceiros disporem de laudos de laboratórios homologados ou acreditados, nós teríamos uma diferença: os relatórios das universidades não acreditados ou homologados e os relatórios de terceiros com essa condição de proximidade com a norma NBR. Nós percebemos que isso poderia trazer alguma fragilidade e, portanto, realinhamos a proposta nesses termos aqui.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Eu só queria complementar um pouquinho a fala do Augusto da importância do trabalho das universidades com o Sisema. Eu vou dar um exemplo pequenininho de como nós usamos a universidade para nossa atividade finalística. Nós temos uma deliberação normativa que traz valores de referência de qualidade do solo do Estado. São valores que se utilizam para avaliar se o solo foi ou não contaminado. Para fazer esse estudo, nós utilizamos a expertise das universidades e dos centros de pesquisa do CDTN. Eram pesquisas básicas, de fato, pesquisa de laboratório, de coleta, que trouxeram esse resultado para nós. Por isso não queremos prescindir disso. Não é que vamos usar de forma ‘vou contratar para qualquer coisa’. Não. E mesmo o nosso convênio tem regras específicas. Tem que ser feito um edital de chamamento das universidades, e isso é público. Então, seria uma forma, inclusive, de a população saber o que nós estamos fazendo e, inclusive, os laboratórios, porque às vezes podem se sentir prejudicados em relação a isso. Mas, na realidade, é um procedimento que é público. Mas a importância desse trabalho com as universidades é nesse sentido. Muitas das coisas que nós temos aqui de dado de pesquisa nós trazemos das universidades, e esse conhecimento não pode ser perdido, não podemos prescindir desse serviço em relação ao que o mercado oferece de análises para a iniciativa privada. Por isso que nós fizemos essa distinção. Não querendo um mercado paralelo, mas, diferentemente, querendo utilizar a expertise das universidades.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Seguindo, ainda, com aperfeiçoamentos. Na verdade, o artigo 8º. Eu vou pedir a ajuda do subsecretário Anderson para explicar.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização

511 Ambiental/SEMAD: “O artigo 8º, em relação à proposta que já foi lida e  
 512 também decorrente do relato de vista e também da baixa em diligência e a  
 513 conversa com a ABNT e também com o Inmetro, a Rede Metrológica e os  
 514 laboratórios, a redação ficou da seguinte forma. Até o dia 1º de janeiro de  
 515 2020, vai igualar o prazo com o artigo 9º. ‘Não serão sujeitos a exigência de  
 516 acreditação ou reconhecimento de competência’, trocando o termo  
 517 ‘homologação’ pelo termo que é usado atualmente – mais adequado – pela  
 518 17025. ‘Nos termos do artigo 3º da Deliberação Normativa, as medições  
 519 ambientais efetuadas por profissionais autônomos que prestam serviços de  
 520 medição de nível de pressão sonora e vibração no entorno de atividades ou  
 521 empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental.’ O §1º ficou: ‘Após  
 522 o dia 1º de janeiro de 2020, as medições que refere o caput deverão ser  
 523 realizadas por laboratórios acreditados ou com reconhecimento de  
 524 competência nos termos do artigo 3º da Deliberação Normativa.’ O §2º ficou  
 525 exatamente como era a DN 167 e até DN 89 e todas as anteriores, de que a  
 526 instrumentação tem que ser calibrada por laboratório acreditado ou com  
 527 reconhecimento de competência. Isso iguala ao mesmo tempo àquela janela  
 528 que está se abrindo para que os laboratórios entrem no processo de  
 529 reconhecimento. Contudo, não era cobrado do profissional autônomo. Essa  
 530 baixa em diligência, essa conversa com as entidades, Rede Metrológica,  
 531 ABNT, Inmetro e também os laboratórios deixou muito claro para nós que  
 532 devemos, sim, solicitar desses. Nós ficamos muito preocupados com o  
 533 impacto sobre a demanda que ia ter e a oferta, mas foi esclarecido que,  
 534 nesse prazo de dois anos, é possível a adequação sem nenhum  
 535 comprometimento em relação à análise ambiental.” Augusto Henrique de Lio  
 536 Horta/SEMAD: “Esses são os aperfeiçoamentos mais relevantes, e agora só  
 537 alguns quase que de técnica legislativa mesmo. É o que eu disse a vocês.  
 538 ‘Reconhecimento de competência’ ao invés de ‘homologação’. Pode parecer  
 539 preciosismo, mas é para adequação à técnica legislativa. Estava escrito  
 540 antes ‘o caput deste artigo’, é revimos para ‘o caput’, como a técnica  
 541 legislativa determina que seja feito, a não ser quando a remissão à própria  
 542 norma é relevante. Também uma alteração que fizemos, no caso das  
 543 amostragens. No artigo 4º, inciso II, alínea c). ‘Cada lote de amostra deverá  
 544 estar acompanhado de um relatório descritivo do qual conste atestado  
 545 emitido por profissional legalmente habilitado de que os procedimentos de  
 546 amostragem e acondicionamento estão de acordo com as exigências  
 547 metodológicas pertinentes, apensado ao relatório de ensaio encaminhado  
 548 aos órgãos ou entidades do Sisema.’ Eu vou pedir à colega Liliana que  
 549 explique.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “O que acontece? Essa  
 550 alínea c) sempre existiu na 167 e nas anteriores. O nosso grande problema,  
 551 então, em relação a esse artigo é a questão da amostragem. Como política  
 552 pública, nós ainda não temos condição de exigir que os próprios laboratórios  
 553 vão a campo, façam a coleta de tudo e façam as análises. Então, nós

554 permitimos que o próprio empreendedor faça essa coleta. Só que ele tem  
555 que obedecer esses critérios. E o que nós pedíamos para ele? Pedíamos  
556 esse atestado emitido. Só que esse atestado não vinha junto com as  
557 análises. Ele nunca veio. Não tinha essa exigência. E nós colocamos isso,  
558 ele tem que estar apensado ali, com alguém se responsabilizando. É uma  
559 exigência antiga, mas as emissões atmosféricas de fonte fixa já são feitas  
560 pelos laboratórios, porque não tem jeito de o empreendedor fazer. Então, o  
561 próprio laboratório já faz. Com o ruído, a mesma coisa. O responsável pela  
562 análise vai a campo e tem que fazer, porque tem que levar o equipamento.  
563 Então, todos os ensaios que precisam de o equipamento estar em campo já  
564 vão estar sendo feitos pelo próprio laboratório. Teria, aí, efluente líquido.  
565 Solo eu acho mais complicado, porque solo tem técnicas específicas, então,  
566 o laboratório faria isso em campo. Tem um procedimento muito mais  
567 complexo de fazer a coleta, então, de um modo geral, o laboratório vai a  
568 campo. E resíduos da mesma forma, são ensaios muito complexos. Mas o  
569 que teríamos de janela era realmente para efluente líquido, que é mais fácil  
570 de se coletar, e se pode remeter ao laboratório, desde que preserve a  
571 amostra e tudo o mais. Então, nós queremos que o atestado continue sendo  
572 feito por quem coletou, um responsável habilitado, mas esse atestado virá  
573 junto com o ensaio. E nós conseguiremos ver quem está fazendo e tomar  
574 alguma medida nesse sentido. Então, por isso que, ainda, como política  
575 pública, neste momento, pela situação que nós já apresentamos, na outra  
576 reunião, sobre a distribuição dos laboratórios no Estado, isso inviabilizaria o  
577 cumprimento do nosso programa de automonitoramento, ainda permitir que a  
578 coleta seja feita, quando for possível, pelo próprio empreendedor. Não é o  
579 melhor dos mundos, nós entendemos.” Anderson Silva de Aguiar,  
580 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “A maioria dos  
581 laboratórios fazem as coletas quando pegamos as medições ambientais.  
582 Então, vibração é o próprio laboratório, ruído é o próprio laboratório. Solo, é  
583 comum os laboratórios fazerem, porque têm a técnica de quarteamento para  
584 ter uma amostra, então, o laboratório mesmo já faz a própria coleta. Nós  
585 temos em relação às medições hídricas, de efluentes. Algumas vezes nós  
586 recebemos laudo do órgão ambiental, e vem uma nota explicativa de que  
587 aquele ensaio é referente à amostra que foi entregue ao laboratório pelo  
588 cliente. Então, nós queremos que o cliente, o empreendedor responsável  
589 pelo cumprimento da medida, também diga que cumpriu as normas de  
590 coleta, de preservação da amostra e tudo aquilo que outras normas  
591 anteriores já colocam.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Na verdade,  
592 é o último aperfeiçoamento que eu tenho a apresentar. No inciso II do artigo  
593 7º, Parágrafo Único. Parágrafo Único. ‘Os responsáveis pelas atividades ou  
594 empreendimentos que realizam medições ambientais utilizando um ou mais  
595 equipamentos citados nos incisos I a III do caput ficam obrigados a: II -  
596 Manter arquivados e devidamente catalogados, durante o período de cinco

597 anos ou durante a vigência da licença ambiental'. Antes, a redação era 'da  
598 vigência da LO ou da AAF.' Como nós estamos na iminência de alteração da  
599 DN 74, nós, claro, percebemos a oportunidade e absoluta conveniência de já  
600 nos referirmos a licença ambiental e não termos nenhum risco de  
601 incompatibilidade dessa norma com a que virá." Beatriz, da Engequisa: "Eu  
602 sou da Engequisa. Nós somos um laboratório homologado desde 2009 e  
603 estamos com certa indignação em relação a essa discussão, desde que não  
604 fomos chamados, nós, laboratórios que estamos desde 2005 tentando nos  
605 adequar a essa DN 167. E estamos de boa-fé, agindo para entregar um  
606 trabalho com ética. É um laboratório que faz um ensaio que é reconhecido.  
607 Então, nós temos o interesse de demonstrar para vocês que o trabalho que  
608 nós tivemos, desde essa época, não pode ser assim desmerecido de forma a  
609 não nos chamar para essa discussão. Pelo que eu entendi, foi mencionado  
610 que não existem laboratórios em Minas Gerais que estejam homologados. E  
611 eu digo para vocês aqui, com muita honra, que nós somos homologados há  
612 mais de 200 ensaios, inclusive cobrindo toda a T.187, da Copasa, e as  
613 demais normas que estão vindo aí. E vimos trabalhando com isso desde  
614 então. Igualar nós, que estamos trabalhando para isso e mantemos a boa-fé  
615 e o trabalho justo, não é digno, não podemos fazer dessa forma. Então, nós  
616 temos que ser ouvidos, sim, e isso não pode ser tratado com duas moedas.  
617 Nós estamos aqui já com cinco anos da vigência dessa norma, e agora nos  
618 deparamos com essa colocação de que poderão ser recebidos laudos de  
619 laboratórios que não são homologados. A norma 17025 não é,  
620 simplesmente, um certificado, ela é uma avaliação de cada ensaio. Então,  
621 tem que ser vista dessa forma. Nem todos os laboratórios vão estar  
622 homologados para todos os ensaios. Então, se nós pudermos investir em  
623 pessoas, investir em ensaios, em materiais de referência, que é o necessário  
624 que seja feito, então, eu acho que é possível que todos os outros laboratórios  
625 também se adéquem, inclusive as universidades. Se são reconhecidos, para  
626 eles, é até mais fácil. Se eles são competentes, eles têm condição até maior  
627 de já estarem homologados pela ISO 17025, porque têm condições e  
628 tratamento diferenciado, podem comprar equipamentos com maior facilidade  
629 e têm vários outros incentivos que nós, privados, não temos condição. Então,  
630 nós estamos abertos a discussão, sim, mas eu acho o seguinte. Atestar um  
631 ensaio que foi feito há um tempo atrás, alguém assinar que está atendendo a  
632 17025 é demonstrar que não conhece a norma, porque a norma é por  
633 ensaio. Então, se não foram usados materiais de referência, se as pessoas  
634 não estavam treinadas, se não acompanharam um procedimento de forma  
635 como foi mencionado, então, eu, sinceramente, acho que estamos falando  
636 aqui de duas moedas. Eu acredito que, sim, normas têm que ser revistas,  
637 mas eu acho que, para isso, nós, da comunidade, dos laboratórios  
638 reconhecidos temos também que ser consultados para isso. Isso surgiu não  
639 sei de onde, nós ficamos indignados. Eu não sei como surgiu essa

640 revogação, e ficamos sabendo de última hora. Então, o que nós queremos é  
641 que sejamos tratados de maneira igual. Se existem laudos para ser  
642 avaliados, que foram anteriores a 2011, ok., mas aqueles que foram aceitos  
643 após 2011, são cinco anos. E outra coisa: a norma 17025 permite que se  
644 contratem outros laboratórios já reconhecidos. Então, se não existem  
645 laboratórios em outras áreas, que ainda não são reconhecidos, que iniciem o  
646 processo e contratem aquilo que eles não fazem, como nós fizemos.  
647 Ninguém aqui, nenhum laboratório vai ser homologado em todos os ensaios  
648 que forem necessários, mas, então, que procurem aqueles que são  
649 homologados.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A equipe vai se  
650 manifestar em relação aos apontamentos em momento posterior. Só  
651 salientar, neste momento, que nós estamos na terceira reunião discutindo  
652 essa DN. Falar que não houve tempo, que não pôde se manifestar quanto ao  
653 que está sendo colocado não é verdadeiro, porque a todo tempo nós  
654 escutamos a população e os interessados, e estamos na terceira reunião  
655 discutindo essa mesma norma. E eu tenho certeza de que o tempo todo a  
656 SEMAD esteve aberta às contribuições.” Thiago Freitas, da ALS: “Só  
657 completando a frase da Beatriz, o que ela quis dizer é que nós não fomos  
658 comunicados, não foi informado, não foram passadas informações para  
659 todos, e eu acho que nem a FEAM estava ciente. Em relação aos  
660 apontamentos da SEMAD, muito me assustou quando ele coloca que  
661 pesquisou, e nenhum laboratório do Estado de Minas Gerais é acreditado  
662 para analisar 17 parâmetros dos efluentes da Conama 430. Isso me assusta  
663 porque eu tenho 14 anos que trabalho com laboratório de análises  
664 ambientais. Eu já trabalhei em quatro laboratórios no Estado de Minas  
665 Gerais, e todos eles possuem acreditação para atender. Eu posso apontar e  
666 enumerar para vocês. Outra coisa também que me assustou bastante é  
667 vocês aguardarem a resposta do Inmetro em relação a acreditação ou  
668 homologação. É tão fácil o acesso para vocês. Se vocês querem saber se  
669 tem laboratório acreditado e homologado no Estado de Minas Gerais, é só  
670 entrarem no site do Inmetro ou no site da Rede Metrológica. Lá tem todos os  
671 laboratórios, com escopo de acreditação de cada um. Hoje eu sou gerente  
672 do laboratório regional da ALS e tenho acreditação em mais de 120  
673 parâmetros. E acredito que os outros laboratórios, como a Engequisa que  
674 apresentou aqui e os demais laboratórios também são acreditados. Aponto  
675 para vocês laboratórios acreditados no Norte de Minas Gerais, no Sul de  
676 Minas, no Centro-Oeste, no Triângulo Mineiro. Então, isso tudo me assusta.  
677 Eu acho que a pesquisa da SEMAD foi falha. Está muito fácil o acesso a  
678 essas informações. Outra coisa também que me assusta é vocês falarem em  
679 relação à parte da amostragem. Para quem conhece tecnicamente, eu sou  
680 químico e posso falar para vocês: o início da análise começa na  
681 amostragem. Como o cliente pode coletar essa amostra e mandar para o  
682 laboratório? Você está produzindo prova contra você? Você acha que



alguém vai fazer isso? Isso vai garantir a qualidade e a segurança, a qualidade da análise. Vocês sabiam que tem parâmetros que são feitos em campos, e têm que ter equipamentos calibrados? Isso me assusta um pouco. Então, a parte do esclarecimento técnico eu acho que está um pouco falha. Me assustaram muito mesmo essas informações, porque são informações de fácil acesso, você pode entrar no site do Inmetro e no site da Rede, e vocês vão apontar. Eu fiz uma pesquisa, no site da Rede já tem mais de 20 laboratórios no Estado de Minas Gerais, acreditados, e, no Inmetro, mais de 30 laboratórios também. Então, está fácil o acesso, você consegue visualizar o escopo e conferir se esses 17 parâmetros não são acreditados. Deixo aqui a indignação da forma que está sendo levado, da forma que está sendo tratada, sendo que a DN 89 começou em 2005 e todos os laboratórios tiveram tempo até em 2008 de credenciar seus laboratórios na ISO 17025, ou pela Rede ou pelo Inmetro. Em 2008, foi prorrogado novamente até 2011. Então, nós estamos falando de 2005, tiveram seis anos de adaptação. De 2011 para cá, os laboratórios já acreditados, trabalhando de forma correta, mantendo a qualidade exigida hoje pela FEAM. E agora, depois de 12 anos, levantar um discurso desse? Se os laboratórios tiveram seis anos para se adaptar e até agora não se adaptaram, será que vão se adaptar em dois? E eu tenho certeza: tem laboratórios acreditados e aptos a atender todo o Estado de Minas Gerais. Só deixo o dever de casa para todos, para pesquisarem no site. Está fácil o acesso.” Ana Luiza Dolabela: “Eu faço parte, como suplente, do Conselho Curador da FEAM, sou técnica aposentada da FAEM e estou aqui, no momento, representando o Conselho de Química do Estado de Minas Gerais. Então, eu corroboro com as colocações anteriores dos laboratórios, as colocações que foram feitas, e manifesto a minha preocupação porque eu sou da época em que se discutiu com os laboratórios, e nós, nessa época, tínhamos um anseio muito grande, realmente, da homologação desses laboratórios. Porque, vejam bem a situação no Estado de Minas Gerais: nós não temos, o Sistema de Meio Ambiente não tem um laboratório próprio. Então, a possibilidade de o órgão ambiental, vamos dizer, na dúvida em relação a qualquer análise, tirar uma contraprova e pode analisar por sua conta, essa possibilidade hoje praticamente inexistente. Nós já tivemos convênio com o Cetec. Nessa época, era muito mais fácil, mas agora a possibilidade praticamente inexistente. Então, vejam bem a gravidade do que nós estamos analisando aqui. Desde 2005, quando foi publicada a DN 89, a gente vem prorrogando. A situação que os laboratórios estão colocando para o Conselho Regional de Química é a seguinte: é que, infelizmente, em função dessas prorrogações sucessivas, os laboratórios investem pesadamente em equipamentos, em treinamento de pessoal para estarem homologados ou acreditados ou, vamos dizer, em condições plenas de fornecer os laudos, e aí concorrem com relatórios que não tomam as providências esperando realmente que o órgão público venha

prorrogar esse prazo. Então, esses laboratórios homologados, provavelmente, têm, inclusive, preços um pouco mais elevados, porque tiveram um dispêndio grande para se homologar, para treinar e ficam agora, por mais dois anos ou mais um pouquinho – porque é até 2020 –, concorrendo com esses laboratórios que estão sempre confiando que o Estado vai prorrogar e prejudicando a qualidade ambiental do Estado de Minas Gerais. Porque, vejam bem, o analista ambiental, muitas vezes, só tem o laudo de análises para poder se embasar. Só um desse laboratório. E eu manifesto também a minha preocupação em relação à coleta indiscriminada por terceiros, porque nós sabemos, do ponto de vista técnico, que, se uma amostra não for bem coletada e não for bem preservada, invalida todo o laudo. E, finalizando a minha fala, eu concordo com as falas anteriores também que pontuaram que o Estado de Minas Gerais, felizmente, tem uma competência técnica grande na área de medições ambientais, análises físicas, físico-químicas em geral, e que o fato argumentado na ata que eu li dizendo que na região Norte não tem laboratórios, é muito simples, basta apenas que um laboratório homologado faça coleta e mande para o laboratório central, vamos dizer, instalado em Minas Gerais. Nós já tivemos casos de análises mandadas para o exterior, quando o Brasil não tinha competência para realizar essas análises no solo nacional. Então, eu queria pedir um cuidado bastante especial. Eu achei que as modificações apresentadas pela equipe, pela doutora Liliana, pelo doutor Augusto melhoraram, mas eu continuo demonstrando uma preocupação muito grande pelo que eu acho que é crucial na DN, que é a prorrogação do prazo até 2020.” Rodrigo Kasbergen: “Primeiro, registrar que as alterações já foram em benefício da primeira versão que nós recebemos e manifestar o seguinte: em relação ao artigo 9º, resolve um problema dos relatórios recebidos pela SEMAD não conforme com o que foi exigido, mas promove um perdão aos laudos entregues fora desse padrão exigido para os outros laboratórios. E que os outros três participantes aqui falaram que nós estamos desde 2005 aqui buscando a qualidade em relação a esses resultados e laudos entregues à SEMAD e que existem diversos laudos que não possuem essa situação dentro do sistema e que, neste momento, vão ser perdoados e comparados, de igual para igual, com as empresas que têm um padrão de qualidade exigido do outro lado da moeda. Então, resolver esse problema, mas cria essa sensação de impunidade. Porque, nesse momento, nós poderíamos ter entregue, durante dez anos, laudos sem certificado de acreditação da ISO 17025, e outros laboratórios entregando com a certificação estão sendo tratados da mesma maneira. Em relação ao artigo 8º, melhorou bastante o que foi proposto hoje. E eu queria deixar registrado que existem maneiras e maneiras de se fazerem as coletas em campo. E que, quando se permite a qualquer pessoa fazer essa coleta em campo, sem uma devida acreditação por uma entidade idônea, você permite que erros

acontecem sem que quem recebe o laudo final perceba. Muitas vezes, quem avalia esse laudo final não tem um grande conhecimento em relação à coleta, só em relação ao resultado e aos limites que a legislação permite. E a coleta é muito importante nesse caso. Existe diferença de equipamentos, existem equipamentos que não dão calibração, que são vendidos no mercado a valores bem baixos e que podem ser utilizados para fazer essa coleta. E existem laboratórios que dão certificados de calibração sem o certificado, sem o símbolo do Inmetro, para esses equipamentos. E vai ter uma chuva de relatórios dentro da SEMAD nessas circunstâncias. Então, é muito importante que a coleta seja tão bem avaliada ou acreditada quanto as análises em laboratórios específicos. Essa coleta é muito importante. Como os outros participantes aqui falaram, você pode, muito bem, coletar já pensando no resultado que você quer obter de um laboratório acreditado, basta você querer e estar disposto a ultrapassar o limite da ética. É isso que eu queria registrar.” Kleber Vasconcelos: “Eu sou Kleber Vasconcelos, sou diretor da Rede Metrológica. Como envolvido também neste processo desde o início da 167, eu venho aqui dizer para vocês que são com muita calma e qualidade as palavras da Dra. Liliana referenciando os documentos do Inmetro, mostrando o envolvimento da Rede Metrológica nesse mundo da qualidade. É importante dizer que, na reunião passada, logo no final dela, houve um momento em que se trouxeram dúvidas sobre a relação e a capacitação das redes metrológicas nesse processo de qualidade laboratorial. Eu queria dizer também que existe hoje um ser superior na metrologia brasileira, que é o Conselho Nacional de Metrologia, que é comandado pelo Inmetro e tem mais 30 entidades participantes, entre elas, as Forças Armadas, a Anvisa, e todos os outros departamentos e ministérios estão representados também. E nós fazemos parte desse Conselho, já há mais de quatro anos, como representante da Rede Metrológica. Então, eu queria dizer que nós estamos alinhados com os processos de qualidade da ISO 17025. Como é dito aqui, e já foi dito também e explicado, é uma ISO mundial, crítica para ambiente, meio ambiente, principalmente alimentos, onde o Inmetro, por acordos internacionais, não pode delegar, como delega para outras entidades, que é o caso das ISOs 9001, 14001, que tem outras entidades que podem fazer as suas certificações. Então, a Rede é uma associação sem fins lucrativos, parceira da SEMAD há muito tempo. E, como o Dr. Anderson falou, nós tivemos duas ou três reuniões com o objetivo, inclusive, representando os nossos laboratórios, representando a ISO 17025 e representando também os interesses do comércio e do Inmetro, de melhorar um pouco o texto que foi apresentado com muita competência pelo Dr. Augusto. Vimos, realmente, muitas melhoras. E o mais importante para dizer para vocês, sem entrar nos aspectos técnicos, é que várias das nossas observações foram acolhidas, e a preocupação da SEMAD com a qualidade do meio ambiente e a qualidade dos laboratórios nos chamou atenção como

sempre. Não vimos, em nenhum momento, nenhuma ação e nenhuma atitude que não tivesse como pano de fundo a qualidade e os interesses do meio ambiente. E, aí, reforço, mais uma vez, que a parceria nossa com a SEMAD e deixo aos senhores conselheiros que estou à disposição para qualquer dúvida que possamos tirar sobre esse assunto.” Michele Barros: “Eu quero só manifestar que a 17025 é uma norma muito técnica e realmente traz muitas discussões entre as partes interessadas, a fiscalização, os certificadores e os laboratórios que realizam os ensaios. E deixar claro. Eu trabalho desde 2010 nessa área atendendo, principalmente, os laboratórios de meio ambiente, e nós vemos, claramente, a melhoria na prestação de serviços desses laboratórios. Eu tenho contato direto com o pessoal das áreas de sismografia, de ruído, de análise de água, efluente atmosférico, análise de solo, contato direto e constante com os laboratórios reconhecidos, com os responsáveis, e vemos o envolvimento claro desses laboratórios que são hoje reconhecidos, desde a solicitação até as manutenções necessárias. Realmente, para a área de ensaios, a acreditação ou o reconhecimento de competência que é exigido é extremamente importante e realmente uma demonstração formal da qualidade do resultado desses ensaios, uma confiabilidade maior na emissão desses resultados. Então, é uma iniciativa louvável a manutenção dessas certificações na área de meio ambiente em Minas.” Krisdany Cavalcante: “Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a compreensão e o entendimento dos senhores e das senhoras em terem acolhido as contribuições que nós fizemos na reunião passada. Inclusive, ao presidente, no sentido da baixa, e ao Anderson, em nome de toda a assessoria, por ter nos recebido também para o diálogo. Foi um diálogo longo, foram cinco horas de reunião fazendo os esclarecimentos, fazendo as discussões. E estamos vendo aqui hoje o resultado, as correções as quais nós consideramos. Tem até uma apresentação que eu passei para a assessoria no sentido dos esclarecimentos que são necessários. Nós estamos aqui em um ambiente, em um fórum de formulação de política pública, e o texto apresentado, que estava em pedido de vista... Agradeço também ao conselheiro Gustavo, com quem também estivemos dialogando, dada a preocupação que tínhamos. Nós não temos condição de pensar um regulamento que não tenha uma convergência com outros regulamentos. Então, eu trouxe aqui um slide, ele faz parte de um conjunto de apresentações. Não foi elaborado por mim, mas é importante para a gente compreender que existe o Sinmetro, que é o Sistema Nacional de Metrologia, existe o Conmetro, que é o Conselho Nacional de Metrologia, e existe o órgão executivo, que é o Inmetro. Dentro do Inmetro, nós temos a Cgecre, que é a responsável pela acreditação dos laboratórios. E temos os comitês técnicos, dentre eles, o comitê de normalização, que é o CBN, o Comitê Brasileiro de Normalização. Então, dentro do Conmetro, nós temos a participação de dez ministérios, a CNI. Essa composição é dinâmica. E

temos também a ABNT, que é uma entidade civil. É importante entender o papel das entidades públicas e das entidades civis. A ABNT é uma associação civil sem fins lucrativos, só que ela foi reconhecida por uma resolução do Conmetro, que dá ela autonomia para trabalhar a elaboração de normas brasileiras e representar o Brasil nos fóruns internacionais de normalização. Dentro da estrutura do Sinmetro, nós temos a participação dos ministérios, como eu já citei. E o meio ambiente é uma das questões mais relevantes. E aí entra a questão da acreditação de organismos e laboratórios. Isso tem a ver com uma relevância até do ponto de vista da ordem do comércio mundial. Quando falamos em adotar uma norma ISO/IEC, que a ABNT também adota, a NBR ISO/IEC 17025, isso tem um impacto mundial na prestação de serviços e o reconhecimento de quem toma os serviços de um laboratório acreditado. Eu não vou me ater aos slides, porque o objetivo aqui não é fazer essa apresentação, mais é importante entender que o processo de acreditação, como foi dito aqui pelo representante da Rede Metrológica, é exclusivo ao Inmetro, igual eu afirmei na sessão passada. Assim como eu afirmei também, na sessão passada, que esse fórum aqui tem a competência para reconhecer a Rede Metrológica de Minas Gerais, que também é uma associação civil sem fins lucrativos, assim como a ABNT. Só que, para o trabalho que ela presta, ela precisa ser reconhecida pelo poder público, pelo Estado, senão a validade do serviço que ela presta fica restrito a seus associados. Está aqui o processo de acreditação, e eu vou deixar os slides à disposição das senhoras e dos senhores. E gostaria agora de me ater à questão do conteúdo. Foi colocada aqui, pelos outros laboratórios, a preocupação com relação à questão do prazo, foi colocada preocupação com relação a amostragem. Eu os tranquilizo, do ponto de vista da amostragem, no tópico da amostragem, porque isso é um item técnico e é conteúdo da ISO 17025. E a ISO 17025, como qualquer outra norma técnica, passa por revisão periódica a cada cinco anos. E ela está em revisão. Então, esse item é objeto de tratamento de conteúdo técnico. Com relação à equidade dos temas, também foi acolhido, as propostas apresentadas trazem essa equidade. E com relação às instituições de ensino, sabermos diferenciar o papel da pesquisa do papel da prestação de serviço. Eu acho que as redações que foram trazidas aqui hoje compreenderam esse papel de fazer esses ajustes que eram necessários para termos, realmente, uma política pública bem formulada. Então, mais uma vez, eu agradeço a todos, agradeço ao Estado pelo diálogo e me coloco sempre à disposição dos senhores para quando precisarem.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Eu gostaria de esclarecer aos conselheiros que o posicionamento do Inmetro que nós esclarecemos aos senhores no início da exposição foi emitido pela Divisão de Acreditação de Laboratórios, da Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro, que é esse organismo que aparece na apresentação.” Allan Mendes: “Meu nome é Allan, sou

898 diretor do laboratório de calibração e medição. A minha sugestão é bem  
899 pontual, é referente ao artigo 7º, Parágrafo Único, item II: ‘manter arquivado  
900 e devidamente catalogado durante o período de cinco anos’. No item b) está  
901 informando que é em formato impresso: ‘os documentos comprobatórios das  
902 calibrações, manutenções e outras intervenções realizadas periodicamente  
903 nos equipamentos’. A minha sugestão é que inclua também a opção do  
904 documento digital, com a certificação digital, que, inclusive, a legislação  
905 brasileira já prevê a substituição de documentos impressos por documentos  
906 digitais. E aí eu reforço que é muito importante que seja com certificação  
907 digital. O Brasil tem uma das tecnologias mais evoluídas, mais seguras do  
908 mundo em termos de certificação digital, e eu acho que não faz muito sentido  
909 obrigar a imprimir um documento que já é válido digitalmente.” Presidente  
910 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu agradeço a contribuição. É verdade.  
911 Hoje, no Tribunal de Justiça, nós temos assinatura digital por meio do token,  
912 que é muito mais seguro e menos dispendioso para o Estado. Depois a  
913 equipe se manifesta quanto a esse ponto.” Marco Antonio Vecchi: “Eu sou  
914 professor da UFMG e vim aqui pensando. Eu tinha conhecimento do texto  
915 anterior em relação à parte metrológica. Eu trabalho na parte de ruído e  
916 vibração. A princípio, 90% do que eu imaginava que deveria ser foram  
917 atendidos na nova revisão, nas proposições. E uma coisa que sempre me  
918 preocupou muito foi que há um tempo atrás saiu uma resolução dizendo que  
919 bastava um Crea de uma pessoa física para que aquele laudo fosse você  
920 reconhecido. E essa coisa ficou comigo por muito tempo, ‘isso não pode ser’.  
921 Então, hoje parece que está sendo contemplado. Parabéns para o pessoal.  
922 Eu só quero dar um exemplozinho que talvez choque bastante e que  
923 entendam bastante o que eu quero dizer com isso. Se você for fazer a  
924 medição de ruído em campo, se você medir perto de um grilo... Às vezes  
925 você vai lá medir o ruído do ambiente, porque a indústria está fazendo o  
926 ruído, e tem uma relação do ruído ambiente. Se ele for alto, então, você  
927 permite mais ruído gerado pela indústria ou qualquer outra atividade. Se  
928 você medir próximo de um grilo, você pode chegar a 60 db. A indústria chega  
929 lá, e vai dar menos de 60. Às vezes, você tem relatórios contraditórios. Ruído  
930 ambiente é bem superior, às vezes, do que o ruído da fonte geradora. Isso é  
931 exemplo típico de que realmente precisa ir para campo, e o operador tem  
932 que saber medir. E não dá para você fazer essa transferência de coleta de  
933 dados com laboratórios, principalmente de ruído e vibração. De vibração  
934 ainda é outra coisa bem mais complexa, porque a forma como você ajusta o  
935 equipamento, você muda completamente os resultados. Então, aquela  
936 brincadeira. O contador. ‘Quanto deu a conta? Estou devendo ou estou com  
937 crédito?’ Basta um ajuste na contabilidade, e você consegue remexer em  
938 diversos desses parâmetros. A mesma coisa acontece com ruído e com  
939 vibração, que é a área que eu entendo. Então, eu acho que o texto vem  
940 muito em cima, essa alteração. Parabéns, mais uma vez. Eu acho o prazo de

dois anos muito longo para que aja isso, porque nós estamos fazendo um retrocesso. Eu acho que aqui não é o momento, mas, no meu pensamento, deveria ser acreditada e não só reconhecimento da Rede. Mas esse é um passo para, daqui há alguns anos, porque, como disse o próprio Inmetro, essa é uma etapa para preparação para acreditação. Então, dar um tempo para isso, e daqui a um longo tempo tenha isso. Outra coisa que também sempre me chamou muita atenção é o fato de termos técnicos preparados dentro do governo para analisar os laudos. Eu não vejo essa coisa muito clara também não. Eu acho que está faltando competência. Me desculpe aqui a Secretaria de Meio Ambiente, mas falta competência técnica para fazer análise de laudos de vibração e de ruído no Estado. Talvez tenha uma ou duas pessoas. Eu não sei quantas pessoas, estou por fora, não tenho número, mas vejo acontecer coisas que não deveriam estar ocorrendo, e esses laudos estão passando. Se estamos regulamentando, vamos colocar a necessidade de certificação ou acreditação, então, por que não aparelhar o Estado com pessoas capazes de fazer análise desses laudos? Talvez aí seja um bom filtro para referenciar e atestar essa qualidade desse trabalho que nós estamos buscando. Eu tinha mais uma coisa agora a falar, que é a respeito das universidades. A questão do laboratório é uma prestação de serviço mais ampla, é um conhecimento já adquirido que está disponível no mercado, e a pessoa busca esse conhecimento de maneira que vai fazer o investimento, um investimento muito caro para ser comparado com apenas uma pessoa que tem uma ART ou alguma coisa assim ou que não tem laudo, não tem um certificado específico na área. É um investimento muito grande desses laboratórios. Nesse sentido, a universidade, inclusive, dificilmente tem a condição de ser acreditada. Todo o processo da norma de acreditação a universidade não passa por isso. Agora, a universidade tem uma competência interna muito forte, que ela pode realmente contribuir em coisas em que você demanda conhecimentos que não estão muito claros ou então até pareceres, uma contraprova ou alguma coisa. A universidade está disponível.” João Carlos da Silva: “Eu sou diretor da Sequência Engenharia. Nós somos um laboratório com reconhecimento de competência da Rede Metrológica desde 2010. Para não ser repetitivo – e o tempo é muito curto – eu queria dizer que agradeço a Subsecretaria de Regularização, que nos escutou em algumas reuniões que nós fizemos nesses últimos dias. Os pontos de melhoria que foram colocados aqui atendem à quase totalidade dos questionamentos que nós fizemos em relação à redação anterior. Mas eu vou querer, então, focar mais um item que eu acho principal, que é a questão do prazo. Esse prazo que está sendo colocado, até 1º de janeiro de 2020, qual é o objetivo desse prazo? A colocação que está sendo feita é que é propiciar que haja novos laboratórios que atendam a determinados parâmetros que hoje não estão bem atendidos pela rede de laboratórios atualmente existente. A minha preocupação é a seguinte. Qual foi a

modificação feita para tentar melhorar esse controle dentro desse prazo de dois anos? Foi instituída a questão desse cadastro e serão colocadas regras para o cadastramento e descadastramento dos laboratórios. E, se eles não estiverem no cadastro, não vão poder fazer parte desse grupo de laboratórios que, não tendo nem acreditação nem reconhecimento de competência, mas, mesmo assim, durante esse período até 1º/1/2020, poderão emitir esses laudos para atendimento ao sistema. A minha colocação é a seguinte. Eu tenho – não diria desconfiança – um certo receio de que a operacionalização desse cadastro realmente vai conseguir ser feita nesse prazo de dois anos e que isso realmente vai garantir a qualidade do resultado desses laboratórios que não estão nem reconhecidos nem acreditados. Eu acho que é uma questão que tem que ser muito bem tratada dentro da Secretaria para que, realmente, isso possa ser efetivo. Eu também acho que esses dois anos a mais não produzirão a eficácia que é esperada com essa resolução, com essa decisão. Eu acho que, quando foi feita, lá atrás, a DN 89, que deu três anos para os laboratórios entrarem em processo de reconhecimento e obterem a sua certificação, ao final daqueles primeiros três anos, teve que ser prorrogada a sua efetividade porque muito poucos laboratórios realmente acreditaram que aquilo ia vingar. Eu acho que o que nós estamos fazendo agora, dando novo prazo para isso, realmente, nós estamos dando mais uma chance para que esse período passe e a base de laboratórios cresça pouco, por causa desse prazo a mais. Eu entendo – como já foi colocado por outros laboratórios aqui antes – que, se essa norma está efetiva até hoje, quem não realmente buscou se acreditar ou se reconhecer, não será por causa desses dois anos a mais que essas empresas vão se movimentar nesse sentido. Então, eu acho que a questão do prazo realmente tira uma certa força desses laudos que estão sendo apresentados e que eram uma evolução que o Estado tinha conseguido. Como estou mais envolvido com o setor mineral eu entendo que hoje a mineração, por exemplo, é um setor que está sendo questionado pela sociedade daquela apresentação dos resultados dos laudos que ela mesmo apresenta, daqueles resultados das análises dos estudos que são feitos em cima do processo da mineração, e que isso, com a acreditação e o reconhecimento de competência, era uma força que nós tínhamos para dizer: ‘Olhe aqui, nós somos obrigados a seguir uma série de normas, e os nossos laudos têm força, porque tem o reconhecimento de competência em cima disso’. Se retiramos essa exigência, para a sociedade, eu entendo que nós podemos estar sinalizando que nós estamos afrouxando esse controle. E eu acho que não é momento de nós afrouxarmos o controle, e o momento de nós reforçarmos isso. Então, a questão do prazo é a única colocação que eu tenho. Eu acho que, se esse prazo fosse menor, ele estaria sendo mais bem utilizado para poder atender o objetivo principal dessa normativa, que é regularizar a situação das empresas que não conseguiram até hoje estarem



1027 regularizadas perante a DN 167. Então, dar um prazo de dois anos a mais eu  
1028 acho que não vai ter a efetividade que é esperada.” Alexandre Antonini: “Eu  
1029 sou diretor técnico de um laboratório da área de vibrações interligado muito à  
1030 questão genérica de todas as fontes possíveis e vim aqui agradecer,  
1031 inicialmente, também o Estado por ter tido a oportunidade de ser um dos  
1032 componentes que conversaram com o Estado no sentido de poder estar  
1033 melhorando a proposta inicial. Então, foi nos dada essa oportunidade. Muito  
1034 obrigado, Dr. Augusto. Muito obrigado, Liliana. Muito obrigado, Dr. Anderson.  
1035 E nós conseguimos avanço. Como eu sou o último a falar ou o penúltimo  
1036 nessa matéria, vão ser um pouco repetitivas as dúvidas que ainda temos. As  
1037 nossas dúvidas são: o prazo extenso, de dois anos, para tentar aferir essa  
1038 eficácia de que os laboratórios vão realmente serem reconhecidos; aumentar  
1039 essa rede propiciando aos contribuintes que tenham acesso a mais  
1040 laboratórios; e a questão também que ainda está por vir que é o  
1041 cadastramento junto à Secretaria de Meio Ambiente, como ela vai conseguir  
1042 formatar todo esse processo em tempo hábil dessa janela que está sendo  
1043 aberta entre hoje e 2020, quando não será mais permitido a entrada de  
1044 laboratórios que não sejam reconhecidos. Enaltecer também o Estado de  
1045 Minas Gerais, porque ele foi pioneiro na questão da DN 167 no sentido de  
1046 exigir laboratórios reconhecidos. Nós não podemos deixar que, neste  
1047 momento, o Estado faça com que alguns contribuintes acreditem que nós  
1048 vamos ter amanhã uma nova oportunidade de deixar a não regulamentação.  
1049 As leis estão aí, elas estão a cada vez exigindo mais de nós no sentido de  
1050 sermos éticos, sermos imparciais. Então, cobrem isso. Eu concordo com os  
1051 laboratórios que vieram aqui também e que estão, de certa forma, se  
1052 sentindo prejudicados, porém, dentro da nova redação, atende os meus  
1053 anseios, a não ser com essas duas ressalvas: tempo e o cadastramento. De  
1054 toda forma, muito obrigado. E a missão agora está com vocês, membros da  
1055 mesa, de definir.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, nos  
1056 finalizamos as inscrições. Eu passo para a equipe, caso queira fazer as  
1057 manifestações em relação ao que foi colocado. Se não já passamos artigo  
1058 por artigo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Presidente, eu,  
1059 enquanto relator de um dos pareceres de vista, após a apresentação dos  
1060 representantes da SEMAD, ou não compreendi alguns itens ou ainda possui  
1061 várias dúvidas e gostaria que, se possível, fossem esclarecidas antes de  
1062 entrarmos no texto ponto a ponto. Se fosse possível.” Presidente Yuri Rafael  
1063 de Oliveira Trovão: “É aquilo que nós manifestamos no início em relação às  
1064 vistas, se os assuntos poderiam ser tratados artigo por artigo. Eu só estou  
1065 solicitando aqui que, em relação às manifestações – foram algumas de  
1066 aspecto geral – em relação até à elaboração da própria minuta da DN, se a  
1067 equipe quer se manifestar. O que eu acho, Dr. Gustavo, é que, como já  
1068 estávamos encaminhando artigo por artigo, nós podemos sanar todas as  
1069 dúvidas nessa discussão.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:

1070 “Porque, com a proposta de entrada de novos parágrafos e de supressão de  
1071 parte de incisos, mudou-se toda a dinâmica estrutural.” Presidente Yuri  
1072 Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Então, vamos fazer assim.” Conselheiro  
1073 Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Porque tem algumas questões que são  
1074 de ordem geral. Eu acho que contribui para a celeridade.” Presidente Yuri  
1075 Rafael de Oliveira Trovão: “Faça o que é de ordem geral, porque a equipe já  
1076 vai tratar de ordem geral em relação às colocações. Faça o que é de ordem  
1077 geral, porque depois já passamos artigo por artigo.” Conselheiro Gustavo  
1078 Henrique Wykrota Tostes: “A primeira questão, o item 1 que eu apresentei,  
1079 coaduna com a fala dos laboratórios. Eu levo em consideração a parcialidade  
1080 deles e, logicamente, o juízo de valor. É realmente essa questão do prazo.  
1081 Se há necessidade de ser esse prazo delongado. A segunda dúvida que me  
1082 traz: o aumento desse prazo estimularia realmente novas habilitações, novos  
1083 processos de habilitações de novos processos de acreditação de  
1084 laboratório? Ou você invertendo essa lógica, não dando prazo, estimularia os  
1085 laboratórios já habilitados e acreditados aumentarem a dispersão de atuação  
1086 no Estado. Por quê? Porque você fechou a porta. A partir do momento em  
1087 que você fechou a porta, não tem mais dúvida. E aí tem o mercado. Ou seja,  
1088 ou eu estou acreditado ou a habilitado para atuar ou estou fora do mercado.  
1089 E aí você, realmente, estimularia uma maior possibilidade de acreditação e  
1090 de habilitação. E, como os próprios laboratórios falaram, eles hoje concorrem  
1091 com pessoas com valores inferiores retirando, muitas vezes, a possibilidade  
1092 de aumentarem a disseminação ao nível estadual. Logicamente, eu não  
1093 tenho conhecimento técnico sobre isso. Logicamente, eu entendo a  
1094 parcialidade por parte dos laboratórios. Eu estou instigando vocês a fazer  
1095 uma análise sobre essa nova lógica, que eu acho que é pertinente. Então,  
1096 esse é o primeiro ponto. O ponto 2, que é a questão daquele profissional, no  
1097 artigo 3º, inciso III, eu achei que ficou extremamente pertinente, porque  
1098 vocês incluíram um parágrafo. Fico bom. Outro item que me preocupa – e de  
1099 uma maneira objetiva – é a questão das amostras. Se nós estamos sendo  
1100 tão criteriosos em relação a acreditação e a certificação, eu imagino que isso  
1101 seja no sentido, inclusive, de facilitar o trabalho de quem vai fazer análise.  
1102 Por quê? Porque aquilo que é acreditado e habilitado, para determinado  
1103 procedimento, vai adotar procedimentos com menos risco de influência em  
1104 relação ao trabalho que está sendo desenvolvido. Mas, a partir do momento  
1105 em que você abre a possibilidade de a coleta de amostra ser efetuada pelo  
1106 próprio empreendedor, você contamina, a meu ver, todo o processo  
1107 subsequente. Porque todo o processo de avaliação e de emissão de laudos  
1108 é em cima das amostras apresentadas. Como o próprio professor da UFMG  
1109 Vecchi aqui deixou claro, se você tem amostras mal colhidas ou colhidas de  
1110 forma inadequada, elas vão contaminar os resultados. E se a acreditação e a  
1111 habilitação visam facilitar o trabalho do técnico para que tenham laudos mais  
1112 confiáveis, essa abertura da coleta de amostra vai...” Presidente Yuri Rafael

1113 de Oliveira Trovão: “Eu só solicito ao Dr. Gustavo – porque parece que o  
1114 senhor já está entrando em aspectos dentro dos artigos da norma – que  
1115 sejam aspectos mais gerais, para deixar esses pontuais no momento da  
1116 discussão de artigo por artigo. Porque senão nós vamos discuti-lo duas  
1117 vezes.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “É só porque isso  
1118 atinge o conceito da norma como um todo. Eu não estou discutindo artigo, eu  
1119 só discutindo a questão de conceito. Ou seja, a partir do momento que vocês  
1120 visam maior segurança e maior certeza, eu acho que isso deveria ser  
1121 repensado ainda que possa penalizar um pouco as empresas, o público que  
1122 faz uso disso. O terceiro item diz respeito ao artigo 5º, que não foi  
1123 mencionado por vocês em momento, de qualquer esclarecimento, e me foi  
1124 solicitado esclarecimento nesse sentido. É o seguinte. Vocês colocam que  
1125 ainda que o laboratório seja habilitado ou acreditado, ele não vai poder se  
1126 apoiar em uma estrutura que ele tem aqui. Não poderá apoiar em suas  
1127 unidades localizadas e em operação no Estado de Minas Gerais caso elas  
1128 não sejam abrangidas pela acreditação ou homologação em questão. Eu fico  
1129 tentando entender como que alguém que é habilitado ou acreditado iria se  
1130 utilizar de alguém que não é habilitado ou acreditado para colher as  
1131 informações, se as próprias acreditação e habilitação não permitem isso. E,  
1132 se ele assim o fez, ele o fez dentro do risco da habilitação e da acreditação  
1133 que ele possui. Eu não sei se você entendeu bem o que eu estou querendo  
1134 dizer. Ou seja, eu não estou querendo estender a habilitação de alguém para  
1135 quem aqui não tenha, mas, se esse alguém entende que tenha algum  
1136 profissional aqui que possa fazer a coleta da amostra e vai emitir o laudo  
1137 pela sede, sob a responsabilidade da sede, a certificação da sede, eu não  
1138 acho crível que uma filial que esteja no Estado de Minas Gerais, ainda que  
1139 não seja certificada... Ainda ficou uma coisa meio dúbia isso aqui, e eu  
1140 gostaria que vocês me esclarecessem qual a abrangência a que se  
1141 estendeu. Porque, na realidade, o que eu entendi disso aqui é que vocês  
1142 estão restringindo ainda mais a possibilidade de uma disseminação  
1143 abrangente, em nível estadual, da atuação dos laboratórios. Pode ser que o  
1144 entendimento seja diferente, mas eu acho que, fora esses pontos de  
1145 avaliação geral que eu coloquei, nós poderíamos – se for o caso, se vocês  
1146 quiserem esclarecer isso ponto por ponto – ir artigo por artigo.” Presidente  
1147 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu gostaria de solicitar à equipe, neste  
1148 momento, somente os aspectos gerais. Apontou aqui agora o Dr. Gustavo  
1149 mais o artigo 5º. Então, deixem para discutir isso no artigo 5º. Só os aspectos  
1150 gerais, para ganharmos tempo e passarmos artigo por artigo.” Augusto  
1151 Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Tentando finalizar a minha participação, pelo  
1152 menos neste momento, a partir do que ouvimos da plateia, eu, sinceramente,  
1153 não sinto necessidade de outros esclarecimentos além dos que eu já prestei.  
1154 Eu trouxe aqui a posição do Inmetro, mostramos as nossas sugestões de  
1155 aperfeiçoamento. Eu quero só dizer que minha função nesse processo foi

1156 ajudar na construção do consenso possível. Internamente, no Sisema, nós  
1157 buscamos todos os órgãos que eram relevantes dentro do próprio Sisema.  
1158 Depois que a proposta veio a público, através da discussão nesta Câmara,  
1159 eu quero deixar registrado que nós estivemos abertos a todos que nos  
1160 procuraram. Todos que nos procuraram receberam de nós a máxima  
1161 atenção e a discussão de suas respectivas ideias. Nos aspectos gerais do  
1162 conselheiro Gustavo – a colega Liliana vai poder esclarecer mais –, eu só me  
1163 referirei à pergunta que ele põe, muito interessante, pertinente: ‘O aumento  
1164 de prazo estimula a acreditação ou nós podemos pensar em outra proposta?’  
1165 O que eu posso dizer ao conselheiro é o seguinte. Nós temos um estímulo  
1166 para aumento da base na medida em que o cadastro e, especialmente, o  
1167 descadastramento forem eficientes. Nas conversas que tivemos com a Rede  
1168 já ficou muito claro que, assim que aprovada a norma, nós vamos tratar de  
1169 estabelecer – e depois isso será convertido em norma de regulamentação da  
1170 DN – marcos muito precisos para que, ao longo desses dois anos, os  
1171 laboratórios cumpram o avanço e demonstrem o avanço no processo de  
1172 reconhecimento. Se eles não demonstrarem, a sanção que nós teremos é o  
1173 descadastramento. Então, nesse sentido, nós conseguimos dar um sinal  
1174 muito claro e preciso de que o prazo é esse e só esse.” Liliana Adriana Nappi  
1175 Mateus/SEMAD: “Também de aspecto geral, até em relação ao que foi  
1176 questionado sobre a nossa consulta não ter sido correta, que ninguém  
1177 acredita que no Estado, por exemplo, na região do Jequitinhonha, não tem  
1178 um laboratório sequer acreditado. Fica complicado não respondermos isso,  
1179 porque nós trouxemos dados para os senhores e que que nós trabalhamos  
1180 esses dados não no ‘achômetro’. Nós entramos na página do Inmetro, nós  
1181 entramos na página da Rede, abríamos processo por processo para saber  
1182 em que determinante aquele laboratório estava ou não acreditado ou tinha o  
1183 reconhecimento de competência. Então, os dados que nós trouxemos para  
1184 os senhores na reunião passada são, inclusive, objeto de um relatório  
1185 público, eles não têm equívocos do que estava nas páginas dos órgãos que  
1186 têm essa responsabilidade de controle. Então, eu queria deixar os senhores  
1187 tranquilos de se basearem no que nós trouxemos, porque foi feito, sim, com  
1188 muito critério. Como nós vamos fazer ponto a ponto, eu acho que  
1189 conseguimos responder ao senhor melhor.” Anderson Silva de Aguiar,  
1190 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só dando uma  
1191 informação também em nível geral corroborando com os colegas. Em  
1192 relação ao prazo, nós avaliamos qual era o prazo factível para se ter o  
1193 reconhecimento de competência ou acreditação dos dois órgãos, tanto a  
1194 Rede Metrológica como o Inmetro. Em relação ao aumento da oferta, o  
1195 cadastro se encarrega disso, além do próprio setor, que também vai se  
1196 encarregar disso. Em relação a esse último ponto que a Dra. Liliana colocou,  
1197 os dados produzidos pela equipe da Suara são fidedignos, pautados em  
1198 fontes de pesquisa, aquelas atualizadas, aquelas públicas, colocadas tanto

1199 pelo Inmetro quando pela Rede Metrológica, tanto a regionalização quanto  
 1200 os parâmetros. Em momento nenhum na avaliação que foi colocada nós  
 1201 estamos nos atendo a um parâmetro de uma norma específica, mas aos  
 1202 parâmetros que nós solicitamos no automonitoramento, que são uma  
 1203 comungação de diversas normas, em alguns casos. E ainda assim eu  
 1204 gostaria de reforçar e fazer aqui o deferimento da equipe, que é composta  
 1205 por doutor, doutorandos, mestres, dentre outras formações.” Presidente Yuri  
 1206 Rafael de Oliveira Trovão: “Nós fizemos um comparativo do que foi a minuta  
 1207 apresentada, que é a minuta que está em liberação, e, após a baixa  
 1208 diligência e as contribuições, como já foi exposto, de sugestão da Secretaria,  
 1209 sem prejuízo, obviamente, de modificação pelos senhores. Então, eu vou  
 1210 artigo por artigo, eu não vou acatar a sugestão da Lidiane, neste momento,  
 1211 de aprovar o que não tem modificação, porque aqui nós só temos dez  
 1212 artigos. Nós podemos fazer a norma toda. Nós tínhamos 50 artigos, e aqui só  
 1213 temos dez, dá para trabalhá-la toda, rapidamente. Eu creio que nesses  
 1214 primeiros nós podemos trabalhar de forma mais ágil, e aprovamos a norma  
 1215 toda, posteriormente, com as modificações. Nós temos ali em relação ao  
 1216 artigo 1º. No intervalo, nós vamos imprimir isso para os senhores terem  
 1217 também acesso, na mesa dos senhores, a esse comparativo.” Augusto  
 1218 Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Na verdade, o artigo 1º, *ipsis litteris*, não tem  
 1219 alteração.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão. Algum  
 1220 destaque no artigo 1º? Artigo 2º.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD:  
 1221 “Sem alterações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Algum  
 1222 destaque no artigo 2º? Artigo 3º.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD:  
 1223 “Aí, há alterações. Explicando, reexplicando, nós temos três incisos. O caput  
 1224 e o inciso I não tem alteração. O inciso II tem alteração de terminologia: ao  
 1225 invés de ‘homologado’ passa a ser ‘ter reconhecimento de competência’. O  
 1226 inciso III mencionava as universidades, e, no aperfeiçoamento, isso foi  
 1227 excluído. Houve uma readequação no parágrafo 7º, mas, nesse dispositivo, é  
 1228 só a exclusão do inciso III.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em  
 1229 discussão.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só em relação  
 1230 ao artigo 2º, Anderson. Você fez um esclarecimento. Vocês estão colocando  
 1231 ‘até 2020’ por que é o prazo médio razoável para que um laboratório que não  
 1232 esteja habilitado ou acreditado consiga habilitação ou acreditação. Ou seja, a  
 1233 razão do prazo é essa. Ou seja, abrindo a possibilidade de extensão da base  
 1234 de laboratórios dentro do Estado de Minas Gerais, esse prazo de dois anos é  
 1235 o prazo médio razoável para que um laboratório consiga habilitação ou  
 1236 acreditação. Essa é a justificativa para esse prazo de 2020.” Augusto  
 1237 Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Conselheiro, só lembrando que esse é o  
 1238 artigo 3º.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “É o 3º, parágrafo  
 1239 2º.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Mas, por enquanto, nós  
 1240 estamos ainda no artigo 3º, nos incisos.” Anderson Silva de Aguiar,  
 1241 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “É que nós não

1242 chegamos a ele ainda.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Ainda não  
 1243 chegamos aos parágrafos.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Não  
 1244 havendo, podemos passar para o próximo.” Augusto Henrique de Lio  
 1245 Horta/SEMAD: “Agora, sim, aos parágrafos do artigo 3º. O parágrafo 1º, é  
 1246 uma revisão de técnica legislativa. Onde estava escrito ‘caput deste artigo’,  
 1247 passa a ser só ‘caput’.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok.”  
 1248 Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Parágrafo 2º. Aí, temos alterações.  
 1249 A primeira alteração é a troca da expressão ‘homologação’ por  
 1250 ‘reconhecimento de competência’. E a consideração de que, digamos assim,  
 1251 o direito de emitir esses laudos para laboratórios não acreditados ou  
 1252 reconhecidos surge da comprovação do início dos procedimentos de  
 1253 acreditação de reconhecimento e do cadastro. De modo que, se eles forem  
 1254 descadastrados, perdem o direito de emitir os laudos. É esse o ponto  
 1255 importante.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Aí, vem o  
 1256 questionamento do Dr. Gustavo. O Anderson já se manifestou. O senhor  
 1257 quer se manifestar em algum ponto?” Conselheiro Gustavo Henrique  
 1258 Wykrota Tostes: “A questão do prazo, que se estabeleceu até 2020, é que  
 1259 seria um prazo médio razoável para que os laboratórios que, porventura,  
 1260 queiram se habilitar ou acreditar concluam o processo de habilitação ou  
 1261 acreditação. Ou seja, a razão desse prazo de dois anos é esse prazo médio  
 1262 – que eu imagino que vocês devam ter pesquisado – para que se estabeleça  
 1263 essa prorrogação. Seria isso. Está certo.” Liliana Adriana Nappi  
 1264 Mateus/SEMAD: “Sim. É também necessário esse prazo para que o próprio  
 1265 Estado se estruture. Eu vou trazer só valores, rapidamente, para o senhor  
 1266 entender, até porque isso se perdeu no tempo, o número de laboratórios  
 1267 acreditados ou com reconhecimento de competência. Em 2011, quando a  
 1268 167 foi aprovada, nós tínhamos 465 laboratórios em processo de acreditação  
 1269 e reconhecimento de competência. Isso porque nós tínhamos esse cadastro,  
 1270 e, quando o relatório era recebido e o laudo era de um laboratório que não  
 1271 estava naquela planilha que a gente controlava – e ela era pública –, ele  
 1272 recebia um carimbo de não conforme, e nós exigíamos do empreendimento,  
 1273 por consequência, e ao laboratório. Então, nós também deixamos de fazer  
 1274 essa exigência. Na 167, o prazo que eles deveriam fazer, o prazo que ela  
 1275 estabeleceu, originalmente, venceu, e não demos sequência também, o  
 1276 Estado também passou a não exigir. Então, nós precisamos também, como  
 1277 Estado, nos estruturamos para isso. Nós tínhamos, em 2011, 86 laboratórios  
 1278 acreditados ou com reconhecimento de competência. Hoje, nós temos 82.  
 1279 Porque nós também deixamos de exigir. Então, nós precisamos também do  
 1280 prazo para nos estruturarmos, para fazer essa normativa e criar critérios  
 1281 muito claros e objetivos do que nós não vamos aceitar. Não é só o cadastro  
 1282 por si, é como vai ser feito esse cadastro, como ele não cumprindo prazos  
 1283 estabelecidos, etapas estabelecidas, vai ser descadastrado, e, por  
 1284 consequência, o Estado não aceitará aquele relatório dele. É isso que eu

queria que vocês entendessem. Não é só um cadastro que nós vamos colocar em uma planilha de Excel, sem controle. Existe um controle. Só que, como nós mudamos, inclusive, a organização do Estado, a FEAM, mudaram suas atribuições, nós precisamos retomar isso também. Então, é tanto para os empreendedores retomarem o processo como a gente também se organizar.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Perfeito. A minha última indagação sobre esse prazo é: sendo esse prazo razoável para tudo isso que a senhora colocou, entende-se que não haveria qualquer motivo ou qualquer razão futura para que haja uma prorrogação desse prazo. Não é?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “É um exercício quase de futurologia, não é, Dr. Gustavo?” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “É um exercício de razoabilidade.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Também. Razoabilidade e futurologia, até porque querendo vedar neste momento...” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu não estou querendo vedar, eu só estou querendo a visão técnica da servidora do Estado sobre isso. Ou seja, se a senhora falar que não tem...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Na realidade, neste momento, nós entendemos que...” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Deixe ela falar, deixa ela responder...” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “O Dr. Yuri tem razão, é bem futurístico. Mas, se voltarmos, realmente, a ter como política de Estado, e ser realmente cumprido em todas as unidades regionais, todos os que recebem, nós falarmos uma linguagem única dentro do Estado, eu penso que não teremos prorrogações. Mas temos que entender que precisamos cobrar. Se não cobrarmos, o mercado, por si só, não regula isso.” Anderson Silva de Aquilar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só complementando, esse prazo faz parte de um plano de trabalho. É um prazo. Não é apenas futurístico ou apenas uma previsão. Tem um plano de trabalho atrás de toda essa temática que nós estamos discutindo para aumentar o número de laboratórios acreditados ou com reconhecimento de competência. Esse prazo faz parte do plano de trabalho.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Eu só peço que, primeiro, todas as falas sejam registradas, em sua integralidade, e que, se futuramente o Estado resolver trazer alguma prorrogação de prazo, apresente o plano de trabalho e justifique o porquê, dentro do plano de trabalho apresentado, vai ter a necessidade de prorrogação, e não somente apresente uma prorrogação de forma descasada com qualquer justificativa técnica razoável para este Conselho.” Anderson Silva de Aquilar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Eu falo pela equipe técnica. Nós fazemos questão que conste mesmo a fala.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Com toda razão, Dr. Gustavo, até mesmo porque ao princípio da motivação da administração fazem-se necessárias essas informações. No artigo 3º, parágrafo 3º, nós não temos modificação. Temos, Augusto?” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Não.” Presidente Yuri

1328 Rafael de Oliveira Trovão: “Algum destaque?” Parágrafo 4º, nós temos uma  
 1329 sugestão.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “É aquela modificação,  
 1330 aperfeiçoamento que havíamos trazido no sentido de esclarecer que a FEAM  
 1331 vai manter acessos – ter sítios – a cadastros que atendam aos requisitos  
 1332 previsto neste artigo. Então, na verdade, são os acreditados, os  
 1333 reconhecidos e os que têm que provar o início dos processos. O parágrafo 5º  
 1334 foi deslocado, mas ele se mantém o mesmo, e há um novo, uma  
 1335 reordenação, com: ‘A SEMAD e a FEAM editarão normas complementares  
 1336 disciplinando o processo de cadastramento e de descadastramento dos  
 1337 laboratórios a que se refere esse artigo’. Isso porque nós precisamos de  
 1338 proximidade entre as duas normas, por isso fomos obrigados a renumerar o  
 1339 antigo parágrafo 5º, que passa a ser parágrafo 6º. ‘O reconhecimento de  
 1340 competência do laboratório, quando feito por rede metrológica de outro  
 1341 Estado que utilize outras nomenclaturas, é igualmente válido para fins desta  
 1342 DN, desde que preencha os demais requisitos dispostos no inciso II deste  
 1343 artigo’. O parágrafo 7º é o aperfeiçoamento da relação com as universidades,  
 1344 que eu já expliquei. Então, ‘os resultados de medições ambientais realizadas  
 1345 por laboratórios integrantes de centros de pesquisas e instituições de ensino,  
 1346 mesmo que não acreditados ou com reconhecimento de competência,  
 1347 poderão ser utilizados nas atividades dos órgãos e entidades do Sisema,  
 1348 desde que conveniados para este fim’. Aqui, senhor presidente, nós agora  
 1349 percebemos que precisamos adequar uma expressão ali, que está  
 1350 incoerente. ‘Mesmo que não acreditados ou sem reconhecimento de  
 1351 competência.’” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão,  
 1352 com essa observação feita pelo Augusto.” Conselheira Virgínia Campos de  
 1353 Oliveira: “Dr. Augusto, na hora que o senhor fala da questão da norma, ‘a  
 1354 SEMAD e a FEAM editarão normas do cadastro?’ Eu acho que estou  
 1355 fazendo confusão. Aqui não está tratando...” Augusto Henrique de Lio  
 1356 Horta/SEMAD: “As duas normas de cadastro são os parágrafos 4º e 5º.”  
 1357 Conselheira Virgínia Campos de Oliveira: “Então, está certo, é no 5º. Tendo  
 1358 em vista a fala até da Liliana com relação à importância – eu concordo – do  
 1359 cadastramento e do descadastramento, do insucesso do prazo de 2020, se  
 1360 não teria que ter uma amarração aí dessa obrigação da SEMAD e da FEAM  
 1361 com relação a esse prazo estabelecido. É só uma pergunta, uma dúvida.”  
 1362 Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Eu não sei, conselheira, se eu  
 1363 entendi. O prazo de 2020? Qual é a vinculação do prazo para o Estado? A  
 1364 própria norma. Se o prazo é 2020, ele nos vincula também. Depois de 2020,  
 1365 não podemos mais aceitar. Se eu entendi bem a pergunta.” Conselheira  
 1366 Virgínia Campos de Oliveira: “Até corroborando aqui com a dúvida, colocada  
 1367 pelo conselheiro Gustavo, da necessidade de a SEMAD também cumprir  
 1368 essa questão do cadastramento, essa norma de cadastramento, que, no meu  
 1369 entender, do sucesso do atendimento e do sucesso de estar organizando  
 1370 esses laboratórios a se regularizarem, se está automática. Se está



automática, para mim está bom, porque esse artigo 5º estará em vigor até 2020, terá algo válido de maneira que está implícito aí, e não precisamos de reforçar nada no artigo. Que é questão jurídica mesmo, de construção do texto jurídico. Eu não estou questionando, só quero saber se existe a segurança, no texto, de que isso vai estar dando a base, o suporte para, em 2020, isso estar tudo valendo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Se eu entendi a pergunta dela, esse artigo só vale para os laboratórios ainda não acreditados ou não habilitados. Ou todo laboratório acreditado ou habilitado automaticamente entra no sítio. Ou esse artigo é transitório só para fins dos laboratórios não acreditados e não homologado.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “Não. Se pegarmos a redação, é o seguinte: ‘A FEAM manterá acesso, em seu sítio eletrônico, ao cadastro dos laboratórios que atendam aos requisitos previstos neste artigo’. Então, o cadastro, nós vamos editar norma para disciplinar o cadastro. O cadastro é para os laboratórios que entraram com reconhecimento de competência ou acreditação no Inmetro, para aqueles que já tem acreditação, para aqueles que têm reconhecimento de competência. Essa estrutura de cadastro está comungando com outras políticas públicas de banco de dados de informações que a FEAM já mantém disponível, e ele vai manter atualizado também. A norma que vai disciplinar o cadastro vai trazer data e como a informação vai ser apresentada para subsidiar o cadastro, tal como já é feito no BDA. Então, o cadastro será permanente, vai ter um tempo de dois anos, até 2020, para os laboratórios que estão entrando com reconhecimento de competência ou acreditação no Inmetro, e depois ele vai manter, principalmente para os empreendedores, ao contratarem os laboratórios, terem uma fonte fidedigna, que é o Estado dizendo o que tem laboratórios cadastrados de forma que atendem ao reconhecimento ou à acreditação.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “É importante frisar, conselheiro, que esse cadastro é dinâmico, e é dinâmico pelos três integrantes. Porque se houver perda das condições de acreditação, de reconhecimento ou do início do processo, o cadastro vai acusar isso.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Só uma última dúvida. Esse cadastro eu imagino que também seja apresentado de forma regional. Se é uma fonte de consulta, e eu acho que vocês estão querendo facilitar – se não o fizeram, não precisa nem estrar na norma –, eu acho que a apresentação dele, se puder ser feita de forma regional, vai facilitar a consulta por parte de quem porventura queira utilizá-lo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, eu acho que isso pode ser avaliado pela equipe, essa sugestão do conselheiro, para depois ser feita até mesmo a instrução trabalhando nesse aspecto. Podemos passar para o artigo 4º?” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “O artigo 4º não tem alterações. Ah, sim, o reconhecimento. E o artigo 5º...” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só um momento,

antes de você passar para o artigo 5º. No artigo 4º, algum destaque?”

Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Esse artigo, se não me engano, é o das amostras. É essa questão das amostras. Partindo do princípio de que em todo processo de avaliação a ser desenvolvido por um laboratório parte-se das amostras coletadas, e partindo do princípio de que o Estado busca a acreditação e a homologação dos laboratórios para maior certeza e segurança dos dados que ali compõem, eu não acho razoável que se possibilite a entrada, em um sistema acreditado ou homologado, de um item que pode viciar o sistema como um todo, que são amostras mal colhidas. O que já foi devidamente demonstrado aqui pelo professor da UFMG, já foi mais do que justificado pelos laboratórios. Eu queria entender a justificativa por parte da equipe técnica, ou seja, o que leva vocês, ante essas considerações que me foram apresentadas, a abrirem a possibilidade de admitirem em um sistema, que vocês estão querendo fazer o mais seguro, o mais confiável possível, a coleta de amostras por terceiros não acreditados, não homologados e nem técnicos – me parece que pelo próprio empreendedor –, e fazerem com que isso seja avaliado por laboratórios acreditados e homologados. Porque na hora em que você abre essa possibilidade o terceiro vai colher a amostra, levar para um laboratório acreditado ou homologado, e os laudos vão fazer uma ressalva falando que são com base naquela amostra que foi apresentada, que foi colhida sem a confiabilidade, sem a certeza, sem a segurança que vocês estão exigindo do laudo. Para mim, é um contrassenso. Se pode isso, então, não precisa de laudo certificado ou homologado. No caso, deixa fazer do jeito que está, sem homologação de ninguém, sem certificação de ninguém. Então, eu gostaria de entender quais são as razões técnicas que justificam essa possibilidade que vocês estão colocando.”

Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “O que acontece, conselheiro Gustavo? Essa previsão de coleta pelo próprio empreendedor não é nova, é desde 89. E por que nós insistimos em mantê-la? Porque se tivéssemos atingido a nossa meta, no passado, em relação ao número de laboratórios homologados ou com reconhecimento de competência, esse seria o próximo passo. Foi assim que a norma foi feita lá atrás. O próximo ponto seria: o mercado consegue atender à necessidade desses empreendimentos de fazer os monitoramentos. Só que, como o senhor viu, tudo ficou parado no tempo. Daqueles 466 possíveis laboratórios, nós temos hoje 82. Então, voltamos à estaca zero de toda a política pública, inclusive de avançar na questão da coleta das amostras por laboratório homologado ou acreditado. Porque isso aqui também traz um complicador, como nós falamos. Se lá no Jequitinhonha não tem laboratório para nada, para fazer qualquer determinante, como eu vou ter um laboratório para ir lá coletar, para levar? Ele entraria em uma fila e não conseguiria nos atender.”

Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Entendi, perfeitamente, o seu ponto de vista, acho razoável. Então, eu só vou fazer uma proposta,

1457 porque, se você definiu que a base vai ser ampliada até 2020 e que a  
1458 justificativa para isso é a questão da base, isso também tem que estar  
1459 vinculado até 2020. Então, eu tiraria isso do corpo do artigo, criaria um  
1460 parágrafo ou um inciso de forma de exceção e previa que será possível isso  
1461 até 1º de janeiro de 2020. Ou seja, você fecha as duas portas em 1º de  
1462 janeiro de 2020. Porque, ante o seu argumento técnico, é a única  
1463 possibilidade. Porque a argumentação dela, argumentação técnica  
1464 apresentada por ela se restringiu, exclusivamente, à disseminação de base  
1465 territorial dos laboratórios acreditados e homologados. Essa foi a  
1466 argumentação técnica dos técnicos da FEAM. Essa argumentação técnica foi  
1467 a mesma que permitiu que se estendesse até 1º de janeiro de 2020 a  
1468 possibilidade de acreditação e habilitação de novos laboratórios. Se se estão  
1469 permitindo a coleta de amostras e o envio de amostras ao laboratório pelo  
1470 empreendedor por falta de estrutura de disseminação de laboratório,  
1471 conforme foi apontado e justificado pela técnica, não tem razão. E,  
1472 considerando que toda essa norma visa uma maior segurança e uma maior  
1473 confiabilidade nos laudos que estão sendo emitidos, o que foi também  
1474 corroborado por ela, não tem razão de ser de se permitir que entrem em um  
1475 sistema de avaliação de amostras e parâmetros amostras colhidas em  
1476 desconformidade com a técnica que o mesmo Estado está exigindo, de  
1477 forma injustificada. Ou seja, você está permitindo algo de forma totalmente  
1478 contrária à justificativa daquilo que você está querendo que se implemente.  
1479 Não tem razoabilidade, Anderson.” Anderson Silva de Aguilar, subsecretário  
1480 de Regularização Ambiental/SEMAD: “Então, complementando a informação  
1481 técnica que está sendo dada pela Dra. Liliana. O que acontece é o seguinte.  
1482 Não é uma novidade, isso vem desde a DN 89/2005. Essa possibilidade de a  
1483 coleta ser feita pelo requerente não tem uma obrigação na ABNT 17025, que  
1484 está em revisão, inclusive em consulta nacional. Se a consulta é nacional, aí  
1485 eu gostaria de me colocar contrário à sua proposta. Porque, se colocarmos  
1486 um prazo até 2020, e a própria ABNT colocar que é responsabilidade do  
1487 laboratório a coleta, nós vamos ter uma norma estadual abrindo uma  
1488 possibilidade em contrário à norma ABNT que nós estamos colocando em  
1489 execução. Então, a minha sugestão é manter o texto como está, porque ele  
1490 está em conformidade com a ABNT hoje vigente, não é novidade, está sendo  
1491 trazido desde a DN 89. O único item que nós estamos mudando aqui é em  
1492 relação à atualidade do termo de homologação para reconhecimento de  
1493 competência. E se a norma ABNT mudar e colocar a obrigação de a coleta  
1494 ser feita pelo laboratório, esse artigo não vai ter mais aplicabilidade para  
1495 aceitação dos relatórios de ensaios.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota  
1496 Tostes: “A justificativa que você deu, em razão da ABNT, é razoável. A outra,  
1497 que é porque já vinha sendo feito assim, eu acho que nós estamos em um  
1498 processo de constante evolução. Eu acho que a mesmice ou aquilo que já  
1499 está não pode ser justificativa técnica para continuar, se não tem lógica ou

1500 não tem razoabilidade. Se nós tivermos aqui o compromisso do Estado em,  
 1501 havendo a mudança da ABNT, e não mais a ABNT impossibilitando esta  
 1502 ocorrência que vá ser feita a alteração desse artigo para fins de adequação  
 1503 da ABNT, tudo bem, eu acho que é razoável. Mas ainda assim, pela  
 1504 justificativa apresentada pelos técnicos do Sisema, eu não acho razoável e  
 1505 mantenho a minha posição no sentido de que o artigo não possibilite a coleta  
 1506 de amostragens por parte do empreendedor. E aí, se for o caso, a gente  
 1507 coloca em votação essa questão.” Anderson Silva de Aquilar, subsecretário  
 1508 de Regularização Ambiental/SEMAD: “Só complementar que as normas de  
 1509 coletas de amostras são referentes às medições que são realizadas. Então,  
 1510 no caso de vibração, por exemplo, tem uma norma específica. No caso de  
 1511 ruído, tem uma norma específica. No caso de efluentes líquidos, existem  
 1512 normas específicas também para coleta e para preservação. Eu vou fazer  
 1513 aqui a citação do manual de coleta e preservação, do Cetesb.” Presidente  
 1514 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós vamos fazer da seguinte forma. Até  
 1515 então nós tivemos unanimidade em relação aos demais, pelo menos um  
 1516 consenso, e parece que no artigo 4º nós temos uma sugestão alternativa do  
 1517 Dr. Gustavo. No momento de votação – eu vou separar aqui quais os que  
 1518 estão tendo dissenso –, nós colocamos, ao final, a votação, em apartado,  
 1519 desses artigos. Está bom? Artigo 5º.” Augusto Henrique de Lio  
 1520 Horta/SEMAD: “Ainda no artigo 4º, inciso II, o acréscimo daquela expressão:  
 1521 ‘ser atestado por profissional legalmente habilitado que os procedimentos de  
 1522 amostragem e acondicionamento estão de acordo com as exigências  
 1523 metodológicas pertinentes apensadas ao relatório de ensaio encaminhado  
 1524 aos órgãos e entidades do Sisema’.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1525 Trovão: “Ok. Em discussão.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
 1526 “A mesma pergunta que eu fiz anteriormente. Qual é o profissional  
 1527 legalmente habilitado que pode atestar que os procedimentos de  
 1528 amostragem e acondicionamento estão de acordo com as exigências  
 1529 metodológicas pertinentes? Quais seja, pelo que eu entendi, as regras da  
 1530 ABNT. Me dê um único profissional que pode dar esse atestado. Eu não sei,  
 1531 eu estou perguntando porque estou em dúvida. Se nós estamos discutindo  
 1532 se as normas são procedimentos e que são regulamentadas e habilitadas  
 1533 por instituições, inclusive as normas de coleta, qual é o profissional que pode  
 1534 fazer esse teste? Eu não sei quem estaria, qual profissional estaria  
 1535 legalmente habilitado a fazer esse atestado. Isso me gera dúvida em relação  
 1536 a isso. Se tiver, é só esclarecer qual seria o profissional, porque aí fica claro.”  
 1537 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “A equipe tem alguma  
 1538 manifestação?” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Só lembrar que já  
 1539 consta da DN 167 a seguinte disposição. O mesmo inciso II, alínea c:  
 1540 ‘declaração de que os procedimentos de amostragem e acondicionamento  
 1541 estão de acordo com as exigências metodológicas pertinentes’. Isso já  
 1542 consta, e nós, na verdade, estamos trocando a expressão ‘declaração’ por

1543 'atestado'. E aí até perguntar aos colegas do Sisema. Eu não conheço, mas,  
1544 se isso já exigível, é lógico que está sendo encaminhado para nós quais são  
1545 os profissionais. Eu não sei.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de  
1546 Regularização Ambiental/SEMAD: “Complementando, as normas específicas  
1547 já trazem essa obrigatoriedade. Inclusive, o que está sendo colocado aqui,  
1548 nós precisamos fazer um resgate, porque é uma norma que, na verdade, a  
1549 sua base vem de 2005 e que nós estamos fazendo uma discussão agora.  
1550 Como não houve nenhuma inovação, a não ser mudanças muito pontuais em  
1551 relação à norma anterior, nós precisamos fazer um resgate do que era antes.  
1552 Todo mundo que vai fazer uma coleta tem que estar imbuído da  
1553 responsabilidade técnica legalmente constituída. Essa responsabilidade é  
1554 dada pelos conselhos de classe respectivos com relação às formações que  
1555 estão em campo. E a coleta tem que observar as normas de coleta, tal como  
1556 as normas de preservação, quando é o caso, para fazê-la. Então, aqui é  
1557 somente trazermos isso para dentro do laudo que é emitido pelo laboratório,  
1558 porque antes não constava. É uma segurança para o técnico que está  
1559 fazendo a avaliação técnica daquele relatório de ensaio. Lembrando que, se  
1560 a norma 17025 trouxe a obrigatoriedade do laboratório em fazer, isso  
1561 também vai estar no escopo da acreditação ou reconhecimento de  
1562 competência.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Anderson, eu  
1563 vou repetir de novo. A razão de já existir, de já estar sendo feito, não quer  
1564 dizer que está sendo feito certo. Mesmo porque nós estamos trazendo as  
1565 normas aqui para que elas evoluam e sejam melhoradas. É o que nós  
1566 estamos avaliando nesse sentido. Então, eu desconsidero esse argumento  
1567 seu. Agora, o outro argumento, que é a questão dos conselhos de classe,  
1568 que regulamentam isso, nós temos um representante do Crea aqui, o  
1569 Newton, que eu acho que se puder dar um esclarecimento para nós sobre  
1570 essa questão... Porque eu não estou querendo criar nenhum problema para  
1571 os técnicos, eu estou querendo que a norma saia da melhor forma possível e  
1572 estou instigando os senhores a pensarem. Porque às vezes se coloca uma  
1573 coisa inócua ou inadequada ou não aplicável, eu acho que vai gerar maiores  
1574 problemas para o futuro. Então, se nós pudermos tentar melhorar. Eu  
1575 realmente não saberia quem estaria habilitado e gostaria de saber.”  
1576 Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização  
1577 Ambiental/SEMAD: “O senhor fez uma ponderação interessante, apesar de  
1578 não ter aceitado a argumentação. Mas quando nós falamos nas ‘exigências  
1579 metodológicas pertinentes’, nós podemos alterar aquela partezinha da  
1580 redação, que eu acho que vai atender. Se colocarmos ‘as normas técnicas e  
1581 legislação vigentes’, porque aí fica mais claro. Porque quando falamos de  
1582 metodologia pertinente, nós estamos nos referindo a manual de coleta e  
1583 preservação, normas ABNTs, normas técnicas de outros órgãos, como a  
1584 T.187 ou outras, referentes aos diversos assuntos de medições ambientais.  
1585 Tem metodologia do Rio de Janeiro, tem metodologia também de outros

1586 órgãos, que são observadas por quem faz a coleta. Talvez essa proposta vai  
1587 compreender o que o senhor tem colocado. Eu ressalvo aqui alguma  
1588 manifestação da Liliana ou do Augusto, se quiserem complementar.” Liliana  
1589 Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “O atestado nós podemos, talvez, Anderson,  
1590 substituir por um responsável técnico. Que o responsável técnico, qualquer  
1591 conselho de classe dá essa anotação, ele atesta o seguinte: que a coleta foi  
1592 feita obedecendo todos os critérios técnicos exigíveis. Porque tem que ter um  
1593 responsável, já que nós estamos deixando que o empreendedor faça.”  
1594 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Sim, eu concordo com você,  
1595 mas nós não estamos entrando em metodologia, nós estamos entrando em  
1596 responsabilidade técnica vinculada à profissão que ele executa e que ele é  
1597 habilitado a fazer.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Mas o  
1598 responsável técnico substituiria esse atestado, que, de qualquer maneira,  
1599 deveria vir com algum documento comprovando a responsabilidade dele  
1600 sobre aquela informação.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
1601 “Eu acho que seria a Anotação de Responsabilidade Técnica.” Liliana  
1602 Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Isso.” Conselheiro Gustavo Henrique  
1603 Wykrota Tostes: “Ou seja, o responsável técnico com a devida anotação de  
1604 responsabilidade.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Você teria os  
1605 Conselhos, teria alguém se responsabilizando por aquilo, além do  
1606 empreendedor.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Então, a  
1607 sugestão é de tirar essa parte e colocar ART. Só escutar o conselheiro  
1608 Newton para darmos prosseguimento.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira  
1609 Luz: “De fato, o atestado, no nosso caso do Conselho Regional de  
1610 Engenharia, comprova as Anotações de Responsabilidade Técnicas que  
1611 existem daquele profissional registrado no Conselho, do que ele tem  
1612 registrado ali. Mas eu concordo que, se colocarmos ali a Anotação de  
1613 Responsabilidade Técnica das áreas tecnológicas, diga-se de passagem,  
1614 aqui eu posso falar pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e  
1615 não pelos outros Conselhos que também têm atribuição, dependendo do tipo  
1616 de ensaio que for feito. Então, para mim, substituindo o responsável por  
1617 apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica, eu acredito que  
1618 pode melhorar ali. E aí, nesse caso, na anotação de responsabilidade vale  
1619 um esclarecimento. Na Anotação de Responsabilidade Técnica, vocês  
1620 recebem, certamente, em cada processo, e lá existem os códigos  
1621 correspondentes a cada atribuição daquele profissional. Se o ensaio é para  
1622 coleta de amostra, é entendido que no código correspondente daquela  
1623 modalidade profissional ele pode fazer aquele tipo de coleta de amostra, as  
1624 amostras correspondentes. E se, por alguma razão, ele deixar de cumprir  
1625 aquilo que está lá colocado, se ele exceder ou extrapolar aquilo que está  
1626 previsto na Anotação de Responsabilidade Técnica, ele está sujeito, no  
1627 nosso caso do Conselho, a ser submetido à nossa comissão de ética, o  
1628 conselho de ética do Crea, que tem as famosas censuras, que podem ser

1629 interna, pública, está sujeito às penalidades normais.” Conselheiro Paulo  
1630 José de Oliveira: “Só dar um exemplo aqui, só para colocar uma experiência  
1631 que nós já tivemos pela Appa, para ilustrar, porque nós vemos essa  
1632 preocupação. Nós temos um risco de contaminação, e já houve  
1633 contaminação no córrego. Então, nós fazemos coleta anual para  
1634 acompanhar a qualidade da água. Nós fazemos a coleta, compramos o  
1635 material e vamos com a polícia para colher dentro das normas que eles  
1636 indicam para nós, corretas, e fazemos a coleta com acompanhamento. A  
1637 gente manda para três laboratórios. E a Secretaria de Meio Ambiente faz a  
1638 coleta também, via FEAM, e geralmente os exames dão diferentes. Então, as  
1639 formas de coletas, nas mesmas condições, e os resultados sempre dão  
1640 diferentes. Então, essa preocupação, às vezes, na prática nós entendemos o  
1641 porquê.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Parece que foi consenso  
1642 de deixarmos ali ‘responsável técnico com a devida ART’. Não é isso? Não  
1643 ficou consenso? Nós retornamos, então, justamente nesse ponto, para  
1644 continuarmos a discussão às 14h. Ok?. Só lembrando que nós temos o  
1645 quórum de instalação. Neste momento, nós podemos até modificar o  
1646 quórum, mas não tem problema algum. O nosso quórum é de instalação. As  
1647 votações são aprovadas por maioria simples. O quórum de instalação foi  
1648 verificado, no momento, pela manhã. Vamos dar continuidade? Nós ficamos  
1649 de voltar às 2h. Eu disse que teríamos uma tolerância de 15 minutos, e vai  
1650 dar 15 minutos daqui a 30 segundos. Augusto, você podia fazer as  
1651 colocações em relação àquele último ponto que nós estávamos discutindo,  
1652 em relação a ART. Só recapitulando.” Augusto Henrique de Lio  
1653 Horta/SEMAD: “Na verdade, eu vou preferir passar a palavra à colega  
1654 Liliana, que é a técnica da área.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Nós  
1655 propusemos uma nova redação. O que nos importaria, então? Só para  
1656 lembrar aonde paramos. Nós paramos no artigo 4º, que fala sobre  
1657 amostragem. Dentro desse artigo, no inciso II, trata de cada coleta, de cada  
1658 lote de amostras e quais são os critérios para que seja feito. O que nós  
1659 colocamos aqui? Que seria importante que viesse, então? Nós mudamos,  
1660 então, a lógica do texto. E o que seria importante para nós? Até para dar  
1661 uma qualidade, nesse momento, para essas amostragens que são feitas pelo  
1662 empreendedor. Que o relatório descritivo, que já era uma previsão sobre  
1663 como foi feita a amostragem, fosse encaminhado juntamente com os laudos,  
1664 os resultados das amostras, para o órgão ambiental. De que forma?  
1665 Trazendo nome e endereço da empresa, do empreendedor, discriminando as  
1666 amostras e os locais de coleta. O que era o nosso ponto polêmico, sobre o  
1667 atestado. Nós mudamos e colocamos o seguinte: ‘O relatório descritivo  
1668 deverá conter os procedimentos de amostragem e acondicionamento de  
1669 acordo com as exigências metodológicas pertinentes’. E acrescentamos que  
1670 esse relatório tem que vir acompanhado com uma anotação ou registro de  
1671 responsabilidade técnica. Então, isso dá um peso um pouco maior para esse

relatório da amostragem.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “A pergunta aqui é até da Denise também. Para cada lote, uma ART?” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Lote pode ser entendido como as várias amostragens que você tem que fazer. Por exemplo, no mês de janeiro você deveria fazer várias coletas, e quem vai fazer a coleta é o empreendedor. É disso que nós estamos tratando. Então, ele vai falar o seguinte. ‘As minhas amostras deste mês, esse meu lote de amostras vai para o laboratório ou laboratórios, e foram feitas as coletas, por exemplo, de resíduo, de efluente líquido, dessa e dessa forma’. Lote, nós estamos entendendo nesse sentido mais amplo, não para cada ensaio. Porque não tem sentido. Porque você tem uma amostra para vários ensaios. O lote quer dizer o lote de amostras. Isso tudo tem que estar descrito nesse relatório aqui. É um relatório descritivo, que antes não vinha para nós. Nós queríamos que o atestado viesse, mas discutimos e achamos que é melhor o relatório descritivo com tudo, com toda explicação e o responsável técnico é mais vantajoso para nós.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu só queria uma informação quanto a essa questão da ART, Anotação de Responsabilidade Técnica. No nível do Crea – o Dr. Newton está aí e pode até me ajudar em tudo isso –, é um formulário que se apresenta descrevendo o que tem que ser feito e tudo o mais. Esse formulário é uma ficha, que você tem que fazer o recolhimento disso, posteriormente, fazer o pagamento, e só é reconhecida pelo Crea depois de efetivamente paga. Será que não seria uma demora a mais no recolhimento e reconhecimento dessas amostras? Talvez a ART pudesse substituir isso com outro termo que não fosse ART. Quando se fala em ART, é específica, aquela folha todo mundo conhece, quando é engenheiro que preenche aquilo. Eu imagino que nas outras entidades de classe tem algo similar. Então, a minha dúvida é só se seria essa ART padrão que o Crea adota ou se seria outro documento.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Nós ficamos discutindo sobre qual seria o melhor instrumento. A ART é que dá mais força ao documento que nós estamos recebendo, é um responsável que assume aquela informação, e não nós como órgão ambiental assumimos para o empreendedor. Eu pediria ajuda para o Conselho de Engenharia para saber se existe um outro documento com peso tão grande quanto a ART.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Na realidade, ali está colocado Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica. No caso do Conselho Regional de Engenharia, fala engenheiro, todas as modalidades de engenharia, agronomia, geologia, meteorologia e geografia. Essas são as atividades profissionais que têm registro no Crea. Se o profissional for de uma dessas modalidades, ele tem, sim, que preencher a Anotação de Responsabilidade Técnica. Agora, eu colocaria, além de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica, respondendo pelo Crea, seria ART. Dos outros Conselhos, eu já não posso afirmar o que seria, mas acredito que



seria a mesma coisa. Então, eu diria que naquele item d), alínea d), 'Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica dos Conselhos correspondentes'. Porque aí não só esclarece que tipo de documento, mas não especifica qual Conselho, porque não diz qual o técnico que vai preencher esse documento. Em síntese, o responsável técnico pode ser um biólogo, um zootecnista, um geógrafo, quem seja nessa função. Eu colocaria, além da Anotação, 'dos Conselhos correspondentes.' Conselheiro João Carlos de Melo: "Conselheiro, eu continuo com a seguinte dúvida. Para uma simples amostra de solo haveria necessidade de se fazer uma ART lá no campo, fazer todo o encaminhamento, fazer o pagamento e, posteriormente, aguardar a comprovação de tudo isso para a coleta da amostra ter validade. Ou seja, todo mundo adota, no ramo da engenharia como um todo, se faz uma ART sobre um trabalho específico inerente à sua atividade para ser reconhecido. E ademais não só o responsável técnico tem que assinar, como também o próprio responsável pela empresa. Depois de feita toda essa documentação, tem que ser quitado, tem que ser encaminhado ao Crea, e o Crea reconhece isso com três, quatro, cinco dias. No caso específico de uma amostra que tem que ser encaminhada para o laboratório, se não tiver essa validade prévia, efetivamente essa amostra não vai ter validade também. Então, a minha dúvida é se não teria outra performance, outra indicação que pudesse reconhecer dentro da própria atividade. E, posteriormente, seria reconhecido. De imediato, eu acho um tanto quanto penoso para a efetivação do que está se pedindo." Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: "Acontece o seguinte. O documento que, no caso, o Conselho de Engenharia tem é a Anotação de Responsabilidade Técnica. Discrimina, inclusive, quando há especificação de quais os códigos que vão constar dessas ARTs, e as Câmaras Técnicas Especializadas é que determinam quais as modalidades que estão cobertas por aquelas ART. Agora respondendo, especificamente, a sua pergunta em relação a quem vai fazer isso, eu não estou seguro da resposta. Se a empresa determina que a coleta vai ser feita por profissionais da própria empresa, pelo que entendi, é o empreendedor que vai se encarregar dessa coleta, eu não sei se, dentro desse contexto, talvez vocês mesmos da SEMAD talvez possam nos informar se é isso que vocês exigem, que o profissional que vai fazer essa coleta seja um profissional com o registro em um determinado Conselho." Anderson Silva de Aquilar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: "Só fazendo alguns esclarecimentos, o artigo 4º diz uma excepcionalidade que é o seguinte. Na impossibilidade de a amostra ser realizada pelo laboratório. Nós sabemos que em alguns tipos de amostras não é possível ser diferente do próprio laboratório. Por exemplo, vibração, ruído. A maioria das amostragens de solo, pela particularidade que é construir uma amostra homogênea pelo processo de quarteamento da ABNT 1004. A própria metodologia da amostragem engessa o procedimento e torna

eminentemente necessário ser o laboratório que faça aquela coleta. Agora, existem alguns casos, que são realmente excepcionais, em que poderá ser admitida uma outra pessoa fazer a coleta que vai ser submetida a um ensaio. Nesse caso, a norma já trazia, desde 2005 – na DN 89 –, esses requisitos. O que nós fizemos aqui? Aí eu vou fazer a mesma fala que eu fiz antes. Quando foi uma norma discutida em 2005, e nós estamos voltando à discussão dela, os atores aqui presentes não são os mesmos daquela época, pelo menos em sua maioria, é necessário dizer que o que foi colocado aqui é só para dar garantia para o analista. Porque quando ele recebe uma análise, por exemplo, de efluente, de um laboratório, o laboratório já assumiu a responsabilidade pelo ensaio laboratorial. Ele já tem que cumprir normas técnicas e também preparar os vasilhames, assim como o reagente, para a coleta daquela amostra. Por quê? Porque está em norma técnica, está em manual, em instruções técnicas, dentre outras normas que regem o assunto. O que está sendo colocado aqui é que o profissional da empresa que está fazendo a coleta vai emitir uma ART pelo lote de amostras que ele vai apresentar ao órgão ambiental. Essa informação é de tramitação apenas no processo de licenciamento. Então, o que acontece? Naquele mês ele tem que fazer a amostragem de efluentes líquidos nos parâmetros tais, 15 parâmetros, 25 parâmetros, quais sejam. Ele mesmo vai fazer a coleta e levar ao laboratório. Esse item está dizendo o seguinte. É responsável em seguir os procedimentos, que inclusive estão colocados aqui no item anterior, no item c), que são as exigências metodológicas pertinentes. Aí, nós podemos até substituir por ‘normas técnicas pertinentes’, ‘legislações pertinentes’. Mas o texto já traz exatamente o que é, para não ficarmos buscando duas, três, quatro, cinco palavras para dizer a mesma coisa. E aí, pela proposta do Conselho, também emitir uma ART. O que para nós, no órgão técnico, é quase que sine qua non. Porque a pessoa que é da área ambiental, que está fazendo a coleta e levando para o laboratório já é um responsável técnico daquela área. Então, para nós, o texto, como está, compreende toda a discussão e ainda traz para o órgão ambiental vantagem no recebimento do relatório de ensaio. E ainda eu vou fazer um destaque aqui que eu também fiz. Se a 17025 alterar e disser que a coleta dos dados tem que ser por laboratório, não há aplicabilidade disso aqui a partir de 2020.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “Só para fazer um comentário em relação à fala do conselheiro do Crea. Pegando o exemplo do CRBio, que é o conselho regional de ciências biológicas, de biologia, existem dois tipos de ART lá, que são a ART de cargo e função e a ART de prestação de serviços. No caso, o biólogo que for fazer o recolhimento dessas amostras vai tirar a ART de prestação de serviços e, tranquilamente, pode encaminhá-la junto com o lote. Ela é feita eletronicamente, então, é um processo muito rápido. Inclusive, ele pode até tirá-la com prazo e depois executar a coleta das amostras, e nesse processo pedir a ART. E na hora de enviar o lote de

1801 amostras a URT está pronta. Eu não vejo prejuízo nenhum, inclusive está  
1802 ótimo do jeito que está.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Só  
1803 complementando, não é dúvida, é questão de tentar agilizar o processo.  
1804 Dentro do Crea, existem as duas modalidades de ART também, a de  
1805 prestação de serviços e a outra modalidade. Nesse caso específico, seria  
1806 prestação de serviços, só que levando a própria conotação do próprio Crea,  
1807 quando se emite aquela guia inicial, aparece lá ‘não válida’. Até que o próprio  
1808 Crea emita a guia já com comprovação do pagamento. Se caso atrasa. Nós  
1809 estamos falando de uma série de empreendimentos em uma série de outros  
1810 locais que não têm proximidade a uma situação de transferência eletrônica  
1811 de pagamento e a nada disso. Pode ocorrer uma situação dessa. A amostra  
1812 está coletada, mas, efetivamente, não vai ter essa eficácia, até que se  
1813 comprove o pagamento em função do Crea. A minha única dúvida é essa  
1814 questão. Se o Crea conseguisse agilizar isso, comprovar e ter uma validade  
1815 para a amostragem só com a folha inicial, onde aparece ‘não válida até  
1816 pagamento’ ou algo nesse sentido, poderia resolver o problema. A dúvida  
1817 permanece nesse sentido. Agora, eu acho que a própria Supram tem  
1818 condição de resolver isso.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Senhor  
1819 conselheiro, deixa eu só esclarecer para o senhor. Ele vai mandar para nós o  
1820 relatório com essa ART só depois que a análise tiver sido encaminhada ao  
1821 laboratório, ele tiver feito a análise. E tem um laudo. Isso vem junto com o  
1822 laudo. Então, tem um lapso temporal porque, quando ele coleta a amostra e  
1823 manda para o laboratório, ele vai mandar no tempo dele, não existe  
1824 nenhuma exigência de que tem que mandar primeiro para nós e depois  
1825 mandar para o laboratório. Ele já faz automático. Então, tem esse lapso  
1826 temporal. Se existir uma demora, ele pode, sim, mandar um ofício para o  
1827 órgão ambiental explicando o que aconteceu. Eu acho que é legítima a  
1828 preocupação do senhor, mas acho que tem formas de contornar.”  
1829 Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu estou tendo que explicar exatamente  
1830 isso, doutora. A questão é na coleta da amostra, se ele não tiver o Crea. Ele  
1831 está executando o serviço. Qual é o serviço? Coleta da amostra. Na coleta  
1832 da amostra ele teria já que ter um documento.” Liliana Adriana Nappi  
1833 Mateus/SEMAD: “Não é para coleta de amostra, nós estamos falando de  
1834 coisas diferentes. Nós estamos falando que o relatório, fazendo a descrição  
1835 da forma como foi feita a amostragem, que tem que ter ART. É do relatório  
1836 fazendo a descrição, não a coleta em si. O senhor entendeu?” Conselheiro  
1837 João Carlos de Melo: “Eu entendi. Seria interessante, então, dizer ‘a partir da  
1838 apresentação do relatório da coleta de amostra’, que seja bem claro.” Liliana  
1839 Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Vem junto com o relatório, é um documento  
1840 do relatório, está bem claro ali.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de  
1841 Regularização Ambiental/SEMAD: “Aqui no relatório fala assim: ‘Cada lote de  
1842 amostras deverá estar acompanhado de um relatório descritivo no qual  
1843 conste...’ Esse é o item que vai constar no relatório descritivo a cada lote de

amostra. O lote de amostra está sujeito ao prazo de cumprimento da condicionante. Pode ser mensal, semestral, anual. Então, tem bastante tempo para resolver a ART. É tranquilo.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Em relação à liberação da Anotação de Responsabilidade Técnica, como o João Carlos falou, que tem que pagar, de fato, nós tivemos muitos casos de as pessoas anexarem ao processo um rascunho da Anotação de Responsabilidade Técnica. Obviamente que não tem esse valor. Então, a comprovação é feita exatamente após o pagamento, porque, primeiro, quem está orientando o preenchimento da ART está sabendo exatamente quais as atribuições que são dadas ali. E obviamente, após a quitação desse documento, então, o Crea libera o respectivo documento para o profissional.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Fechado esse ponto, embora não houve consenso, nós temos essa proposta que foi colocada aí por último. Assim, eu parto para o artigo 5º. Lembrando só aos senhores, os senhores receberam aí na mesa um quadro comparativo que nós fizemos. Está disponível.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Então, no artigo 5º, uma mudança de redação simples. Ao invés de ‘homologação’, ‘reconhecimento de competências’, nas duas posições.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão. Não havendo, partimos para o artigo 6º.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “No artigo 6º, caput, nada. No inciso I, a expressão ‘reconhecimento de competência’. No inciso III, também. No II não há alterações. No inciso IV, apenas a sigla de artigo, de acordo com a técnica legislativa, e também a expressão ‘reconhecimento de competência’”. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão o artigo 6º. Não havendo, artigo 7º.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “No artigo 7º também mero ajuste, ‘reconhecimento de competência’ e a sigla correta. No inciso II, ao invés de mencionar LO ou AAF, mencionamos ‘licença ambiental’.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão o artigo 7º. Não havendo, artigo 8º.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “Em relação ao inciso II do artigo 7º, parágrafo 2º, nesse caso, a determinação da DN é manter arquivados os dados do monitoramento. Nós temos que lembrar que, com a aprovação do texto de revisão da DN 74, foi estabelecido, em um dos artigos, um conjunto de atividades que não têm vigência, cujas licenças não serão renovadas. É preciso, então, que se faça um aposto nesse texto, depois de ‘ambiental’, por exemplo, ‘inclusive nos casos de licença que não terão renovação’. Porque é preciso que se registre que o monitoramento e o arquivo desses dados têm que ser durante todo o período de operação do empreendimento, independente de sua renovação.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Eu não acompanhei a discussão da 74 e queria perguntar ao colega Rodrigo. Haverá casos de licenças com validade indeterminada ou sem validade?” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: “É sem validade, não deve ser feita

1887 renovação da licença. Por exemplo, linha de transmissão e rodovia. São  
 1888 atividades que carecem de forma de monitoramento e que não terão.  
 1889 Eventualmente, nós podemos ter monitoramentos que careçam de coleta  
 1890 nesse sentido.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Mas esses  
 1891 empreendimentos terão uma licença válida indefinidamente. É diferente de  
 1892 não ter validade. Tem validade, só que é indefinida. E nesse caso é durante  
 1893 a vigência mesmo.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
 1894 Prioritários/SEMAD: “Eu não vejo essa clareza, por exemplo, quando  
 1895 tratamos de parcelamento do solo. Porque o parcelamento do solo vai ser  
 1896 absorvido por outro empreendedor em algum momento. Então, talvez não  
 1897 prejudique a manutenção de um aposto apenas explicativo, para garantir  
 1898 todos os casos.” Conselheiro Guilherme Augusto Duarte de Faria: “Eu sugiro,  
 1899 então, no caso de licenças que são dispensáveis de renovação, porque o  
 1900 caso é de dispensa da renovação.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD:  
 1901 “Tem validade dispensada de renovação.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira  
 1902 Trovão: “Isso. Eu acho que a sugestão do Guilherme fica de acordo com a  
 1903 74.” Augusto Henrique de Lio Horta/SEMAD: “Então, por cinco anos ou  
 1904 durante a vigência de licença ambiental, inclusive no caso de  
 1905 empreendimentos dispensados de renovação de licença.” Presidente Yuri  
 1906 Rafael de Oliveira Trovão: “Os conselheiros entenderam as alterações  
 1907 propostas, de acordo com a 74 e a proposta do Guilherme? Ok, podemos  
 1908 passar? Então, nós voltamos para o artigo 8º.” Anderson Silva de Aguiar,  
 1909 subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: “É a alteração que retira  
 1910 a dispensa dos profissionais autônomos por meio de um amostrador de  
 1911 grandes volumes para material particulado nos parâmetros (Partículas Totais  
 1912 em Suspensão - PTS e Partículas Inaláveis - PM-10 e PM-2,5)’. E muda-se a  
 1913 redação porque antes eles não eram sujeitos a acreditação ou  
 1914 reconhecimento de competência e na nova redação eles ficam dispensados  
 1915 apenas até 1º de janeiro de 2024, ficando o artigo da seguinte forma: ‘Até 1º  
 1916 de janeiro de 2020, não estarão sujeitos às exigências de acreditação ou  
 1917 reconhecimento de competência, nos termos do artigo 3º desta deliberação  
 1918 normativa, as medições efetuadas por profissionais autônomos que prestem  
 1919 serviços de medições de níveis de pressão sonora e vibrações no entorno de  
 1920 atividades ou empreendimentos passíveis de licenciamento.’ Então, foram  
 1921 essas alterações promovidas. Colocou-se um prazo para ser dispensado de  
 1922 acreditação ou homologação da proposta anterior e se retirou também o  
 1923 parâmetro material particulado PTS PM-10 e PM-2,5 do amostrador de  
 1924 grandes volumes. Eu estou passando para o parágrafo 1º. Houve uma  
 1925 mudança pequena também. Primeiro a inserção da data, da seguinte forma:  
 1926 ‘§1º Após 1º de janeiro de 2020, as medições ambientais a que se refere o  
 1927 caput deverão ser realizadas por laboratórios acreditados ou com  
 1928 reconhecimento de competência, nos termos do artigo 3º desta deliberação.’  
 1929 Ou seja, deixando claro que, a partir do dia 1º de janeiro de 2020, não serão

1930 aceitos no órgão ambiental relatórios de ensaios que não sejam por  
 1931 laboratórios acreditados ou que tenham reconhecimento de competência. O  
 1932 parágrafo 2º mudou a ordem de apresentação do texto e ficou: ‘Os  
 1933 equipamentos utilizados nas medições e amostragem a que se refere o caput  
 1934 deverão estar devidamente calibrados por laboratórios certificados ou com  
 1935 reconhecimento de competência nos termos desta Deliberação Normativa,  
 1936 devendo constar nos laudos emitidos as datas de acreditação ou  
 1937 reconhecimento de competência e a respectiva validade.’ Aqui só adequou o  
 1938 termo homologação com reconhecimento de competência. É o mesmo termo  
 1939 da 167, inclusive das DN’s anteriores.” Conselheiro Gustavo Henrique  
 1940 Wykrota Tostes: “Se puder voltar ao parágrafo 1º, porque eu acho que o  
 1941 entendimento não está de acordo com o que vocês falaram. ‘Após 1º de  
 1942 janeiro de 2020, as medições ambientais a que se refere o caput deverão ser  
 1943 realizadas por laboratórios acreditados ou com reconhecimento de  
 1944 competência, nos termos do artigo 3º desta deliberação.’ Antes de 1º de  
 1945 janeiro admitem-se os que se inscreveram, os que entrarem com processo  
 1946 estão dentro.” Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de Regularização  
 1947 Ambiental/SEMAD: “Não. Nesse caso, o artigo 8º dispensa de acreditação ou  
 1948 reconhecimento de competência os profissionais autônomos até o dia 1º de  
 1949 janeiro de 2020. Não está sujeito ao cadastro. Mas também não impede, pela  
 1950 norma específica do cadastro, aquele que iniciar o reconhecimento de  
 1951 competência ou já for acreditado ou tiver reconhecimento de competência de  
 1952 compor o cadastro. Só lembrando que anteriormente eles estavam  
 1953 completamente dispensados, não tinha nenhuma diretriz para esse tipo de  
 1954 medição. E é um dos pontos em que estamos avançando na norma. Nós  
 1955 estamos colocando um prazo para que somente sejam admitidos sem  
 1956 acreditação ou reconhecimento de competência até 1º de janeiro de 2020. A  
 1957 partir dessa data, já tem que estar acreditado ou com reconhecimento de  
 1958 competência. E o prazo, Dr. Gustavo, também entra no mesmo preceito  
 1959 anterior, é um prazo factível para que haja acreditação ou reconhecimento de  
 1960 competência.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Em discussão.  
 1961 Não havendo destaque, passamos para o artigo 9º.” Augusto Henrique de  
 1962 Lio Horta/SEMAD: “O artigo 9º, mesmo considerando o posicionamento do  
 1963 Inmetro, a SEMAD realinha a última parte fazendo a inclusão dessa primeira  
 1964 inspeção. Então, o artigo 9º assim: ‘Para fins da análise de seus resultados,  
 1965 são considerados válidos os relatórios de ensaio e certificados de calibração  
 1966 emitidos por laboratórios acreditados ou com reconhecimento de  
 1967 competência nos termos da DN 167, enviados aos órgãos e entidades do  
 1968 Sisema anteriormente à vigência desta Deliberação Normativa, desde que  
 1969 estejam assinados pelo responsável técnico.’ Na verdade, o Parágrafo Único  
 1970 não tem alterações. ‘Parágrafo Único - O envio dos relatórios a que se refere  
 1971 o caput deste artigo não exime o empreendedor do cumprimento dos  
 1972 programas de automonitoramento estabelecidos nas condicionantes da

1973 licença, no que tange aos parâmetros, frequência e ao atendimento aos  
 1974 limites e padrões fixados em norma específica, sob pena de aplicação de  
 1975 sanções previstas na legislação ambiental.' O problema é que esse  
 1976 Parágrafo Único já existia, não teve alteração." Presidente Yuri Rafael de  
 1977 Oliveira Trovão: "Ok. Em discussão o artigo 9º." Conselheiro Gustavo  
 1978 Henrique Wykrota Tostes: "O que é o 'responsável técnico'. Responsável  
 1979 técnico relativo a quê?" Anderson Silva de Aguiar, subsecretário de  
 1980 Regularização Ambiental/SEMAD: "É o responsável técnico pela emissão do  
 1981 laudo de análise, quem assina sobre o resultado apresentado." Conselheiro  
 1982 Gustavo Henrique Wykrota Tostes: "Não seria, então, 'profissional

1983 tecnicamente habilitado' em vez de responsável técnico? Eu acho que é mais  
 1984 prudente colocar 'profissional tecnicamente habilitado'." Anderson Silva de  
 1985 Aguiar, subsecretário de Regularização Ambiental/SEMAD: "Nesse caso, se  
 1986 usarmos essa redação, eu acho que isso não acontece na prática, mas a  
 1987 leitura pode trazer uma certa confusão, porque o profissional legalmente  
 1988 habilitado pode não ser aquele responsável técnico do laboratório. E quando  
 1989 se coloca aqui estamos colocando o profissional legalmente habilitado e que  
 1990 é o responsável técnico pelo laboratório. Essa frase já traz as duas  
 1991 situações." Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: "Entendido, ok."  
 1992 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Artigos 10 e 11. Algum destaque?  
 1993 Então, nós finalizarmos a discussão da norma. Eu vou colocar em  
 1994 deliberação a minuta apresentada. Não vou ler de novo. A única diferença  
 1995 que eu vou separar é no artigo 4º, em que nós temos um substitutivo."  
 1996 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: "E o 6º." Presidente Yuri  
 1997 Rafael de Oliveira Trovão: "O 4º e o 6º." Conselheiro Gustavo Henrique  
 1998 Wykrota Tostes: "O 6º é o das amostras, não é? Eu saí, e ainda estava  
 1999 sendo discutido. Eu tinha colocado um questionamento em relação a  
 2000 amostras e, quando voltei, vocês já estavam no artigo subsequente. Se  
 2001 puderam me passar qual ficou o texto definido para o artigo 6º." Presidente  
 2002 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu vou pedir licença aos demais e voltar,  
 2003 porque aí já adiantaríamos na votação global. O senhor está falando em  
 2004 relação ao inciso II, que sofreu uma modificação. É o artigo 4º, inciso II."  
 2005 Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: "O caput e o inciso II."  
 2006 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Eu vou colocar em votação a  
 2007 norma toda. E o artigo 4º nós vamos discutir posteriormente, porque tem um  
 2008 substitutivo em relação ao caput, que pode afetar também o inciso II. Então,  
 2009 eu coloco em votação a minuta de deliberação normativa conforme  
 2010 apresentada no quadro e explicada pelos técnicos, com exceção do artigo 4º  
 2011 e seus parágrafos e incisos. Os conselheiros que concordam com a minuta  
 2012 apresentada permaneçam como estão." Conselheiro Francisco Chaves  
 2013 Generoso: "Abstenção do Ministério Público na integralidade da norma,  
 2014 senhor presidente." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Aprovada,  
 2015 com abstenção do Ministério Público em relação à integralidade da minuta.

Então, passamos para o artigo 4. Nós temos aqui uma proposta substitutiva do caput. O senhor poderia retornar, Dr. Gustavo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Vocês colocam aqui ‘na impossibilidade de as amostragens para fins dos ensaios laboratoriais serem realizadas por técnico do laboratório acreditado’. A minha primeira questão é: quem vai ter que comprovar essa impossibilidade? E vai ser comprovada para quem? Eu imagino que o empreendedor deva comprovar essa impossibilidade. Ou seja, na impossibilidade, devidamente comprovada pelo empreendedor. Essa é a primeira pergunta que eu acho que deveria ficar clara, porque senão fica uma questão completamente vaga. A segunda questão. ‘O empreendedor deverá cumprir as seguintes exigências’ possibilitando que o empreendedor faça a coleta. Na hora que entra com a alínea c) do inciso II, tira do empreendedor a possibilidade de fazer isso, na realidade quem tem que fazer isso é o profissional tecnicamente habilitado. Então, não é o empreendedor, é o profissional tecnicamente habilitado. Eu acho que deveria melhorar o texto, porque aí se resolve no seguinte sentido: ‘Na impossibilidade de as amostragens para fins dos ensaios laboratoriais serem realizadas por técnico do laboratório acreditado, mediante comprovação inequívoca do empreendedor ou com reconhecimento de competência’. E não o empreendedor: ‘profissional tecnicamente habilitado’. ‘Poderá cumprir as exigências sem prejuízo de outras que possam ser feitas pelo laboratório’. É só essa questão. ‘Na impossibilidade de as amostragens para fins dos ensaios laboratoriais serem realizadas por técnicos do laboratório acreditado ou com reconhecimento de competência, mediante comprovação inequívoca por parte do empreendedor, profissional tecnicamente habilitado, poderá realizar tais amostragens, cumprindo a seguintes exigências, sem prejuízo de outras que possam ser feitas pelo laboratório’. Isso implicaria, logicamente, ‘cada lote de amostras deverá ser acompanhado de um relatório descritivo do qual conste: nome e endereço da empresa, discriminação das amostras e atestado emitido por profissional legalmente habilitado. Se já está sendo executado por profissional legalmente habilitado.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Quando você saiu, o Anderson tinha comentado sobre esse inciso. Eu acho que, com essa nova redação, está mudando um pouco o sentido do que o Anderson tinha comentado. O artigo 4º vem falar que, se o técnico habilitado estiver impossibilitado de ir lá fazer amostragem, o empreendedor pode fazer, o empreendedor pode coletar.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Através de um profissional tecnicamente habilitado.” Conselheira Lidiane Carvalho de Campos: “Não. Ele pode fazer. E no II fala que cada lote vai ter que ter nome, discriminação. E esse relatório é do laboratório. A redação não ficou clara mesmo, eu concordo com você que tem que melhorar, mas a redação da alínea c) do inciso II.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Houve uma modificação pequena na alínea c).” Conselheiro Adriano



Nascimento Manetta: “Só uma consideração no sentido de que, na minha opinião, ‘comprovação inequívoca’ não é factível. Se fosse, não precisava ter conselho, Judiciário, teria a prova sem ter discussão. E reforçando no sentido do que colocou a Lidiane eu acho que o espírito que se pretende, o artigo 4º, do jeito que ficou, atende. Aí, eu acho que é interessante a Secretaria fazer a sua exposição.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Conselheiro Gustavo, nós fizemos uma redação alternativa e apresentamos logo que a reunião retornou. A intenção é a seguinte. Com a proposta do senhor, eu temo, pessoalmente, que vamos criar uma nova figura para se fazer a amostragem. Em vez de o empreendedor fazer, nós estaremos criando uma figura que vai se responsabilizar. É a mesma coisa se deixássemos que o empreendedor fizesse. Então, nessa lógica, nós propusemos essa outra redação, porque o que queremos com a amostragem, neste momento em que vivemos, de laboratórios em número menor do que precisamos, é deixar, por enquanto, como política de Estado que o próprio empreendedor, na ausência de um laboratório acreditado ou homologado, pudesse ele mesmo fazer a coleta. Entre os requisitos que ele deve cumprir está o requisito de um relatório descritivo de como ele fez a amostragem. Então, nós estamos jogando a responsabilidade no empreendedor e na equipe que vai trabalhar com ele por conta da amostragem, trazendo o seguinte: o relatório terá que ser apresentado ao Estado junto com os laudos de análise do laboratório, vai ter que ter o que já existia, que era questão de nome e endereço do empreendimento, a discriminação e o local das amostras. Nós vamos pedir a ele também que constem todos os procedimentos que ele adotou para fazer a coleta desse lote de amostras, cumprindo as exigências normativas. E o relatório terá que ter esse responsável por meio de anotação ou de registro de responsabilidade técnica. Porque aí, sim, completamos, pelo menos, uma documentação mais robusta para busca avaliar esses resultados.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “O que está nos incisos é exatamente o que eu pretendia que fosse colocado. A minha única dúvida que permaneceu nisso tudo é qual a diferença da responsabilidade técnica pelo relatório de procedimento de coleta de amostras e pela própria coleta de amostras em si. Está botando a responsabilidade técnica para alguém atestar que um relatório de coleta de amostra está ok. E como que essa pessoa atesta que um relatório de coleta de amostra está ok e por que ela que vai atestar já não faz a própria coleta de amostra. Ou seja, está remetendo uma responsabilidade técnica para um relatório de coleta de amostra ao invés de remeter a responsabilidade técnica para a própria coleta de amostra. Resumindo isso tudo, a minha dúvida ficou só nisso.” Liliana Adriana Nappi Mateus/SEMAD: “Se criarmos essa figura que vai fazer a coleta, não é melhor, então, que o laboratório faça? Então, teria que ser nesse sentido, não podemos criar uma terceira figura nessa estrutura. Essa pessoa habilitada para fazer amostragem seria o laboratório. É essa exceção

2102 que nós estamos fazendo.” Conselheiro Gustavo Henrique Wykrota Tostes:  
 2103 “Da minha parte, é o que eu acho que seria razoável. Mas vocês estão  
 2104 abrindo uma exceção. Ao abrir a exceção a minha dúvida só cinge nesse  
 2105 ponto. Abre exceção para alguém coletar amostra, alguém vinculado ao  
 2106 empreendedor, independente de quem. Não é a pessoa jurídica, vai alguém,  
 2107 pessoa física, empregado, Deus sabe quem seja que vai lá coletar essas  
 2108 amostras. Essa coleta tem que ter essa descrição e outras que porventura o  
 2109 laboratório fizer. Aí, depois disso tudo, alguém, que seja um profissional  
 2110 tecnicamente habilitado, tem que ir lá atestar tudo que foi feito. Se já se está  
 2111 exigindo que um profissional tecnicamente habilitado ateste que está tudo ok,  
 2112 por que o profissional tecnicamente habilitado já não executa a própria coleta  
 2113 de amostra?” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós já discutimos  
 2114 esse assunto antes e estamos discutindo de novo. Eu acho que os  
 2115 esclarecimentos que nós podíamos dar já foram dados. Eu vou dar a palavra  
 2116 ao Dr. Adriano, e vamos colocar em votação de acordo com a proposta que  
 2117 foi colocada no quadro, logo depois.” Conselheiro Adriano Nascimento  
 2118 Manetta: “Exatamente propor no sentido de votar.” Conselheiro Newton Reis  
 2119 de Oliveira Luz: “Deixa eu só tentar esclarecer com um exemplo. Imagine  
 2120 que você vai fazer uma prospecção geológica. Tem um geólogo responsável,  
 2121 é ele quem vai assinar o relatório. Agora, na coleta de amostras, se  
 2122 estabelece uma linha básica e as transversais, e alguém da sua equipe,  
 2123 pessoa que está treinada por você, mas não está habilitada tecnicamente,  
 2124 simplesmente vai colocar amostras aqui, aqui e aqui. Então, não  
 2125 necessariamente o técnico que assina vai fazer. Entendendo a sua sugestão,  
 2126 teria que ter uma equipe grande de geólogo para fazer uma prospecção. Só  
 2127 para ilustrar.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Ok. Eu vou colocar  
 2128 em votação o artigo 4º conforme a apresentação da equipe da SEMAD, com  
 2129 as alterações colocadas no último ponto em relação ao inciso II. Eu sempre  
 2130 vou colocar em qualquer momento em que estiver conduzindo, geralmente,  
 2131 as propostas da SEMAD. A proposta da SEMAD, conforme as últimas  
 2132 alterações no inciso II, que se encontra no quadro, já foi lida e debatida. Os  
 2133 conselheiros que estão de acordo permaneçam como estão. Os contrários  
 2134 que se manifestem. Aprovado, com abstenção do Ministério Público, que já  
 2135 havia falando, anteriormente, em relação a toda a norma. Agradeço à equipe  
 2136 da SEMAD pelas explicações e dou parabéns pela apresentação da norma.”  
 2137 **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE**  
 2138 **LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Vale S/A. Barragem Maravilhas III. Barragem de**  
 2139 **contenção de rejeitos/resíduos e pilhas de rejeito/estéril. Itabirito/MG.**  
 2140 **PA 00211/1991/058/2011, DNPM 930593/1988. Classe 6. Apresentação:**  
 2141 **Suppri. Retorno de vista: APPA, Fiemg, Ibram e ONG Ponto Terra.**  
 2142 **Recurso indeferido por unanimidade nos termos do Parecer Único.**  
 2143 Transcrição das apresentações, debates e deliberações. Conselheiro Paulo  
 2144 José de Oliveira: “Antes de colocar a análise feita no relatório do pedido de

2145 vista, eu queria só colocar um detalhe que eu acho importante. Eu passei por  
2146 uma experiência. Um ano e meio antes do rompimento da barragem em  
2147 Mariana, eu participei de um evento na Assembleia Legislativa, e houve uma  
2148 manifestação da comunidade de Mariana pedindo providências para a  
2149 barragem de Mariana. Eu me recordo muito bem, inclusive com registros,  
2150 que alguém que representava a Fiemg e a empresa na mesa repudiou a  
2151 manifestação dos moradores de Mariana em relação ao que estavam  
2152 pedindo providências e com riscos. Um ano depois a barragem se rompeu.  
2153 Esse exemplo eu estou colocando para exemplificar um pouco a  
2154 preocupação que eu coloco aqui, a análise que foi feita nesse processo e  
2155 que vem aqui para decidirmos. Eu acredito que um Conselho onde nós  
2156 estamos para, em primeiro lugar, preservar o meio ambiente e a vida, com a  
2157 participação do Estado no Conselho, onde ele é o tutor da sociedade, da  
2158 comunidade, do cidadão, o que analisamos no processo acaba trazendo  
2159 preocupação. Porque vemos uma série de problemas no processo, uma  
2160 série de erros e equívocos, o que realmente leva ao que vamos vai pedir  
2161 aqui, inclusive em conjunto com a ONG Ponto Terra, e que gostaríamos que  
2162 fosse considerado pelo Conselho. É lógico e evidente que, finalizando, nós  
2163 vamos alinhar com as entidades que votaram contrário, que são MP, Fonasc,  
2164 Crea e Fetaemg. Mas eu gostaria só de pontuar o que está no relatório, só  
2165 sinteticamente, para embasar o que a trazemos aqui, essa colocação de  
2166 preocupação. Primeiro que o processo não possui numeração de páginas,  
2167 tem parte dele que não foi disponibilizada para vista. Há o impedimento de  
2168 pessoas que votaram aqui no próprio Conselho e em outras instâncias, em  
2169 outras Câmaras, e que também está sendo contestado. Nós vemos,  
2170 inclusive, o próprio Ministério Público fazendo essas colocações e  
2171 contestações, não cumprimento de prazo, inclusive pelo próprio Estado,  
2172 dentro do processo. Quando nós votamos aqui as normas é para primar  
2173 pelos prazos e pelo trâmite dentro da legalidade, dentro da paridade. Há  
2174 também no processo uma moção de apoio e até um parecer da profissional  
2175 do Cefet, que coloca bem mesmo as alternativas para a empresa. E nós  
2176 vemos que realmente a empresa opta por aquilo que é mais viável  
2177 economicamente, mas não se busca aquilo que é mais viável para a  
2178 sociedade e para o meio ambiente. Então, há que se buscar outras formas  
2179 para minimizar possíveis impactos para a sociedade. É questionada também  
2180 a questão da competência do Estado em questão de fiscalizar. Se ele é o  
2181 que vai autorizar, então, tem todo o poder de fiscalizar. Então, não  
2182 entendemos por que não. Tem também a questão da resolução do Conama,  
2183 que está dentro do regramento jurídico, que nos preocupamos com os  
2184 possíveis e a irreversibilidade do dano causado posteriormente. Então, nós  
2185 queremos acreditar que a nossa preocupação em sanar todas as questões  
2186 que deixam de operação do empreendimento, todas as oportunidades que  
2187 tivermos para questionar e ver a segurança, eu acho que é papel nosso estar

2188 observando. Outra questão que se questiona é de o próprio profissional ART,  
2189 um profissional que está dentro do processo e já responde pelo rompimento  
2190 da barragem em Nova Lima, inclusive com mortes. Então, são vários itens  
2191 que nos levam a realmente nos preocupar como está sendo conduzido esse  
2192 processo. Nós acreditamos que realmente ele tenha que ser revisto. E nós,  
2193 das ONGs, nos alinhamos com a posição contrária, junto com o Crea, a  
2194 Fetaemg, o Ministério Público e o Fonasc na posição em relação ao  
2195 processo. Estarei à disposição aqui para também discutir e ver outras  
2196 questões que possam ser cogitadas aqui, que já colocamos no relatório que  
2197 está juntado.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Inicialmente, eu informo  
2198 que o relato foi feito de forma conjunta entre Fiemg e Ibram. Eu não vou me  
2199 alongar muito na questão da exposição do próprio relato. O que nós temos a  
2200 dizer já dissemos no próprio relato de vista. A manifestação da Suppri, para  
2201 nós, foi de extrema valia, foi excelente, os pareceres foram devidamente  
2202 elaborados, tecnicamente, muito bem embasados. Para nós, não há  
2203 nenhuma dúvida do que está dito ali em todo o material que foi  
2204 disponibilizado pela equipe da Superintendência. E tanto a Fiemg quanto o  
2205 Ibram, nós somos favoráveis a todos os pareceres que a Suppri escreveu,  
2206 somos pelo indeferimento do recurso, nos termos dos pareceres emanados  
2207 pela Superintendência.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu  
2208 queria cumprimentar a todas e a todos e dizer que eu sei do meu tempo, que  
2209 vou ficar preso ao mesmo. O nosso relatório tem muito a ver com o relatório  
2210 apresentado pelo companheiro Paulo, mas eu queria, aproveitando o tempo,  
2211 chamando a atenção das conselheiras e conselheiros e das pessoas que  
2212 aqui estão para contextualizar essa questão tão importante para nós aqui em  
2213 Minas Gerais, que é a construção de barragem, a maneira de construção  
2214 dessas barragens. Eu queria dizer que, por exemplo, a SEMAD – talvez não  
2215 a SEMAD que hoje está, mas a SEMAD do começo desse governo – criou  
2216 uma força-tarefa como se fosse resolver todas as questões de construção de  
2217 barragens em Minas Gerais. Eu participei, eleito que fui pelos membros  
2218 companheiros do COPAM. Na verdade, a força-tarefa da SEMAD expeliu um  
2219 ratinho camundongo. Então, um trabalho de muitas reuniões, mas o que saiu  
2220 foi uma coisa muito pequena da SEMAD, naquela época, embora neste  
2221 mesmo governo. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde eu tive a  
2222 honra de ser deputado durante 11 anos, eu não sei se hoje eu teria a honra  
2223 de ser deputado estadual para estar discutindo essa questão há dois anos, e  
2224 agora que começa a debater os primeiros paços na Comissão de Meio  
2225 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável daquela Casa para tratar da  
2226 questão das barragens. Passaram-se dois anos, e estão discutindo ainda a  
2227 questão da legislação. E legislação não constrói barramento eficaz,  
2228 legislação ajuda na construção. E até agora ainda estão discutindo, os  
2229 nobres deputados, essa legislação. O Ministério Público Estadual, tão bem  
2230 representado aqui pelo Dr. Generoso, fez um trabalho competente, chamou

2231 todo mundo lá, conduziu, pegou seu corpo técnico e apresentou um projeto  
2232 de lei e entregou formalmente na Assembleia. Nós percorremos, com os  
2233 promotores e procuradores, o gabinete de alguns deputados, entregamos um  
2234 projeto de lei, que está lá igual aquela música do Martinho da Vila, devagar,  
2235 devagarinho, e foi apensado a um outro projeto de lei que está lá. Quando a  
2236 sociedade fala mal de nós, da classe política – eu me incluo –, tem muita  
2237 razão. Inclusive, esse caso é de morosidade, para não falar de outras coisas.  
2238 Aí, criaram uma tal Fundação Renova, que já nasce velha, inclusive com  
2239 componentes de idade mais avançada que a minha, que na realidade  
2240 deveriam estar descansando ou fazendo outras. Agora há pouco tempo  
2241 algumas escolhas mais confiáveis, vamos assim dizer. E dizer que o Estado  
2242 não tem culpa no passado, tem que ter. A FEAM foi criada há 25 anos, não  
2243 sei há quantos anos, tem um corpo de pessoas competentes, mas que  
2244 precisa, efetivamente, participar cada vez mais desse processo, até pela sua  
2245 obrigação, na minha visão, constitucional e legal. A FEAM tem técnicos, tem  
2246 pessoas competentes e é até bom que participe efetivamente. O DNPM todo  
2247 mundo conhece, é uma caixa-preta de liberação daquelas concessões todas.  
2248 Não sei se atualmente ainda está assim, mas sempre foi. É problemática  
2249 demais essa questão de confiar na instituição pública do Estado e deste  
2250 país. Agora entrando, especificamente, na questão, eu queria comentar que  
2251 três entidades fizeram requerimentos. São duas associações, e novamente  
2252 cito o Ministério Público Estadual. Tem que ter algum fundamento, alguma  
2253 representatividade, um requerimento, um recurso apresentado por duas  
2254 entidades da sociedade civil, pelo Ministério Público contra uma decisão  
2255 tomada pelo plenário da então URC Rio das Velhas. Eu quero só chamar  
2256 atenção nesse sentido. Agora, hoje, o meu colega Paulo já fez aqui a sua  
2257 leitura, e eu não vou ficar repetindo as palavras dele, o que já está escrito  
2258 aqui e que as pessoas já sabem. Foi entregue há uma semana, na sexta-  
2259 feira passada. Mas duas entidades diferentes daquelas vêm cá e apresentam  
2260 um arrazoado pedindo apoio para esses dois recursos apresentados.  
2261 Como eu sou engenheiro, professor da escola de engenharia da  
2262 universidade Fumec já aposentado e conheço um pouco essa questão, eu  
2263 queria dizer que nós acompanhar talvez ipsis litteris o parecer dado pela  
2264 conselheira Adriana Alves Pereira Wilken, que é professora do Cefet, Centro  
2265 Federal de Educação Tecnológica, que faz parte da Câmara da Indústria e  
2266 da Mineração, que também está anexado, apensado ao nosso relatório, tanto  
2267 ao do Paulo quanto ao meu. Concluindo, eu queria fazer um apelo às  
2268 conselheiras, aos conselheiros que refletissem bem essa questão do ponto  
2269 de vista técnico do parecer da professora do Cefet, nesse sentido, divergindo  
2270 da posição tomada pela empresa em relação ao tipo de construção. Se tem  
2271 três tipos de construção possíveis, por que não ir para o melhor, o mais  
2272 seguro, mais sustentável, mais confiável ou qualquer coisa nesse sentido?  
2273 Então, aí, quem fala já é a professora Adriana Alves Pereira Wilken, em seu

2274 relatório, que nós anexamos aqui. Para concluir e para caminhar para  
2275 votação, eu quero ler, de maneira formal, a nossa conclusão e o voto. 'Em  
2276 face de todo o exposto e do que consta nos autos, votamos pelo deferimento  
2277 dos recursos apresentados pelo Condomínio Vale dos Pinhais, pelo Instituto  
2278 Casa e Cidadania e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no  
2279 mérito, dar provimento ao mesmo para reforma da decisão proferida na 96ª  
2280 reunião da URC Rio das Velhas, que concedeu a Licença Prévia, e sua  
2281 subsequente anulação e notificação imediata à empresa.' O nosso parecer,  
2282 conclusão e voto." Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: "Eu queria só  
2283 citar que o Crea foi citado por ter apresentado parecer favorável, na reunião  
2284 anterior, que era outra composição da CNR, da qual eu não participava. Veio  
2285 aqui uma representante suplente do Crea, que fez o seu voto usando a  
2286 prerrogativa na Câmara Normativa e Recursal, que nos permite, exatamente,  
2287 rever os atos que nós colocamos. Eu sou conselheiro titular pelo Crea na  
2288 Câmara de Mineração. Tenho um relato de vista que já foi apresentado e  
2289 discordo da posição da minha colega que esteve aqui antes. O meu parecer  
2290 não é coincidente com o dela. Mas eu gostaria, simplesmente, de dizer o  
2291 seguinte. Nesta reunião – prerrogativa que a CNR nos dá de rever os nossos  
2292 atos –, a minha posição em relação a isso é favorável, como está lá. Eu não  
2293 poderia ser contra o que eu já apresentei no meu relato de vista." Isabel  
2294 Roquete/Vale S/A: "Presidente, assim como na CMI, a empresa está aqui à  
2295 disposição para esclarecer as dúvidas. Dos relatos dos conselheiros, o que  
2296 eu pude deduzir é que o ponto de maior incômodo é a apresentação de  
2297 alternativa tecnológica para esse empreendimento. Vai ser objeto também de  
2298 esclarecimento de outros representantes da Vale, e eu só queria demonstrar  
2299 que a Vale apresentou as alternativas tecnológicas, sim. Desde o EIA que foi  
2300 apresentado em 2012. Para ser mais exato, da página 24 à 26 e da 26 à 31.  
2301 Esse EIA, como todo EIA requisita no seu termo de referência, solicita a  
2302 apresentação de alternativas tanto tecnológicas quanto locais. A Vale  
2303 apresentou as alternativas tecnológicas, analisou-as e optou por aquela que  
2304 seria tecnicamente a mais viável. É claro que esse 'tecnicamente' inclui  
2305 técnica e economicamente. Além disso, foi apresentado, em 19/4/2016, por  
2306 própria solicitação da Supram, na análise do processo, como informação  
2307 complementar, quando a Vale reapresentou nova avaliação dessas  
2308 alternativas tecnológicas e, nesse momento, nessa oportunidade,  
2309 demonstrou todas as tecnologias que estão sendo desenvolvidas pela Vale,  
2310 que também vão ser objeto de identificação de um profissional especialista  
2311 da Vale que está desenvolvendo essas tecnologias. Então, além das  
2312 informações complementares, aquelas já apresentadas à época de 2012,  
2313 apresentadas em 2016 por solicitação do órgão ambiental, foi feita uma  
2314 reanálise das alternativas mostrando as evoluções em termos de tecnologias  
2315 e de iniciativas para disposição de rejeito até então desenvolvidas pela Vale.  
2316 Na oportunidade também da apresentação do PCA, em agosto de 2016, foi

2317 de novo reapresentada a avaliação dessas tecnologias, tanto é que a  
2318 avaliação dessas novas iniciativas tecnológicas adotadas pela Vale compôs  
2319 a análise do relatório de LI+LO pautado para a próxima semana. Então, nas  
2320 falas dos conselheiros, além dos outros assuntos, nós podemos deduzir que  
2321 o incômodo maior foi a adoção ainda da barragem de alteamento para  
2322 jusante nesse empreendimento. E aí tem essa explicação, através da  
2323 avaliação dessas alternativas apresentadas, que vão ser objeto de melhor  
2324 análise por especialista da área. Nós nos colocamos, então, à disposição de  
2325 todos os conselheiros. Qualquer dúvida, nós estamos aqui à disposição.”  
2326 Marco Túlio Santiago/Vale S/A: “Bom dia a todos, presidente, conselheiros.  
2327 Muito se tem falado de tecnologias alternativas à barragem. Eu sou gerente  
2328 de Desenvolvimento de Processo na Vale, engenheiro de minas, de  
2329 formação. Eu sou queria acrescentar que, quando se fala de rejeito, a parte  
2330 tecnológica da Vale nós temos estudado de forma bem ampla, haja vista,  
2331 fazendo um pouco o retrospecto, o desenvolvimento para os minérios ricos  
2332 de peneiramento a umidade natural, que não gera rejeito, que, até 2022,  
2333 70% da produção da Vale já vão ser umidade natural. Porém, ainda existem  
2334 os outros 30% que são minérios pobres, que requerem concentração. Ao  
2335 longo do tempo nós temos estudado, sim, diversas formas de estar  
2336 maximizando essa recuperação global, assim como novos métodos de  
2337 disposição que possam concorrer com a barragem. Temos avançado muito  
2338 na melhoria das nossas plantas industriais com as tecnologias existentes e  
2339 temos estudado as tecnologias disruptivas mesmo. Eu posso citar a  
2340 tecnologia de flotação de lama, a tecnologia de concentração magnética a  
2341 seco. E faço uma menção especial também ao projeto que denominamos de  
2342 métodos alternativos de disposição de rejeito, que é procurar realmente estar  
2343 fazendo a disposição, se não total, pelo menos parcial, em forma de pilhas.  
2344 Esse projeto já tem tempo que estamos desenvolvendo, iniciou em 2010, e  
2345 seguiu toda a fase de estudos, passando por testes de bancada, teste piloto,  
2346 até que nós sentimos a necessidade de estar evoluindo para testes que  
2347 chamamos de testes industriais. Por quê? Essas tecnologias, quando se  
2348 percorre a literatura do mundo, são tecnologias aplicadas em condições  
2349 climáticas totalmente diferentes da brasileira, com alta precipitação etc.  
2350 Geralmente, as tecnologias são aplicadas em regiões desérticas onde a  
2351 maior preocupação é a recuperação de água e não propriamente dito a  
2352 disposição do rejeito provocado. Então, essa customização é necessária  
2353 para o desenvolvimento aqui no Brasil, isso não é simplesmente um Ctrl C,  
2354 Ctrl V de outras unidades, cada mina tem sua especificidade. Desde o ano  
2355 passado, essa planta industrial já está em operação, da Mina do Pico. Nós  
2356 temos também procurado viabilizar diversas formas de disposição, seja por  
2357 disposição em separados, seja disposição conjunta, com todas as  
2358 tecnologias possíveis, que possivelmente vão ser validadas tecnicamente,  
2359 tanto no que falamos de processo mineral quanto também nas questões

2360 geotécnicas, importantíssimas para qualquer projeto que se coloque. Na  
2361 medida que estamos trabalhando, na medida que estamos desenvolvendo  
2362 essas tecnologias, e elas, ao serem validadas, logicamente elas vão entrar,  
2363 com certeza, nos projetos como alternativas possíveis. E hoje o que se  
2364 espera é ter um leque de opções que vai desde a barragem ou disposição  
2365 em pilhas ou outra tecnologia em si. Então, eu só quero reforçar que as  
2366 tecnologias têm que ser customizadas para o regime climático brasileiro. Isso  
2367 é extremamente, e é isso que nós estamos desenvolvendo. E, repetindo, na  
2368 medida que esses avanços forem sendo validados tecnicamente, aí, sim, nós  
2369 vamos estar ampliando o leque de opções ainda mais do que nós já temos  
2370 feito.” Ricardo Carneiro/Vale S/A: “Senhor presidente, senhoras e senhores  
2371 conselheiros. Melhor que eu me reservasse à função de apenas  
2372 eventualmente, se necessário fosse, prestar algum tipo de esclarecimento,  
2373 mas eu queria apenas repisar um ponto que eu venho insistindo, talvez  
2374 desnecessariamente e talvez melhor que a mesa fizesse essa observação,  
2375 no sentido de que a matéria que vem à apreciação deste Colegiado, dessa  
2376 instância superior, instância final, para apreciação do recurso, cumpre o que  
2377 se chama de efeito devolutivo, que é da essência de qualquer insurgência,  
2378 de qualquer demanda recursal. Ele devolve à apreciação da instância  
2379 superior a matéria objeto do recurso. Mas, vejam, este Colegiado, esta  
2380 Câmara Normativa e Recursal, só poderá reavaliar a decisão que foi  
2381 impugnada pelo recurso em face dos argumentos suscitados pelos  
2382 recorrentes e não de outros. Evidente, quem sou eu, e não estou aqui  
2383 dizendo que ninguém poderá trazer argumentos novos, questões que foram  
2384 discutidas posteriormente à interposição dos recursos. Mas apenas esse  
2385 registro me parece importante, porque às vezes se extrapola um pouco a  
2386 discussão, para lembrar que a decisão que os senhores terão que tomar terá  
2387 que ter clara aderência e observância à matéria ou às matérias suscitadas  
2388 pelos recorrentes em cada qual dos seus respectivos recursos.” Presidente  
2389 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Isso será provavelmente observado pela  
2390 assessoria jurídica da Suppri, mas é isso mesmo, pelo princípio que nós  
2391 temos do direito quanto apelado quanto devoluto, sob pena do extra petita,  
2392 ultra petita em relação ao pedido. Mas isso será oportunamente verificado  
2393 pela equipe.” Cláudio Raposo: “Boa tarde, presidente, membros  
2394 conselheiros, eu estou aqui como indivíduo público do Condomínio Vale dos  
2395 Pinhais. A minha formação é engenheiro geólogo, aposentado da área  
2396 nuclear. Nós apresentamos um recurso com 15 pontos detalhadamente  
2397 discutidos e com 12 condicionantes. O nosso recurso foi colocado no tempo  
2398 recursal, um mês após a Licença Prévia. E o que deixa dúvida agora é que,  
2399 um ano depois, está sendo analisado esse recurso e com um dia útil vai se  
2400 analisar, na segunda-feira, a LI+LO. Não se definiu ainda a LP, e segunda-  
2401 feira, nesta mesma praça aqui, nesta mesma sala, vai ser discutida a LI+LO.  
2402 Considerando, então, todos os pontos, existem questionamentos simples,



2403 sugestões, que foram apresentados, desde caracterização da lama do  
2404 resíduo, face ao que ocorreu lá em Fundão. O que foi feito lá em Fundão?  
2405 Os questionamentos. 'A lama é tóxica, a lama tem metais pesados, tem isso,  
2406 tem aquilo'. Então, no Parecer Único da barragem Maravilhas III não existe a  
2407 caracterização dessa lama, justamente para afastar esse tipo de dúvidas.  
2408 Mas a empresa, com sua prepotência e soberba, pega um exemplo lá de  
2409 Forquilhas, de outra área, de outro jazimento e transfere esse resultado. E  
2410 assim vai se perpetuando dentro do parecer, dentro dos questionamentos.  
2411 Por exemplo, questionamos a situação da poluição atmosférica. A Vale não  
2412 tem nenhum levantamento, um plano pré-operacional ou operacional com a  
2413 situação do local. Pega de novo dados de uma estação meteorológica  
2414 situada a 120 km, em Ouro Branco. E transfere de novo a área. E assim vai  
2415 se repetindo. Como o tempo é exíguo, eu vou falar que existe uma equipe  
2416 muito grande, ninguém está contestando a fiscalização do DNPM. Até  
2417 porque a fiscalização vai vir depois do empreendimento. O que nós estamos  
2418 discutindo é que, para qualquer empreendimento, ponto básico para  
2419 viabilidade e exequibilidade do empreendimento, teria que analisar as  
2420 condições de segurança. E isso foi passado na passante no Parecer Único.  
2421 Não tem nenhum parecer técnico do DNPM sobre a barragem que está ao  
2422 lado, que é a Barragem II, nem a Barragem III. Então, nós contestamos esse  
2423 tipo de posicionamento, somos contrários a todas as respostas que a  
2424 Supram e a Câmara prestaram no nosso recurso. Nenhum questionamento  
2425 foi atendido. Então, nós também questionamos tudo que foi feito, tudo que foi  
2426 escrito nessas 24 páginas da Supram. Um dos problemas, que é o problema  
2427 maior, é a segurança. Nós queremos saber da segurança e do risco de morte  
2428 das comunidades que estão na área a jusante. Se tem tecnologia, se a  
2429 barragem vai ser feita com 110 milhões m<sup>3</sup>, nós queremos saber da  
2430 segurança. E essa segurança foi analisada superficialmente. O estudo de  
2431 dam break, a empresa que começou a fazer esse estudo é uma empresa  
2432 que não era nem conhecida no mercado, empresa que tem dois anos, três  
2433 anos de atividade e que nunca tinha feito dam break na vida. Então, nós  
2434 contestamos esse dam break. Aqui no relatório são colocadas as  
2435 propriedades que estão na zona de autossalvamento. Nós temos no  
2436 condomínio 73 unidades, e aqui no relatório está falando em duas unidades.  
2437 Então, eu gostaria de saber de onde foram tiradas essas informações.  
2438 Porque a Vale recebeu o nosso levantamento planialtimétrico cadastral com  
2439 todas as propriedades que tem no loteamento. Então, essa informação aqui  
2440 não procede. Então, o meu ponto central, que está colimado com a  
2441 preocupação do Paulo de Oliveira e com o Ronaldo Vasconcellos, é sobre a  
2442 segurança da estrutura. Quem fez os trabalhos de estabilidade geotécnica é  
2443 a mesma empresa envolvida no Fundão, que é a Vogbr. Não é possível que  
2444 a Vale não tinha outra empresa para fazer esse tipo de coisa. E coloca como  
2445 ART desse estudo um engenheiro agrimensor. Então, existe uma resolução

2446 do Confea, que não compete a um engenheiro agrimensor fazer esse tipo de  
2447 coisa. A menos que eu esteja equivocado. Então, nessa Licença Prévia, tem  
2448 vários pontos que ainda estão por serem esclarecidos. A própria outorga, a  
2449 Supram teve que se valer da autotutela de um assunto que ela poderia ter  
2450 resolvido. Porque o processo está parado tem mais de um ano. O Comitê de  
2451 Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, questionado, não sabia que a  
2452 barragem tinha sido acrescida de 25% no reservatório e no volume. O estudo  
2453 de dam break, que consideramos a peça principal nessa história toda, foi  
2454 feito da melhor maneira para o empreendedor. Deveriam ser estudados  
2455 vários cenários de rompimento hipotético, de 25, 50, 75 até 100%. O figurino  
2456 mostra que o pior cenário deveria ser analisado. E qual foi o cenário que a  
2457 empresa contratada apresentou no seu dam break? Foi de 10%. Será que o  
2458 acidente de Fundão, o da Herculano e agora com a Casa de Pedra não  
2459 valeram para nada? Quando há o rompimento por qualquer motivo, não tem  
2460 jeito de segurar, não tem nenhuma estrutura lá na região desse complexo de  
2461 três barragens, um dique de contenção para barrar esse movimento de toda  
2462 essa lama. Então, é um estudo muito superficial, muito meia-boca, feito por  
2463 uma empresa desconhecidas. Todas as pessoas que nós consultamos foram  
2464 unânimes em falar que o estudo peca pela superficialidade. Eu gostaria de  
2465 apresentar aos senhores que, em 2013, o Ministério Público – e aqui está o  
2466 representante do Ministério Público, Dr. Generoso – contratou, do Instituto  
2467 Prístino, um estudo sobre a barragem de Fundão. E esse instituto fez um  
2468 laudo falando que a barragem oferecia risco de rompimento. Dois anos  
2469 depois, esse rompimento veio a se efetivar. Recentemente, com a Barragem  
2470 III, o Ministério Público antecipou, porque foi uma total negligência e  
2471 desgovernança. Agora, o Ministério Público pediu de novo o relatório, está lá  
2472 com o Dr. Generoso. O Instituto veio falar de novo que os dados são  
2473 insuficientes para uma análise de segurança da barragem. Será que vai ter  
2474 que ocorrer novo acidente? São dois inquéritos civis, um da barragem II e  
2475 outro da Barragem III. Espero que o Ministério Público, a partir desses  
2476 encaminhamentos, faça uma ação civil pública. Porque não é possível, o  
2477 alerta foi dado, e ninguém tomou ciência disso. Então, o nosso problema das  
2478 comunidades é que o nosso loteamento tem 157 lotes e 73 construções.  
2479 Então, um evento, um rompimento hipotético, é previsível, não tem data certa  
2480 de ocorrer, pode ocorrer de dia e de noite, fim de semana e tal, e é  
2481 mensurável. Então, ficam aí o esclarecimento para os membros e o nosso  
2482 repúdio a esse tipo de pressão que a Vale exerce em tentar aprovar uma  
2483 licença e, concomitantemente, um dia útil depois, a Licença de Operação e  
2484 Instalação, sem resolver a Licença Prévia.” Presidente Yuri Rafael de  
2485 Oliveira Trovão: “Foi até um compromisso do subsecretário até com o  
2486 Ministério Público, que o Dr. Francisco solicitou. Nós só vamos apreciar a LI  
2487 depois de resolvida essa questão aqui da LP, que está em julgamento neste  
2488 dia.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Eu gostaria de esclarecer ao

2489 Dr. Cláudio – eu estou falando pelo Crea – que, em relação à Anotação de  
2490 Responsabilidade Técnica do engenheiro agrimensor, ele não só é o  
2491 coordenador do grupo, como tem mestrado na área de geotecnia. Eu já tive a  
2492 oportunidade de verificar a ART, e está contemplada na ART do profissional  
2493 a competência para atuar como coordenador na área de geotecnia. Então,  
2494 nesse aspecto, eu não vejo nenhum problema. Inclusive, nós, como  
2495 profissionais, sabemos muito bem o seguinte: em equipe multidisciplinar, não  
2496 necessariamente o coordenador da equipe é o principal técnico e, sim,  
2497 aquele que a empresa reconhece como competência para exercer a  
2498 coordenação desse grupo de trabalho.” Lucas Brasil/Vale S/A: “Eu queria  
2499 abordar alguns assuntos e esclarecer algumas questões. Primeiro, sob o  
2500 ponto de vista da tipologia da estrutura. É muito importante deixar muito claro  
2501 com relação a qualquer tipo de comparação que possa ser feita. Essa  
2502 estrutura é uma estrutura de aterro convencional amplamente conhecida pela  
2503 engenharia mundial. Nós dominamos, sob o ponto de vista técnico,  
2504 plenamente, esse tipo de estrutura. Então, não é possível fazer nenhum  
2505 comparativo com relação a essa estrutura associada a Maravilhas III com a  
2506 estrutura de Fundão. Então, esse é um aspecto muito importante, nesse  
2507 sentido. Com relação ao projeto e às características de projeto envolvendo  
2508 as análises realizadas, de estabilidade, sob o ponto de vista de segurança, a  
2509 empresa de projetistas, como aqui foi dito, é a empresa Vogbr, mas cabe  
2510 ressaltar. Inclusive, há pedido dentro do próprio processo, isso consta no  
2511 processo de licenciamento: foi feita uma análise de risco por uma terceira  
2512 parte. A empresa que realizou essa análise de risco é a Pimenta de Ávila,  
2513 inclusive corroborando todos os critérios estabelecidos com relação às  
2514 análises associadas ao projeto. Então, isso é muito importante. É um portal  
2515 de decisão que foi definido, foi realizado tempestivamente e serve realmente  
2516 como garantia, nesse sentido, sob o ponto de vista da maturidade do projeto  
2517 realizado. Com relação aos aspectos de segurança que foram aqui bem  
2518 ditos, também com relação à gestão da estrutura, é importante dizer como é  
2519 feito um pouco isso dentro do ambiente técnico. Nós fazemos a gestão toda  
2520 de rotina das estruturas, com corpo técnico qualificado, com as ARTs sendo  
2521 emitidas para isso. Temos todos os registros, e isso é feito sob o amparo  
2522 legal dos nossos fiscalizadores sob o ponto de vista do plano de segurança  
2523 de barragem. Então, isso também consta com relação a esse processo, e  
2524 para nós também isso é uma rotina com relação a esse tipo de sistema. Com  
2525 relação a ação de emergência, a gente vem trabalhando já há algum tempo  
2526 tanto com a Defesa Civil quanto com os entes envolvidos, a comunidade  
2527 sendo protagonista nesse processo, sob o ponto de vista do cadastro das  
2528 habitações ali existentes. Isso é um ponto importante também. Tivemos  
2529 oportunidade de fazer o cadastro das habitações, dos dois condomínios, dos  
2530 sítios ali existentes dentro da zona de autossalvamento, que se estende  
2531 do eixo da barragem até a entrada da barragem da AngloGold, cerca de 10

2532 km, e tivemos oportunidade já de instalar sistema de alerta, justamente para  
2533 trazer essa prontidão com relação ao sistema de alerta. Sendo, inclusive,  
2534 esse sistema já testado no dia 22 de setembro. Esse é um ponto importante.  
2535 Tivemos oportunidade também de contar, junto com as defesas civis, sob o  
2536 ponto de vista de treinamento e capacitação. A Vale já teve oportunidade de  
2537 fazer dois fóruns técnicos para trazer justamente essa cultura de prevenção,  
2538 da gestão de risco dos seus processos, trazendo informação para todos os  
2539 envolvidos. Então, isso é importante também lembrar e nos traz tranquilidade  
2540 com relação a essas questões, seja sob o ponto de vista da maturidade das  
2541 informações do projeto, seja sob o ponto de vista da rotina de gestão de  
2542 segurança, seja sob o ponto de vista da prontidão das ações de emergência  
2543 envolvendo uma estrutura geotécnica como essa.” Felipe Rocha/Vale S/A:  
2544 “Boa tarde, conselheiros, boa tarde, presidente. Meu nome é Felipe Rocha,  
2545 sou engenheiro civil, estou aqui representando a Vale. Eu tenho mestrado na  
2546 área de recursos hídricos, especificamente na área de dam break, trabalhei  
2547 na retroanálise da ruptura da barragem São Francisco, em Miraflores. Eu queria  
2548 só colocar alguns pontos aqui que foram comentados a respeito do dam  
2549 break. Para iniciar a discussão, o estudo não foi realizado pela empresa Vog,  
2550 o estudo foi realizado pela empresa Valme. Quem conduziu os estudos foi o  
2551 engenheiro Vitor Lages, que também tem mestrado na área de recursos  
2552 hídricos pela Universidade Federal de Minas Gerais. A Valme abriu um  
2553 escritório em Belo Horizonte, mais recentemente, mas, no mercado, tem um  
2554 escritório em São Paulo desde 1992. Só para ficar claro a respeito da  
2555 empresa que realizou esse estudo de ruptura. Uma comparação que se faz  
2556 também com a ruptura de Fundão – e aí já bem lembrado pelo Lucas –, não  
2557 podemos esquecer a tipologia dessa barragem quando analisamos um  
2558 estudo de ruptura. A barragem de Fundão, alteamento a montante, barragem  
2559 Maravilhas III, alteamento a jusante com maciço convencional. Isso é levado  
2560 em consideração no dam break. Em uma barragem a montante, quando  
2561 vamos simular um estudo de ruptura, estipulamos uma mobilização maior de  
2562 reservatório e também um tempo muito rápido de abertura da brecha com  
2563 abertura completa do maciço. Já para um maciço convencional tem  
2564 equações específicas para determinação de tempo de formação de brecha,  
2565 mobilização do volume. Se fazemos um comparativo também com Fundão,  
2566 cerca de 60% do rejeito mobilizado e as análises técnicas que foram feitas  
2567 nesse estudo realizados pela Valme, com a conclusão de 25%, levando em  
2568 consideração morfologia do vale, tipologia da barragem e outras  
2569 características inerentes ao estudo de ruptura. Um outro também que  
2570 devemos considerar é que, em qualquer estudo de ruptura, tal como o  
2571 processo, a discussão de novas tecnologias, é uma ciência em constante  
2572 evolução. Novos modelos surgem, modelagens bidimensionais,  
2573 tridimensionais. Nesse caso, foi feita uma modelagem bidimensional. E a  
2574 própria Portaria do DNPM 70.389/2017 coloca a obrigatoriedade de revisão

2575 dos estudos em tempos específicos, a cada cinco anos, juntamente com a  
2576 revisão periódica. Então, as melhorias que advém da ciência e das  
2577 modelagens vão sendo incorporadas aos nossos estudos, nas revisões,  
2578 sempre buscando as melhores práticas e representar, da melhor maneira  
2579 possível, o fenômeno físico associado a ruptura de uma barragem de  
2580 rejeitos. Esses pontos que eu queria elencar em relação ao estudo aqui  
2581 comentado e discutido.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
2582 “Eu vou falar em nome do Fonasc. Eu participo da Câmara de Atividades  
2583 Minerárias e vou trazer algumas informações para além do que os  
2584 conselheiros escutaram. São três recursos contra a Licença Prévia. A  
2585 essência maior desses recursos tem a ver com aspecto de segurança. Nos  
2586 pareceres da Suppri, que são pelo indeferimento dos recursos...” Conselheiro  
2587 Newton Reis de Oliveira Luz: “Senhor presidente, como eu tinha avisado  
2588 previamente, eu tenho um compromisso agora. Maria Teresa, me perdoe,  
2589 mas eu já tinha anunciado antes, não é nenhuma desconsideração com a  
2590 sua apresentação. Eu já tinha avisado que eu ia sair por volta das 4h.”  
2591 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Antes de o senhor sair,  
2592 eu quero colocar que eu lamento, porque, dos quatro votos contrários à  
2593 Licença Prévia, um foi do Crea. Escutar do senhor hoje que o senhor diverge  
2594 do entendimento do Crea na época – não foi da CNR, foi da URC Rio das  
2595 Velhas – foi dolorido. Mas vamos continuar a minha apresentação.”  
2596 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu já agradeço ao Newton, ele já  
2597 havia me falado. Muito obrigado pela presença até este momento.”  
2598 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Então, nesses Pareceres  
2599 Únicos da Suppri quanto aos recursos, existe um entendimento chave: não  
2600 tem a ver segurança de barragens com o Estado. Isso permeia toda a  
2601 argumentação, que isso é competência do DNPM. No entanto, a nossa  
2602 realidade do DNPM está muito clara que não está estruturado e qualificado.  
2603 Existe um acórdão do Tribunal de Contas da União, de setembro de 2016,  
2604 que aponta claramente que o DNPM não tem como responder por segurança  
2605 qualificada, ainda, de barragens. O Sisema tem um parecer do Tribunal de  
2606 Contas do Estado, de março deste ano, que informa que o Estado não está  
2607 qualificado e preparado para licenciamentos de mineração de ferro. No  
2608 Parecer Único da Licença Prévia está claro que existem comunidades na  
2609 zona de autossalvamento. E está clara a questão de segurança no nível 3,  
2610 que é quando há anomalia, está em situação adversa, fora do controle.  
2611 Quando lemos as ações emergenciais, se essas comunidades todas  
2612 estivessem a 10 km, no final da zona de autossalvamento, nós  
2613 entenderíamos isso como razoável. Só que tem casas e propriedades  
2614 nesses condomínios que estão entre 250 m e 1.000 m. Então, a pergunta  
2615 que se faz é: qual é a garantia como medida de ação emergencial um aviso  
2616 sonoro para que a população abandone a área e vá para os pontos de  
2617 encontro? Porque pelo cálculo da velocidade da lama e pela distância,

2618 fazendo isso no próprio mapa, vai estar em torno de 30 segundos a 1 minuto.  
2619 Então, algum conselheiro me responda quem, em 1 minuto, consegue  
2620 autossalvar, receber o aviso sonoro, caminhar para o ponto de encontro para  
2621 poder escapar de uma onda de lama? Isso não é trazido aqui pelo  
2622 empreendedor, isso tem a ver com viabilidade ambiental e social. Está claro  
2623 que, independente de ter alternativas, está claro no Parecer Único da LP:  
2624 'Apresenta maiores facilidades de aplicação, o empreendedor possui  
2625 experiência, a operação é mais simplificada, o que acarreta custos de  
2626 implantação e operação inferiores'. Isso foi o que fez a escolha do  
2627 empreendedor por uma estrutura que coloca em risco tanto a sequência e  
2628 com tal magnitude a proximidade, inclusive a captação de Bela Fama. No  
2629 Parecer Único da Licença de Instalação e Operação – eu trago aqui porque  
2630 só isso aqui confirma que a LP não podia ter sido concedida –, não estava  
2631 devidamente qualificado se havia viabilidade ambiental. Olhe o que está no  
2632 Parecer Único da LI+LO, do próprio Estado. Diz claramente. 'Recomenda-se  
2633 – tal, tal – avaliar uma necessidade. Caso a análise aponte situações de  
2634 risco impossíveis de serem mitigadas por medidas técnicas, como pequenos  
2635 diques, que se apresente proposta de negociação com os proprietários,  
2636 objetivando sua compensação parcial ou remoção'. Isso está no Parecer  
2637 Único da LI+LO, que o Estado teve a coragem de pautar já para segunda,  
2638 dando como fato consumado que essa LP não vai ser reconsiderada. O  
2639 próprio Parecer Único da LI+LO está configurando que, quando da LP, não  
2640 estava devidamente comprovado no licenciamento que havia medidas  
2641 mitigadoras para todos os impactos. Tanto é que, nesse trecho, afirma que  
2642 depois se apresente uma proposta de negociação. A ausência de medidas  
2643 mitigadoras para uma situação de risco dessa magnitude – isso está no  
2644 próprio parecer do Estado que está pautado para segunda-feira –, isso  
2645 claramente significa que não foi devidamente avaliada a viabilidade  
2646 ambiental. Porque medidas mitigadoras têm que ser apresentadas quando  
2647 da avaliação da viabilidade ambiental. Então, senhores conselheiros, nós  
2648 estamos tratando aqui de três recursos contra a LP. Apresentou-se muito  
2649 conteúdo para justificar por que essa Licença Prévia não deveria ter sido  
2650 concedida. Eu estou trazendo mais um que configura – está confirmado –  
2651 que realmente não foi devidamente tratada a questão de segurança. Então,  
2652 se esses três recursos não forem deferidos, esta Câmara Normativa e  
2653 Recursal, quem votar vai estar votando conhecendo informações que  
2654 configuram que a LP foi concedida sem todas as prerrogativas necessárias  
2655 para LP. Tem uma questão de que as empresas mineradoras têm fugido que  
2656 é a questão dos sismos. Eu vou trazer de novo. Quando eu fui preparar para  
2657 o Fonasc a localização da barragem Maravilhas III, eu verifiquei – porque eu  
2658 já tenho as bases da Herculano e dos sismos – que aqui foi onde rompeu a  
2659 barragem da Herculano em 2014. Aqui teve mais um sismo. Esse foi o sismo  
2660 que levou ao rompimento em 2014. E teve mais um sismo, de pequena

2661 magnitude, em 2016. Essa região está a 900 m dessa lateral de Maravilhas  
2662 III. No processo administrativo da Casa e Cidadania, um dos recursos, foi  
2663 informado, inclusive um documento do escritório Mendo de Souza  
2664 Advogados ao DNPM, e nesse documento na empresa Herculano  
2665 configurava que aquela região tem questões envolvendo a instabilidade  
2666 geotécnica daquele território. Tanto é que, no final, a Herculano emitiu ao  
2667 DNPM vários alertas, entre eles 'há risco de movimentações'. Quando  
2668 pegamos os mapas geológicos, aquela região, 900 m, 1.000 m de sismo e de  
2669 localização de barragem que rompeu, têm que ser devidamente  
2670 considerados naquele território os vazios cársticos e toda aquela condição  
2671 que levou ao rompimento de Herculano. Tem já artigos e estudos que  
2672 configuram que em determinadas regiões brasileiras existe um risco sísmico  
2673 considerável. Dentre regiões de maior risco sísmico existe o Quadrilátero  
2674 Ferrífero. Senhores conselheiros, isso não está sendo tratado. Onde rompeu  
2675 Fundão tem uma falha geológica de Fundão. Em 2016, teve quatro tremores  
2676 de pequena magnitude naquela região. Eu só estou trazendo elementos que  
2677 têm a ver com segurança e têm a ver com um pedido que foi feito, na época  
2678 da votação na URC Velhas – e eu era conselheira. E nós pedimos que se  
2679 baixasse em diligência para que houvesse um estudo completo nesse  
2680 sentido geotécnico, com todo esse contexto. Então, existe a sugestão pelo  
2681 indeferimento dada pela Suppri, tem a tal questão da ART do engenheiro  
2682 agrimensor. Foi dada uma explicação, e eu coloquei a Resolução do Confea,  
2683 em que, no caso das competências do engenheiro agrimensor, não está a  
2684 barragem. A questão de barragens, de todas as possibilidades de atividades  
2685 de barragens, são competências do civil e do engenheiro de fortificação e  
2686 construção. Então, eu escuto nessas Câmaras o tempo inteiro 'segurança é  
2687 com o DNPM, se a empresa dá ART, está tudo tranquilo'. E, no entanto, nós  
2688 temos questões com ART não devidamente tratadas. Por último, nós temos a  
2689 questão da segurança. Essa questão de que quem responde por Maravilhas  
2690 em muitos documentos, inclusive no Formulário de Caracterização do  
2691 Empreendimento, é um servidor hoje da Vale que estava envolvido com a  
2692 equipe e foi responsável pela barragem que rompeu lá em Macacos. Nós  
2693 entendemos que isso não pode qualificar, como foi trazido aqui pelo  
2694 advogado, de que não tem a ver com LP. Tem, porque o tempo inteiro o  
2695 Estado alega em seus pareceres que a responsabilidade técnica é do  
2696 empreendedor, é de quem assinou a ART, é da consultoria que deu a ART,  
2697 'porque o Estado não pode falar sobre esse assunto'. E nós temos nesse  
2698 processo de licenciamento, desde a LP, uma série de questões falhas,  
2699 omissas e que não trazem segurança às informações que a Vale está  
2700 trazendo. Para nós, do Fonasc, esse empreendimento é inviável ambiental e  
2701 socialmente com as atuais condições, com pessoas na zona de  
2702 autossalvamento e colocando em risco a BR-040 e Bela Fama. Então, essa  
2703 LP precisa ser suspensa, anulada, e isso é a nossa colocação. Eu quero que

se registre em ata, porque é importante ficar registrado. Porque aconteceu com a CSN, que foi votado na CMI que estava tudo bem. 'Se a CSN falava que estava tudo bem era porque ela sabia que estava tudo'. Menos de dois meses depois nós sabemos como está o 'tudo bem'. Então, basta de irresponsabilidade e inconsequência para matar pessoas, acabar com rios e com o futuro desse nosso território." Jeanne Castro/Vale S/A: "Boa tarde a todos, Jeane Castro, da Vale. Eu sou engenheira civil geotécnica e fiz parte da equipe do projeto da barragem. Eu só queria esclarecer a respeito do tempo em que, no caso de uma ruptura, chegaria aos condomínios, como foi dito que seria em segundos. Cabe ressaltar que a Vale, no PAEBM que foi protocolado, o Plano de Ações Emergenciais de Barragem de Mineração, já trabalha com previsibilidade e antecedência. Então, todos os PAEBM da Vale estão protocolados indicando a notificação à população no nível 2. Ou seja, isso dá um período, um tempo maior até a chegada da onda. Então, não é de segundos como foi colocado, é maior do que esse tempo que foi dito. Então, não seria tão imediato." Dênis José Donato: "Boa tarde a todos. Eu queria, primeiramente, agradecer mais uma oportunidade, através de uma audiência pública, para que tenhamos essa oportunidade mesmo de esclarecer e trazer algumas informações. Eu vejo aqui, a todo momento, ser discutida a questão de projetos, a qual a Adesita, Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabirito, se exime de responsabilidade técnica, acreditando que existe o corpo técnico de profissionais responsáveis para discutir esse assunto. Mas eu queria dizer aqui que, no primeiro momento, como economista e professor de economia, parece muito poético falar sobre isso. Mas tanto o governador como o presidente da República ou um prefeito local têm como meta quatro situações. É o básico de uma economia. Nós estamos falando de crescimento econômico, de estabilização de preços, distribuição de renda, estamos discutindo todos esses fatores que há um tempo se discute essa questão da Licença Prévia de Maravilhas III. Talvez para muitos aqui que não conhecem, de fato, o município de Itabirito, eu trago aqui novamente esse assunto. Nós perdemos uma empresa, a Delphi, com 500 postos de trabalho como uma renda mínima de R\$ 1.000. Estamos há quatro anos sofrendo esse impacto econômico. Nós estamos falando de crescimento econômico. Nós estamos falando, inclusive pela ONU se discute o desenvolvimento sustentado. Não podemos deixar de falar de crescimento econômico, que isso é crescimento econômico. Nós estamos falando de um outro fator, que é desenvolvimento econômico. Então, o que eu coloco para os senhores é que o que está em risco aqui é muito maior, do ponto de vista econômico, do ponto de vista social para o município de Itabirito. Enquanto representante legal da Agência de Desenvolvimento Econômico, dizer que 80%, ainda, infelizmente, dependem da mineração. Eu estou dizendo que são 3.000 postos de trabalho só da empresa aqui em discussão. Nós não estamos defendendo a empresa x, nós estamos defendendo aqui o nosso



2747 crescimento e o nosso desenvolvimento. A nossa vocação, não só de  
2748 Itabirito, assim como quem conhece um pouco o que representa a nossa  
2749 balança comercial, é a mineração. Então, o meu ponto de vista, eu quero  
2750 deixar claro para os senhores, é a nossa preocupação do ponto de vista  
2751 desse crescimento econômico. Quando se fala 'eu vou crescer, mas não vou  
2752 distribuir'. Assim como o plano emergencial que está sendo discutido com a  
2753 Defesa Civil local, os planos de impacto social, porque nós, como Agência de  
2754 Desenvolvimento Econômico, não só com essa mineradora, mas com as  
2755 demais, temos discutidos os impactos sociais. Aí, eu não preciso trazer para  
2756 os senhores o que são esses impactos sociais. Desde então, a gerência, a  
2757 diretoria dessa empresa, a Vale, tem discutido e mostrado para nós a  
2758 intenção e discutido esses projetos para eliminar ou reduzir esses impactos  
2759 sociais. Então, eu quero trazer essa realidade, de fato, que acontece hoje no  
2760 município de Itabirito, a preocupação dessas entidades, a preocupação da  
2761 nossa população com relação a esse impacto que pode acontecer de um  
2762 projeto desse ser inviabilizado. É importante que os responsáveis  
2763 tecnicamente sejam responsabilizados por seus projetos, seja na área  
2764 ambiental, seja qual área for. Então, esse é o nosso ponto de vista. Nós  
2765 somos favoráveis, sim, ao empreendimento. Temos colocado isso aqui não  
2766 só dessa vez, porque em 2008 estávamos aqui discutindo a diversificação  
2767 econômica de Itabirito, que culminou com a implantação de uma empresa  
2768 não do setor minerário, que é a Coca-Cola Femsa. Então, o município,  
2769 através das suas entidades, através da Agência de Desenvolvimento, que  
2770 tem 15 anos de atividade, tem a preocupação, sim, com a diversificação  
2771 econômica. Mas seria demagogia demais dizer aqui que não dependemos da  
2772 mineração e que a mineração não é importante para o nosso município, que  
2773 tem essa vocação. Então, eu quero manifestar mais uma vez a oportunidade  
2774 de vir a esta Casa, de deixar aqui o nosso parecer do ponto de vista  
2775 econômico. Dizer que todos os projetos, do ponto de vista social, já estão  
2776 sendo discutidos com a empresa, para que a gente ou elimine esses  
2777 impactos ou faça essa mitigação. Então, em nome da Agência de  
2778 Desenvolvimento, nós somos favoráveis e manifestamos essa preocupação,  
2779 novamente, com esse prazo, com essa delonga. E esses 6.000 postos de  
2780 trabalho hoje, 6.000 pessoas desempregadas, que tem hoje no município de  
2781 Itabirito." Edna Aparecida da Silva: "Boa tarde, senhor presidente, demais  
2782 membros do Conselho e todos os presentes. Meu nome é Edna, sou gerente  
2783 executiva da CDL Itabirito. A entidade representa o comércio, atua há 45  
2784 anos no município. E nós tivemos oportunidade de fazer visitas ao espaço  
2785 onde vai ser feita a expansão, fomos apresentados ao projeto. Como o meu  
2786 colega falou, nós defendemos aqui o município de Itabirito, o emprego, a  
2787 atividade econômica, a importância dessa atividade para o nosso município,  
2788 a geração de emprego, os projetos sociais que a empresa apoia, juntamente  
2789 com a CDL e demais entidades. Deixando clara a questão realmente da

segurança. Para isso, existe uma parte técnica, que tem o conhecimento para tratar o assunto. Mas deixar aqui, mais uma vez, o nosso apoio, não só da entidade como do comércio local, a esse empreendimento.” Joice Barbosa/Vale S/A: “Boa tarde, senhor presidente, conselheiros e todos os presentes. Eu só queria fazer alguns esclarecimentos do que foi dito aqui. Primeiro, com relação à caracterização dos rejeitos conforme a ABNT 10004/2004. Então, a Vale esclarece que o PCA elaborado para a Barragem Maravilhas III já contemplou a análise dos rejeitos da Barragem Maravilhas II. É o mesmo rejeito esperado, o rejeito que vai ser exposto também na futura Barragem Maravilhas III. Com relação à variação volumétrica do reservatório, que foi citada aqui, nós esclarecemos que refere-se à maturidade do projeto. Ele passou do nível conceitual para o executivo, considerando todas as melhorias que foram feitas em nível mesmo de detalhamento do projeto, considerando informações atualizadas de topografia, melhoria nas informações e manejo dos rejeitos. Com relação aos sismos que foram citados, uma preocupação inerente à nossa região – nós estamos no Quadrilátero –, foram realizados os estudos, disponibilizados também para avaliação da Câmara. Seguindo as normas da Eletrobras, um documento que nós temos que regulamenta projetos com avaliação sísmica, a barragem, por ser uma estrutura de solo compactado, passou com folga em termos de análise de sismos. E nós seguimos também alguns critérios do corpo de engenheiros americano e elevamos essa força até atingir o equilíbrio limite, até onde a barragem suportaria. Então, ela está aguentando um esforço a sismo elevado, muito superior ao que é esperado aqui na nossa região. E eu comento também com relação à preocupação de tempo de chegada da onda, que a metodologia construtiva da barragem, que é solo compactado, as evidências de falha na estrutura aparecem, em tempo não só de ações, mas para a tomada de decisão, inclusive ações na hora de emergência. Um processo de rompimento de uma estrutura dessa envolve abertura de brecha. A formação dessa abertura, por considerar ali um solo coeso, compactado, não tem um tempo tão rápido de segundos como algumas estruturas, que são passíveis ao fenômeno de liquefação, talvez permitiriam. Nós já apresentamos também no processo que, em função das metodologias construtivas, a Barragem Maravilhas III, conforme proposta, não é susceptível ao fenômeno de liquefação.” Gustavo Henrique Wykrota Tostes: “Cidadão Gustavo Tostes, porque eu estou aqui na posição de cidadão e não de conselheiro, ante o impedimento arguido e por mim também declarado. Primeiramente, eu gostaria de pedir já a extensão do prazo regimental, se puder ser aprovado, e prometo tentar ser o mais coeso possível para não usar todo o prazo. Primeiramente, eu quero esclarecer a minha posição aqui no sentido de tentar ajudar, auxiliar os meus colegas de Conselho e também buscar ajudar a esclarecer ainda mais naquilo que me for possível. A manifestação da Sra. Maria Teresa eu acho que foi muito

2833 esclarecedora, em relação aos pontos que evidenciam as dúvidas e que  
2834 foram objeto dos recursos. Eu vou me cingir a dois pontos que eu acho  
2835 cruciais e em que eu gostaria muito da atenção de vossas senhorias. A  
2836 primeira é a questão da segurança. A empresa falou bastante sobre  
2837 segurança, os recursos falaram bastante sobre segurança e o Parecer Único  
2838 da Supram não abordou a questão com profundidade. Há um simples  
2839 argumento: que a fiscalização sobre segurança de barragem é de  
2840 competência do DNPM. E aí eu acho que gerou um problema com o  
2841 processo, porque são questões que, a meu sentir, não são de competência  
2842 do DNPM. Porque nós não estamos tratando aqui de fiscalização. A  
2843 fiscalização, conforme já definido, inclusive na DN 74, é um outro ato. Nós  
2844 estamos tratando aqui de licenciamento ambiental. E de licenciamento  
2845 ambiental a competência é do Estado. Tanto é que está sendo feito o  
2846 licenciamento através das estruturas das Câmaras do Estado.  
2847 Primeiramente, a URC, depois, com a mudança, a CMI, e veio com efeito  
2848 devolutivo para esta câmara superior, a CNR. Então, não resta dúvida de  
2849 que a competência é do Estado, inclusive para avaliar as questões de  
2850 segurança. Porque essas questões de segurança repercutem na segurança  
2851 do meio ambiente, dentre elas a segurança do meio socioeconômico, que é o  
2852 que foi devidamente abordado nos diversos processos. A empresa fala que  
2853 existe um prazo maior do que 30 segundos. Eu acho que são estudos que  
2854 foram apresentados. Já os recorrentes entendem que houve um sub-  
2855 dimensionamento sobre essas questões. E isso não foi devidamente  
2856 esclarecido no Parecer Único, porque ele não quis abordar a questão, ele  
2857 afastou a questão em relação à competência. E aí o mínimo que se espera,  
2858 se não se entender pela procedência imediata dos recursos para a cassação  
2859 dessa e a consequente cassação da LP, seria devolver o processo para o  
2860 Sisema para que aborde todas as questões que foram citadas, de forma  
2861 aprofundada, a sanar todas as dúvidas. E que eu acho que o próprio  
2862 empreendedor, como empresa séria, que se apresenta constantemente,  
2863 inclusive na mídia, em todos os lugares, imagino eu que deva ter um corpo  
2864 técnico extremamente capaz, não gostaria de ter uma licença a ela emitida  
2865 sem que as dúvidas que rodeiam os estudos e os dados apresentados  
2866 fossem integralmente abordadas e fossem totalmente sanadas. É o mínimo  
2867 que se espera de uma empresa responsável. Então, a questão da  
2868 segurança, que é o cerne. A segunda questão, e não menos importante, aí  
2869 eu vou buscar só ressaltar a vossas senhorias, é a questão que foi levantada  
2870 pela representante do Cefet quando do seu voto proferido na CMI. Qual seja  
2871 essa questão: que a empresa deveria apresentar ou teria apresentado duas  
2872 alternativas tecnológicas. Além da escolhida, mais duas alternativas  
2873 tecnológicas. E, ante o princípio que rege o ordenamento ambiental, escolhe-  
2874 se a alternativa mais viável ambientalmente. Logicamente, a empresa tem  
2875 todo o direito de querer que seja escolhida a alternativa com menor custo.

2876 Sem sombra de dúvida, é direito deles. Entretanto, os senhores aqui não são  
2877 empresa, o Estado também não é empresa. A imparcialidade do julgamento  
2878 que deve ser feito aqui é no sentido de buscar aquilo que é mais viável  
2879 ambientalmente. E o que ressaltou a conselheira é que as duas outras  
2880 alternativas tecnológicas apresentadas não apresentaram dados e estudos  
2881 suficientes para que pudesse haver uma avaliação completa das mesmas,  
2882 como foi feito em relação à alternativa escolhida pelo empreendedor. E  
2883 dentre as justificativas apresentadas no EIA/Rima – como o EIA/Rima eu não  
2884 sei se foi contratado por empresa terceirizada –, o que foi arguido no  
2885 EIA/Rima é que escolheu-se aquela alternativa porque é uma de que a  
2886 empresa tem maior domínio, e, além disso, que é mais viável, com menor  
2887 custo. Logicamente, o do maior domínio poderia ser até um argumento  
2888 razoável, mas o do custo é um argumento razoável para os acionistas do  
2889 empreendedor e não para a sociedade como um todo. Eu acho que a  
2890 sociedade como um todo, o que tem que se verificar é aquilo que é mais  
2891 viável ambientalmente. E não existindo dados no EIA/Rima suficientes para  
2892 que se pudesse avaliar, com a mesma profundidade, a alternativa  
2893 apresentada e escolhida pelo empreendedor e validada pelos Pareceres  
2894 Únicos, mais uma vez corremos o risco de que, com base em análises  
2895 superficiais, análises rasas, onde se busca fugir do mérito ali discutido sem  
2896 enfrentá-lo na sua plenitude, venhamos convalidar uma decisão por parte da  
2897 CMI e manter essa LP. Logicamente, o empreendedor tem todo o direito de  
2898 fazer a pressão que ele quer. Ele deve ter o cronograma a ser cumprido. Mas  
2899 eu acho que o Estado – e aqui representado por esta Câmara – tem que ter  
2900 a imparcialidade necessária. Os senhores aqui estão sentados no sentido de  
2901 decidir o que é melhor para a sociedade. Essa estrutura vai perpassar à  
2902 existência de praticamente todos que hoje se encontram aqui, mas vai  
2903 permanecer para gerações futuras. Como diz a Maria Teresa, nenhum dos  
2904 senhores que hoje estão aqui sentados podem alegar desconhecimento de  
2905 causa, que não sabiam dos riscos, que não sabiam das consequências do  
2906 que os senhores vão decidir. Espero, como tenho certeza e sempre vem  
2907 ocorrendo, que cada um dos senhores reflita com a sabedoria que é peculiar  
2908 e com a clareza que os senhores tenham, e que decidam o que for melhor  
2909 para a sociedade. E, no meu entender, seria o provimento aos recursos em  
2910 questão, com a consequente cassação da LP. O que não impede, em  
2911 momento nenhum, que o empreendedor execute a obra em um segundo  
2912 momento, quando os estudos estiverem devidamente aprofundados e todas  
2913 as questões elucidadas e sanadas. É o que eu tinha a contribuir com vossas  
2914 senhorias.” Maisa Fürst Miranda/Suppri: “Foi elaborada essa apresentação  
2915 com o fim de instruir e otimizar a construção do entendimento dos  
2916 conselheiros para julgamento desse ponto de pauta. Apresentamos o objeto,  
2917 a descrição sucinta, uma breve descrição da forma da apresentação das  
2918 discussões, as respostas aos questionamentos e a conclusão. Trata-se,

portanto, dessa forma da apresentação compilada dos recursos apresentados pelo Ministério Público, Condomínio Vale dos Pinhais e Instituto Casa e Cidadania, referentes à decisão proferida na 96ª reunião da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas do COPAM, a qual teve como consequência a concessão da Licença Prévia à empresa Vale. Para tanto, nós apresentamos aqui os principais pontos de discussão, que são esses mesmos que estão sendo levantados aqui a todo tempo, que são os temas com os questionamentos recorrentes nos três recursos. Quais são? O monitoramento, a segurança de barragem, a região de autossalvamento e recursos hídricos. Estão apresentados 23 questionamentos dos recorrentes em relação aos temas. Nós podemos observar que existem seis questionamentos de monitoramento para o Condomínio Vale dos Pinhais em relação ao monitoramento, quatro sobre segurança de barragem, um sobre zona de autossalvamento e quatro sobre recursos hídricos. Para o Instituto Casa e Cidadania, um sobre segurança de barragem, um sobre zona de autossalvamento e um sobre recursos hídricos. Do mesmo modo, para o Ministério Público, coincidentemente, um sobre segurança de barragem, um sobre zona de autossalvamento e sobre e um sobre recursos hídricos. É importante dizer que nós salientamos que todos os questionamentos foram respondidos e constam nos pareceres disponibilizados no Siam. Dessa forma, foram estabelecidos quatro grupos por temas, contendo o número de questionamentos apresentados no gráfico do slide anterior. Nós temos os quatro grupos, com os questionamentos de cada um dos recorrentes. E agora passamos adiante para as discussões do primeiro grupo, que é o tema de monitoramento. Inclusive, já foi comentado aqui. O primeiro questionamento sobre o tema de monitoramento refere-se ao Condomínio Vale dos Pinhais, que o recorrente questiona sobre a realização do plano pré-operacional com programa de monitoramento ambiental. A Suppri informa que os programas de monitoramento são previstos em todos os processos de regularização ambiental, exigidos como condicionante. No Parecer Único 127, elaborado pela Supram Central, existem as condicionantes 8, 9 e 10, que se referem, respectivamente, ao monitoramento da qualidade do ar, da água e do ruído, com ações específicas para a minimização desses impactos. Ainda no Condomínio Vale dos Pinhais, ainda com o tema de monitoramento, o recorrente também menciona que o efetivo controle dos agentes poluidores, poluição atmosférica, sonora e hídrica seja feito por empresa neutra e competente, técnica, reconhecida e credenciada para tal, e que os dados coletados sejam sistematicamente disponibilizados aos condomínios e aos superficiários situados em área de influência direta. Informamos que o empreendedor possui os quesitos de competência de laboratórios de ensaio e calibração, por meio de certificado de reconhecimento de competência da Vale e de acreditação da empresa prestadora desse serviço. Quanto à divulgação de

2962 resultados de monitoramento, esclarecemos que os processos de  
2963 licenciamento ambiental são públicos, que os dados podem ser  
2964 disponibilizados pelo órgão ambiental a quem tiver interesse nessas  
2965 informações. O recorrente menciona, em um momento, que a mineradora  
2966 assumiu o compromisso de montar uma rede de amostrador de poluição  
2967 atmosférica para a região, inclusive com medições de partículas inaláveis, e  
2968 fazer a modelagem da pluma de dispersão, mas que não cumpriu o  
2969 prometido até a presente data. Informamos que o empreendedor apresentou,  
2970 sim, um estudo de dispersão e de rede de monitoramento automático da  
2971 qualidade do ar, aprovada pela Fundação Estadual de Meio Ambiente. Os  
2972 parâmetros de partículas inaláveis, partículas totais em suspensão e dados  
2973 meteorológicos são avaliados pela estação localizada na área de  
2974 abrangência da Barragem Maravilhas III, a qual opera desde 18/7/2015.  
2975 Continuando nos questionamentos do Vale dos Pinhais, o recorrente  
2976 questiona que os dados colocados no EIA são basicamente de uma estação  
2977 meteorológica situada em Ouro Branco, a mais de 100 km de distância.  
2978 Informamos que os dados climatológicos da estação de monitoramento de  
2979 Ouro Branco são representativos e historicamente em relação ao tempo de  
2980 amostragem da mesma. Já os dados das estações da Vale não se  
2981 apresentam representativos, pois a estação com maior tempo de utilização  
2982 iniciou suas atividades em 18/7/2015. O recorrente menciona também que  
2983 não existe uma única medida de levantamento de partículas inaláveis.  
2984 Informamos que o empreendedor apresentou o estudo de dispersão da rede  
2985 de monitoramento automática da qualidade do ar, aprovada pela Fundação  
2986 Estadual do Meio Ambiente. O recorrente menciona o ruído ocasionado pela  
2987 cascata d'água do extravasor da barragem. Informamos que em 2014 foi  
2988 elaborado o projeto de enclausuramento do extravasor de Maravilhas II, e o  
2989 mesmo foi protocolado. Atualmente, não há vertimento pela calha do  
2990 extravasor no reservatório da Barragem Maravilhas, pois o nível de água  
2991 está abaixo da soleira do extravasor. A nova previsão é que o vertimento  
2992 ocorra no período de chuva de 2018 e de 2019. Assim, a proteção acústica  
2993 deverá ser instalada pelo empreendedor no ano de 2018. Passando para as  
2994 discussões em relação ao segundo grupo de recursos hídricos, ainda como  
2995 recorrente o Condomínio Vale dos Pinhais, o recorrente questiona se a  
2996 Supram teria autonomia para cancelar uma simples reunião, uma outorga  
2997 dada pelo gestor de recursos hídricos em Minas Gerais, CBH Rio das Velhas  
2998 e IGAM. Informamos que não houve o cancelamento da portaria de outorga,  
2999 mas tão somente o cancelamento da publicação, uma vez que essa não se  
3000 deu no momento processual devido. A publicação da portaria de outorga tem  
3001 que ocorrer quando da publicação da Licença de Instalação do  
3002 empreendimento para que seu prazo de validade seja o mesmo da licença  
3003 ambiental. A outorga encontra-se, então, suspensa aguardando a análise do  
3004 processo de reorientação de LI+LO, ficando assim resguardadas as análises

técnicas e as decisões do Comitê Rio das Velhas deferindo o processo. O recorrente questiona se os dados construtivos da barragem foram alterados a partir do projeto original e se a outorga tem que ser obrigatoriamente revisada. Informamos que os valores solicitados referentes a outorga não sofreram modificações em relação às alterações dos dados construtivos. O empreendedor protocolou relatório técnico atualizado considerando essas atualizações de projeto. Dessa forma, não vemos a necessidade de reanálise do processo de outorga. Diante das razões, foi apresentado o Ofício 01/2016, do Condomínio do Vale dos Pinhais ao Comitê Rio das Velhas na data de 8 de junho de 2016, colocando esses questionamentos. Assim, informamos. Os questionamentos sobre o cancelamento da portaria de outorga foram esclarecidos por meio de ofício pelo superintendente, na época, da Supram Central. O recorrente menciona que o rompimento da barragem comprometeria o abastecimento de Belo Horizonte e região metropolitana. Informamos que, segundo os dados apresentados pelo empreendedor, os estudos hipotéticos de ruptura das referidas barragens indicariam que o efeito de propagação e amortecimento da onda de choque alcançaria a alça do rio das Velhas em uma condição de vazão normal de cheia, significando que não haveria problema de danos às instalações das captações por inundação. Assim, o impacto maior seria a alteração das condições de qualidade da água. Nesse contexto, o empreendedor apresentou medidas mitigadoras a serem executadas para manter a operação da estação de tratamento de água de Bela Fama sobre as condições de alteração da qualidade das águas causadas nesse cenário hipotético. Dando continuidade sobre o tema de recursos hídricos, o recorrente menciona a proposta do empreendedor que prevê a inundação de toda a bacia do ribeirão Congonhas, que é o rio supracitado. Esse está no recurso do Ministério Público. Considerando a evolução do projeto básico para o Executivo, houve um acréscimo da área da Barragem Maravilhas III, que passou de 443,949 hectares para 454,22 hectares. Considerando a área, então, de 454,22 hectares a ser ocupada pela Barragem Maravilhas III, inserida na área da bacia do ribeirão Congonhas, a qual possui uma área de 6.134,85 hectares, o empreendimento da barragem em questão ocuparia, portanto, um percentual de 7,4% da área total dessa bacia. Agora, a gente passa para o terceiro tema, que é sobre a questão de autossalvamento. Eu vou passar para a diretora de Controle Processual, a Angélica, para dar continuidade à apresentação.” Angélica Aparecida Sezini/Suppri: “Boa tarde, senhores, eu sou Angélica, diretora de Controle Processual da Suppri. A Maísa tratou dos dois grupos de questionamentos, e eu vou tratar agora do terceiro e do quarto. O terceiro também, com a mesma metodologia, nós vamos falar de cada um dos recorrentes. Então, temos primeiro o Instituto Casa e Cidadania alegando a existência de residências na zona de autossalvamento. Só para alinhar o que é a zona de autossalvamento, nós

3048 utilizamos a Portaria do DNPM nº 70389, dia 17 de maio de 2017. Essa  
3049 portaria é nova, mas revogou a 526, que era a portaria que tratava desse  
3050 tema anteriormente. E por essa portaria nós temos a previsão do que é a  
3051 zona de autossalvamento. Nela não há especificação ou proibição de que  
3052 não haja residências ou pessoas na zona de autossalvamento. Pelo  
3053 contrário. A legislação vigente não traz qualquer proibição quanto à  
3054 existência de moradias na zona de autossalvamento, mas imputa ao  
3055 empreendedor a responsabilidade de promover os alertas necessários à  
3056 população local, caso haja alguma situação de emergência. Então, de fato,  
3057 na zona de autossalvamento desse empreendimento existem propriedades  
3058 privadas, algumas residências, mas não há na legislação atual nenhum tipo  
3059 de proibição para a existência dessas residências no local. O Condomínio  
3060 Vale dos Pinhais também faz um questionamento em relação à zona de  
3061 autossalvamento. Essa questão já foi bem explicada no Parecer Único da  
3062 Supram. Foram identificadas algumas propriedades, dentre elas o  
3063 Condomínio Vale dos Pinhais, o Condomínio Estância Alpina, Fazenda  
3064 Riviera, Fazenda Retiro das Flores, Rancho Loyola e Rancho Sossego.  
3065 Consta no Parecer Único levantamento de acordo com os dados  
3066 apresentados pelo empreendedor da quantidade de lotes afetados em caso  
3067 de rompimento. E nós temos no Vale dos Pinhais 45 lotes. O número de  
3068 estruturas construídas é apenas quatro, e número de domicílios, dois.  
3069 Estância Alpina, são 22 lotes, sendo número de estruturas construídas duas  
3070 e nenhum domicílio. Nas fazendas nós temos Retiro das Flores com duas  
3071 edificações, um domicílio; Fazenda Riviera, com dez edificações. Nesse  
3072 caso, segundo o empreendedor, não foi possível levantar o número de  
3073 domicílios, pela ausência dos proprietários. No Sítio Barrinha ou Rancho  
3074 Loyola, nós temos nove edificações com dois domicílios. Rancho Sossego,  
3075 três edificações, com apenas um domicílio. Ainda nesse tema de zona de  
3076 autossalvamento, foi apresentado pelo Vale dos Pinhais o questionamento  
3077 de que não existe menção em cada caso sobre o levantamento do  
3078 quantitativo de comunidades. Então, nós acabamos de passar o quantitativo  
3079 de lotes, de estruturas e de residências, que foi o quadro anterior. O  
3080 Ministério Público também questionou a questão da zona de  
3081 autossalvamento afirmando que foi identificada uma zona de  
3082 autossalvamento onde a evacuação de pessoas não poderia ser realizada  
3083 pela Defesa Civil. Nos estudos apresentados, foi definido como a área  
3084 atingida pela mancha hipotética de ruptura da barragem, na menor das  
3085 distâncias, 30 min ou 10 km. Isso é o que prevê a portaria do DNPM que eu  
3086 acabei de citar. E, de acordo com a legislação, o empreendedor deve, nesse  
3087 caso, apresentar o Plano de Ação de Emergência para Barragem de  
3088 Mineração, que é o PAEBM, no qual estão identificadas as situações de  
3089 emergência. Em relação ao PAEBM, que é de competência do DNPM, há na  
3090 Lei Federal 12.334, artigo 8º, quais são os requisitos que esse plano de



3091 segurança deve ter. E nele há também as ações de fiscalização que são  
3092 previstas pelo órgão fiscalizador, que é o DNPM. Em relação à segurança  
3093 estrutural de barragem, que é o quarto grupo de questionamentos, nós  
3094 temos, pelo Condomínio Vale dos Pinhais, novamente o condomínio  
3095 questiona a questão da competência para fiscalização de barragens. E nós  
3096 voltamos a reafirmar a nossa posição de que a fiscalização de segurança de  
3097 barragem cabe ao DNPM, que é a entidade outorgante dos direitos  
3098 minerários. Esse entendimento está consubstanciado no Parecer 15.911 da  
3099 AGE. Nós, como SEMAD, temos a obrigação de acatar os pareceres da  
3100 AGE, de acordo com o artigo 10 do Decreto 47.042, que nos coloca essa  
3101 obrigação. Além dessa interpretação que foi dada pela AGE a respeito da  
3102 fiscalização, nós temos também, sobre o mesmo tema, a identificação do  
3103 que sejam as ações fiscalizatórias por parte do Estado. Essa  
3104 responsabilidade fiscalizatória está restrita para o Estado aos aspectos  
3105 relacionados a licenciamento e infrações ambientais e não atinge e não  
3106 especifica quanto à segurança de barragens. Além disso, tem o Decreto  
3107 Estadual 46.993, que dispõe, taxativamente, no artigo 10, Parágrafo Único:  
3108 'A atuação dos órgãos estaduais no licenciamento e na fiscalização  
3109 ambiental de barragens não abrange os aspectos de segurança estrutural e  
3110 operacional dessas estruturas'. Dessa forma, a nossa conclusão é que as  
3111 questões relativas à segurança de barragens não são da competência da  
3112 SEMAD, por disposição expressa de lei. Se nós trouxéssemos essa  
3113 competência para nós, estaríamos infringindo, frontalmente, um decreto  
3114 estadual que nós estamos obrigados a cumprir." Rodrigo Ribas,  
3115 superintendente de Projetos Prioritários/SEMAD: "Senhor presidente, na  
3116 verdade, após a apresentação desse conjunto de normas que nos organiza  
3117 em relação ao aspecto das barragens, eu gostaria de sugerir, para que o  
3118 Conselho não fosse prejudicado, que eventuais dúvidas em relação à  
3119 estrutura e à segurança de barragens fossem apresentadas pelo  
3120 empreendedor, que, inequivocamente, é o responsável por tais informações,  
3121 de acordo com a Lei 12.334. Se o senhor entender pertinente." Presidente  
3122 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "Nós vamos prosseguir, e, no momento, eu  
3123 vou abrir a palavra ao empreendedor, e ele fala somente sobre esse aspecto  
3124 de segurança de barragem, que foi uma preocupação do Conselho, tendo  
3125 em vista o exposto pela Dra. Angélica de que não é atribuição do órgão  
3126 ambiental. A pedido do Dr. Francisco, o empreendedor, a respeito de  
3127 segurança de barragem." Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
3128 Prioritários/SEMAD: "Senhor presidente, eu estou sugerindo que a gente  
3129 termine a apresentação." Angélica Aparecida Sezini/Suppri: "Diante de todo  
3130 esse contexto que eu relatei, a Suppri se posicionou pelo indeferimento dos  
3131 recursos. Nós recebemos também o retorno de vista da APPA e da Ponto  
3132 Terra. São textos idênticos. Conforme foi falado aqui anteriormente, foi feito  
3133 conjuntamente. O Dr. Paulo, inclusive, já fez um resumo sobre os pontos

3134 colocados como questionamento. E novamente voltamos à questão de  
3135 estruturas de segurança de barragem. Mas, antes disso, eu só queria fazer  
3136 uma complementação, que não está aqui na apresentação. Os relatórios  
3137 trouxeram três pontos, sendo o primeiro relativo a controle processual, o  
3138 segundo em relação ao Regimento do Conselho e o terceiro em relação aos  
3139 aspectos de mérito dos recursos. Em relação ao controle processual, os  
3140 conselheiros destacaram irregularidades ou supostas irregularidades nas  
3141 pastas, afirmaram que as pastas não estavam numeradas, não estavam  
3142 paginadas e que não foi disponibilizada uma das pastas para vista. Então,  
3143 somente a título de esclarecimento, todas as pastas do processo estão ali na  
3144 mesa. São 18 pastas. Aqui foi informado que a de número 15 não foi  
3145 disponibilizada. Se os senhores quiserem conferir, a pasta de número 15  
3146 existe. O número a pessoa escreveu manualmente e ficou parecendo 19,  
3147 mas é o número 15. Então, nós temos a pasta 13, onde, inclusive, estão os  
3148 recursos, tem a pasta 14 numerada, a pasta 15, que parece 19, mas não é; a  
3149 16, a 17 e a 18, que é a última pasta. Além dessas, nós temos uma pasta,  
3150 que não está numerada, com vários documentos, mas esses documentos  
3151 são cópias de documentos que estão nos processos, estão nas pastas.  
3152 Então, em todos eles estão indicados as páginas, a pasta em que o original  
3153 foi inserido. Então, apenas para esclarecer essas questões de formalidade,  
3154 se havia alguma irregularidade, elas foram todas sanadas, e nós  
3155 entendemos que não há qualquer questão de nulidade que possa ser  
3156 alegada, porque essa questão não trouxe nenhum prejuízo para a análise do  
3157 processo. O item nº 2 do parecer de vista dos conselheiros vem tratar de  
3158 aspectos relacionados a composição do Conselho, a questão de  
3159 impedimento, a tramitação dos recursos dentro do Conselho. E sobre esse  
3160 item nós entendemos que não devemos nos manifestar, porque não se trata  
3161 de competência da Suppri. Então, nós vamos passar para o item 3, que é  
3162 onde está sendo questionado o mérito dos recursos. Nesse item, novamente,  
3163 tanto a Associação Pró-Pouso Alegre quanto a Organização Ponto Terra  
3164 questionaram a questão de segurança de barragem. Novamente, afirmamos  
3165 que mantemos o entendimento já declarado na CMI e na CNR sobre esse  
3166 tema. Nós acatamos, integralmente, o Parecer da AGE nº 15.911, porque  
3167 estamos vinculados a esse entendimento, de acordo com o artigo 10 do  
3168 Decreto 47.042, e dele nós não podemos nos desvincular. Então, o  
3169 entendimento da Suppri é que essa questão é competência do DNPM e não  
3170 do Estado de Minas Gerais. Em relação à competência fiscalizatória dos  
3171 órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente, nós também vamos ratificar  
3172 aquilo que já falamos anteriormente. A SEMAD tem responsabilidade, sim,  
3173 de fiscalização, mas essa fiscalização se restringe a questões de  
3174 licenciamento, de infrações ambientais, e o parecer da AGE que deu a  
3175 interpretação à norma é muito claro. Quando fala que a Lei Federal 12.334 é  
3176 clara nesse sentido, especifica também aquilo que podemos fazer e aquilo

3177 que não podemos fazer. Além disso, nós verificamos aqui uma outra questão  
3178 que foi discutida pelos senhores conselheiros, que deduziram que, já que o  
3179 Estado de Minas Gerais cobra a taxa de fiscalização de atividades de  
3180 pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, o que  
3181 é previsto na Lei 19.976, de dezembro de 2011. Nós fomos verificar se  
3182 também havia uma vinculação para a cobrança dessas taxas. Então, não  
3183 deixa dúvida, a legislação aponta, especificamente, que a cobrança dessas  
3184 taxas tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, e, em  
3185 sequência, no artigo 3º, o legislador já especificou onde a SEMAD exerce  
3186 esse poder de polícia. Deixou bem claro em quatro alíneas (a, b, c e d) onde  
3187 se aplica o poder de polícia do Estado de Minas Gerais que justifica a  
3188 cobrança dessa taxa que foi colocada pelos conselheiros. Portanto, vê-se  
3189 que a atividade de fiscalização exercida pelo Sistema Estadual de Meio  
3190 Ambiente restringe-se ao disposto no artigo 3º, inciso II, letras a, b, c e d, não  
3191 alcançando, definitivamente, as questões de segurança de barragem, o que  
3192 vai, mais uma vez, em consonância com o parecer da AGE. Em relação ao  
3193 terceiro ponto falado pelos conselheiros, que se trata das alternativas  
3194 locacionais, eu vou passar a palavra para o Daniel, que foi diretor de análise  
3195 técnica quando da concessão da LP, e vai poder explicar para vocês, mais  
3196 detalhadamente, essa questão.” Daniel dos Santos Gonçalves/Suppri: “Boa  
3197 tarde, conselheiros. Daniel, atual diretor de Estratégia em Regularização, na  
3198 época, à frente da Diretoria Técnica da Supram Central. Na verdade, com  
3199 relação à alternativa técnica, eu vou trazer alguns pontos que consideramos  
3200 à época. O primeiro ponto, nós entendemos que os pareceres de cunho  
3201 técnico e jurídico dos analistas ambientais não têm o condão nem  
3202 preocupação em tratar de política pública. Para isso, existe a possibilidade  
3203 de o Estado normatizar e obstar a aplicação de alguns métodos construtivos,  
3204 por exemplo, o modelo proposto na Barragem Maravilhas III. Sendo assim,  
3205 como o Estado obistou o método a montante e não o fez para o método a  
3206 jusante, nós entendemos que a viabilidade, pelo menos preliminar, já foi  
3207 dada de cunho jurídico. Então, no segundo ponto, quando pegamos um  
3208 processo de licenciamento para ser analisado, com a viabilidade jurídica  
3209 preliminar já sendo dada pela norma, nós entendemos que só no caso de  
3210 algumas falhas realmente gritantes durante o processo nós teríamos a  
3211 necessidade de exigência de métodos alternativos. E nas discussões até  
3212 então tidas no decorrer da análise do processo, dos debates, da própria  
3213 existência dos recursos, não vimos nenhuma situação de risco que motive a  
3214 exigência de outra alternativa. E aí é difícil falar em risco, sendo que a  
3215 própria barragem não está construída. Então, no máximo, uma situação de  
3216 perigo. E o terceiro ponto, com relação a esse método de construção  
3217 específico, barragem a jusante, a grande desvantagem talvez está na  
3218 questão, genericamente, de segurança de barragem. E aí voltamos a relatar  
3219 aqui a questão do Parecer 15.911 da AGE, que nos dá subsídios aqui de não

3220 tratar essa questão como um ponto negativo a ser considerado no método,  
3221 na alternativa técnica proposta pelo empreendedor. E aí vemos um  
3222 pouquinho ao contrário, que foi abordado, que teríamos que tratar no  
3223 licenciamento, mas entendemos que não. Como não temos a competência  
3224 fiscalizatória, seria até um contrassenso abordar no licenciamento, sendo  
3225 que não temos o poder de fiscalizar. O quarto ponto, nós achamos  
3226 inadequado tratar os modelos de construção, os métodos, de maneira  
3227 genérica. Então, comparar, cotejar a barragem de Fundão com a barragem  
3228 proposta pelo empreendedor é totalmente desprovido de qualquer  
3229 aprofundamento técnico. Nesse sentido, aqui nós temos uma proposta de  
3230 barragem específica, que não está vedada no plano jurídico, sem falhas  
3231 técnicas visíveis, pelo menos no plano teórico não motiva a exigência de um  
3232 método alternativo. E no parecer nós abordamos, sim, métodos alternativos,  
3233 que foram discutidos com o empreendedor, e, com as ponderações já  
3234 expostas, entendemos pertinente a proposta do empreendedor e ratificamos  
3235 em cima disso.” Maisa Fürst Miranda/Suppri: “Por fim, diante de todas as  
3236 razões expostas aqui, sugerimos o indeferimento dos recursos e a  
3237 manutenção da decisão que concedeu ao empreendimento em discussão a  
3238 Licença Prévia, aprovada por decisão proferida na 96ª reunião da URC Rio  
3239 das Velhas para a pilha de rejeito e estéril, barragem de contenção de  
3240 rejeitos e resíduos, Barragem Maravilhas III, classe 3, do empreendimento da  
3241 Vale. Muito obrigada a todos.” Rodrigo Ribas, superintendente de Projetos  
3242 Prioritários/SEMAD: “Senhor presidente, senhores conselheiros, apenas para  
3243 finalizar, na apresentação do representante do Vale dos Pinhais, recorrente,  
3244 ele disse que tinha 15 pontos a serem discutidos, e os pontos foram todos  
3245 discutidos nos pareceres da equipe técnica e jurídica da Suppri. Mas ele  
3246 também fez afirmações de ter enviado doze condicionantes. Nós queremos,  
3247 então, senhor presidente, assumir o compromisso com este Conselho e com  
3248 o condomínio de que nós vamos fazer a observação das doze  
3249 condicionantes e, havendo aderência ao projeto, em uma eventual discussão  
3250 de LI+LO, nós faremos a inclusão daquelas condicionantes que forem  
3251 pertinentes ao controle ambiental solicitadas pelo Vale dos Pinhais neste dia  
3252 de hoje, aqui no parecer deles.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:  
3253 “Agradecer a manifestação da equipe. Foram brilhantes as colocações,  
3254 principalmente as proposições em relação à parte jurídica. Eu não tenho que  
3255 fazer retoque algum aqui, a meu ver, embora em que pesem algumas  
3256 interpretações diversas. Eu só vou solicitar a manifestação do  
3257 empreendedor, tendo em vista, conforme colocado já pela equipe em relação  
3258 à segurança da barragem, conforme a Lei 12.334, conforme o parecer da  
3259 AGE, conforme o nosso Decreto 47.042, que trata que isso é da competência  
3260 em relação ao DNPM, e que esse parecer da AGE nos vincula, enquanto  
3261 servidores públicos. Eu gostaria só que o empreendedor se manifestasse  
3262 quanto a esse ponto específico, para partirmos para o debate e posterior

votação.” Lucas Brasil/Vale S/A: “Novamente, boa tarde a todos. Esses slides que vão ser apresentados são somente seis slides, no sentido de auxiliar na minha fala e de tangibilizar os processos que eu vou comentar aqui. Então, só para deixar claro como que é feita a sistemática de gestão de segurança e de riscos das barragens da Vale, nós estamos falando sempre de uma sistemática de gestão de rotina, aonde é feito todo o processo de monitoramento e inspeção de estruturas, com a manutenção e melhoria contínua, dado qualquer tipo de detecção de algum ponto dentro da sistemática de manutenção de uma estrutura geotécnica. Isso é o que nós chamamos de gestão de segurança, olhar contínuo, olho treinado sobre a estrutura no sentido de mantê-la dentro dos critérios definidos em projeto. É importante dizer que a gestão de segurança se ampara nos requisitos de projeto. A estrutura de Maravilhas III segue todos os requisitos, tanto os requisitos nacionais, seja da legislação com relação à 13.028, que é a norma brasileira que rege os projetos de barragens de mineração, quanto boas práticas internacionais. Então, é praxe da engenharia, nesse sentido, seguir as boas práticas respeitando, obviamente, a legislação vigente, e esses parâmetros são parâmetros que vêm para gestão de rotina dentro da gestão de segurança. Associado a ele, o braço da gestão de emergência, detectado qualquer evento adverso, a gestão de emergência precisa ser acionada. Isso já foi alvo aqui de discussão com relação ao PAEBM, a prontidão para ação de emergência. Cabe ressaltar, quando falamos de zona de autossalvamento, isso está pacificado muito bem pelo meio técnico internacional. Com relação a zona de risco a jusante, para baixo, de estruturas geotécnicas, com relação à preparação da população na percepção de risco. Suportando esses processos, tendo esse processo de gestão de risco um processo de prognóstico, então, o olhar futuro com relação ao desempenho das estruturas no sentido de realmente validar o desempenho contínuo das mesmas. Para terem uma ideia, hoje nós temos uma gerência específica que tem esse olhar de gestão de risco das nossas estruturas geotécnicas, um corpo técnico específico que, continuamente, olha as nossas estruturas sob o ponto de vista do prognóstico. Dentro desses processos de gestão de segurança, eu queria ressaltar toda a nossa parte de monitoramento e inspeção, os aspectos de manutenção, hoje, inclusive por requisitos legais. Nós precisamos fazer esses registros quinzenalmente, que são inseridos dentro do sistema computacional do DNPM, um requisito que precisa existir e que existe em todas as nossas estruturas geotécnicas. Nós temos um plano de segurança de barragens também que é seguido em todos os seus processos. E dentro do próprio ambiente técnico da empresa nós temos as inspeções cruzadas, que servem justamente para uma equipe técnica de uma determinada mina das nossas operações olhar a estrutura ou as estruturas da equipe de outra mina correlata, e, nesse sentido, ter sempre o olho técnico apurado com relação

3306 ao desempenho das estruturas. Então, só para poder tangibilizar, temos a  
3307 obra de alteamento de Maravilhas II, no sentido de mostrar os controles de  
3308 execução, a drenagem interna sendo executada e o maciço convencional  
3309 com a praça de trabalho sendo executada. O maciço convencional é uma  
3310 estrutura que sobe camada a camada com controle tecnológico, material  
3311 selecionado. Então, não há o que se falar com relação à utilização de  
3312 rejeitos, por exemplo, como material construtivo, associado a essa estrutura.  
3313 Essa associação não existe. E poder também mostrar essa nossa rotina,  
3314 com equipe técnica qualificada. Nós temos as inspeções visuais periódicas,  
3315 os nossos termômetros com relação ao desempenho das estruturas  
3316 associadas ao monitoramento da instrumentação; o monitoramento da saída  
3317 da drenagem interna da estrutura. Então, uma estrutura em aterro  
3318 compactado com sistema de drenagem interna tem a execução do sistema  
3319 de drenagem com o acompanhamento do desempenho dela, a partir da  
3320 avaliação das vazões de saída, então, é esperado, esse monitoramento tem  
3321 que ser feito. E a própria manutenção periódica, como eu havia dito. Nos  
3322 processos de gestão de risco, então, esse é um instrumento de gestão. Esse  
3323 processo é importante, porque ele recebe todas as informações, desde a  
3324 auditoria externa. Hoje, a Vale tem uma governança estabelecida com  
3325 relação aos processos de comunicação de risco, isso sobe para as  
3326 instâncias de liderança da empresa, seja a presidência, seja o conselho de  
3327 administração, dentro do seu painel de gestão de risco. Então, é  
3328 acompanhado por todos os níveis hierárquicos da empresa para tomada de  
3329 decisão com relação à comunicação de risco na manutenção do  
3330 desempenho das estruturas. É importante dizer, ainda dentro da gestão de  
3331 risco, que nós temos um corpo externo qualificado, com um painel  
3332 independente de consultores, que também tem esse olhar. Então, nós  
3333 recebemos também as referências nacionais e internacionais, nesse sentido,  
3334 justamente para nos auxiliar durante o desenvolvimento de todo esse  
3335 processo e a manutenção dos padrões de qualidade. Com relação às  
3336 auditorias externas, então, cabe só dizer que isso é um requisito legal e hoje  
3337 100% das nossas estruturas que tiveram auditoria externa estão com  
3338 estabilidade garantida. Temos um exemplo de Maravilhas II, com todas as  
3339 suas declarações de estabilidade. Por fim, dado o nosso portfólio de  
3340 estruturas geotécnicas, não poderia deixar de existir um sistema  
3341 computacional que suporta todas as nossas ações. Nós estamos falando de  
3342 um universo de mais cem estruturas, nesse sentido, em que temos um  
3343 sistema computacional que nos auxilia com todos os dados de  
3344 monitoramento e inspeção. Isso gera uma sistemática de gestão de rotina. E  
3345 um sistema de prognóstico justamente, como eu disse, associado à gestão  
3346 de risco, que nos leva a esse prognóstico de tomada de decisão no sentido  
3347 de ter continuamente o desempenho garantido das nossas estruturas. Esses  
3348 sistemas computacionais estão em operação, e é importante dizer que, para

3349 a estrutura de Maravilhas III, são sistemas que serão utilizados, obviamente,  
3350 nessa estrutura. Dois outros pontos que eu queria aproveitar para poder  
3351 dizer com relação à parte de monitoramento, a Vale hoje está com um  
3352 movimento forte com relação a automatização do seu sistema de  
3353 monitoramento. Então, todo o sistema de monitoramento geotécnico da Vale  
3354 está caminhando em desenvolvimento para automação. Então, Maravilhas  
3355 III, nesse sentido, é uma estrutura que tem a previsão realmente de nascer  
3356 com o sistema de monitoramento geotécnico automatizado. E, além disso,  
3357 também o sistema de monitoramento com vídeo, monitoramento no sentido  
3358 de trazer mais essa informação sob o ponto de vista da gestão de rotina. É  
3359 isso que eu queria agregar. Obrigado.” Isabel Roquete/Vale S/A: “Ainda no  
3360 contexto de segurança de barragem, a Vale aqui, por meio da minha fala,  
3361 está se comprometendo a acatar a recomendação do DNPM, quando da  
3362 CMI, para instalar um escritório administrativo de apoio operacional a jusante  
3363 da barragem para dar conforto à garantia da segurança dessa barragem.”  
3364 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço. Essa manifestação da  
3365 empresa foi solicitada na Câmara Minerária, porque alguns dos escritórios –  
3366 não podemos falar de todas as estruturas –, principalmente onde fica a  
3367 gerência, que fiquem a jusante da barragem, e no caso de rompimento eles  
3368 vão ser os primeiros afetados. Então, é interessante esse compromisso que  
3369 a empresa tem neste momento, caso seja deferida a licença aqui. São  
3370 importantes os esclarecimentos pela empresa, que foi uma dúvida constante  
3371 aqui, pelo menos nos relatos tanto de vista quanto nas manifestações  
3372 contrárias à empresa. Então, vamos iniciar os debates. A palavra está  
3373 aberta, senhores conselheiros.” Conselheira Virgínia Campos de Oliveira:  
3374 “Eu queria saber se eu posso pedir mais alguns esclarecimentos. Eu tinha  
3375 duas dúvidas, e uma foi esclarecida com a apresentação, que foi com  
3376 relação a instrumentação e ao monitoramento relacionado à estrutura. Então,  
3377 isso já ficou esclarecido com a apresentação feita pela empresa. Mas eu  
3378 gostaria de ter um pouco mais de informação sobre o plano de ação de  
3379 emergência, porque ele é uma exigência, se não me engano, de 2015, uma  
3380 coisa recente nos critérios construtivos, nos critérios da política de segurança  
3381 de barragem. Então, eu queria saber um pouco mais da empresa sobre esse  
3382 plano, por ele ser recente, como a empresa está lidando com essas  
3383 questões, em que pé se encontra esse plano de emergência. Porque  
3384 envolve, inclusive, o Estado, envolve o pessoal de município, Defesa Civil.  
3385 Então, como está esse diálogo com a empresa em relação a esses outros  
3386 agentes que fazem parte desse plano.” Conselheiro Paulo José de Oliveira:  
3387 “Em relação à questão da colocação da influência do DNPM nesse processo,  
3388 seria interessante constar e a gente ouvir também a palavra de alguém que  
3389 representa o DNPM aqui nessa situação, até para gerar uma certa  
3390 segurança para nós também. Eu não sei como se daria isso, mas eu coloco  
3391 isso para ser analisado. Porque, se não é o Estado, se é o DNPM, então, o

3392 DNPM teria que estar também presente para estar emitindo sua posição aqui  
3393 em relação a esse processo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “O  
3394 DNPM não faz parte da Câmara Normativa e Recursal, mas faz parte da  
3395 CMI. Então, houve manifestação da CMI aqui, de acordo com a nossa  
3396 manifestação, coadunando com o que nós posicionamos aqui. Eu não sei se  
3397 tem alguém do DNPM aqui neste momento para informar, mas, se pegarmos  
3398 a ata da CMI – eu estive assessorando essa reunião –, ele está de acordo,  
3399 até mesmo porque a norma não trata diferente. Eles entendem, sim, que a  
3400 segurança de barragem é competência deles. Então, não tem dúvida alguma  
3401 em relação a esse aspecto.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu  
3402 queria falar com meus colegas conselheiros e conselheiras. Eu quero  
3403 comentar, rapidamente, sem entrar em muita discussão da questão  
3404 processual, se foi entregue, a página 19, a página 15. Foi considerado isso, o  
3405 15 não parecia 15. Ficou claro isso. E a entrega é feita muito informal.  
3406 Quando fazemos as coisas, senhor presidente, nós queremos também  
3407 ajudar tanto a SEMAD quanto o conhecimento dos conselheiros e o próprio  
3408 empreendedor. Não estamos fazendo a crítica pela crítica. Eu poderia  
3409 comentar, por exemplo, a questão da distância que tem que correr, em 30  
3410 minutos, 10 km, na questão do autossalvamento. Tem que ser um  
3411 maratonista, um velocista. Eu quero comentar para as pessoas sentirem, nós  
3412 também pensamos. Eu quero fazer uma única pergunta ao empreendedor,  
3413 espero que ele compreenda o nosso papel. É em relação ao escrito da  
3414 conselheira Adriana Alves Pereira Wilken, do Cefet, que apontou  
3415 responsabilidades que a própria empresa colocou aqui. Foi apontado um  
3416 especialista, mas não foi apontada a qualificação dele. Eu queria perguntar,  
3417 então, quem é a pessoa responsável, especialista ou não da Vale, da  
3418 empresa, se tem a comentar sobre o parecer da conselheira Adriana Alves  
3419 Pereira Wilken.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Sem sombra de  
3420 dúvida, conselheiro, a SEMAD tem plena consciência da contribuição dos  
3421 senhores. Eu havia comentado como o nosso trabalho tem melhorado com  
3422 as críticas. Eu acho que o caminho é esse mesmo, da dialética, nós estamos  
3423 construindo situações melhores, até porque quanto mais cabeças pensam  
3424 melhor sai o trabalho. Não temos dúvida alguma em relação a esse  
3425 posicionamento. Eu vou só solicitar que a empresa anote todos os  
3426 questionamentos e faça uma vez só.” Conselheiro Francisco Chaves  
3427 Generoso: “Como os senhores sabem, o Ministério Público figura como  
3428 recorrente. Portanto, nós, obviamente, não exerceremos o direito de voto.  
3429 Mas eu gostaria de ponderar algumas questões também de ordem geral. A  
3430 primeira delas é que na 106ª reunião desta Câmara, conforme ata que foi  
3431 aprovada no dia de hoje, o Ministério Público reivindicou que as Licenças de  
3432 Instalação e de Operação não fossem pautadas antes do esgotamento das  
3433 vias administrativas relativas à Licença Prévia. Ainda assim, essa  
3434 deliberação de LI e LO encontra-se pautada para segunda-feira, às 9h da



3435 manhã. A outra questão que eu queria ponderar – eu já tive oportunidade de  
3436 falar sobre isso na reunião da Câmara de Mineração, na qual o Ministério  
3437 Público não tem assento, mas nos inscrevemos para tecer essa  
3438 consideração – diz respeito à competência do Estado de Minas Gerais para  
3439 fiscalização de barragens. Nos causou muita estranheza esse  
3440 posicionamento **do Estado de Minas Gerais**, na medida em que, como já foi  
3441 reconhecido pela própria equipe técnica, o Estado de Minas Gerais instituiu,  
3442 no seu território, um tributo, uma taxa de fiscalização, Taxa de Controle,  
3443 Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra,  
3444 Exploração e Aproveitamento **de recursos minerários**, a TFRM, que tem  
3445 como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou seja, atividade  
3446 fiscalizatória, em relação a outras, além de lavra. E o que se caracteriza por  
3447 lavra? Esse é um conceito que está no Código de Mineração. ‘Conjunto de  
3448 operações que objetivam o aproveitamento da jazida desde a extração até o  
3449 beneficiamento’. Beneficiamento, obviamente, é uma atividade correlata a  
3450 barragem de rejeitos, e todos sabem disso. Então, é inacreditável que o  
3451 Estado de Minas Gerais alegue não ter competência para fiscalização de  
3452 barragens de rejeitos, quando ele mesmo tributa essa atividade DO exercício  
3453 do poder de polícia. Além disso, a Lei Complementar 140, que é de 2011,  
3454 portanto, posterior à Lei de Barragens, que é de 2010, estabelece,  
3455 categoricamente, no seu artigo 8º, inciso XIII, que são ações administrativas  
3456 do Estado exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos  
3457 cuja atribuição para licenciar ou autorizar ambientalmente for cometida aos  
3458 Estados. A Lei Complementar 140, posterior à Lei de Barragens, incumbe ao  
3459 Estado de Minas Gerais ou obriga a fiscalizar as atividades que ele próprio  
3460 regulariza. É óbvio que nós estamos tratando hoje de uma estrutura que  
3461 ainda não existe. Se ela ainda não existe, ela não pode ser fiscalizada, mas  
3462 pode ser regularizada ou licenciada. E quem tem atribuição para fazer isso é  
3463 o Estado de Minas Gerais. Até lá, a questão atinente a segurança de  
3464 barragem vai ser tratada por quem? Eu reafirmo o posicionamento que já  
3465 externei anteriormente, no sentido de ~~que é um~~ **que esse** posicionamento **do**  
3466 **Estado de Minas Gerais** jurídico que não tem qualquer base constitucional,  
3467 inclusive em relação às competências estabelecidas aos entes federados.  
3468 Mas, enfim, mais inacreditável ainda é o Estado de Minas Gerais, o qual  
3469 sediou uma das maiores tragédias ambientais do mundo, continuar  
3470 licenciando barragem de rejeito à revelia dos postulados de viabilidade,  
3471 dentre os quais as alternativas tecnológicas e as alternativas locacionais que  
3472 não coloquem em risco população a jusante, inclusive aquela situada em  
3473 zona de autossalvamento; mananciais para captação de água para  
3474 abastecimento público etc. Eu trago um dado para reflexão dos senhores.  
3475 Uma auditoria do Tribunal de Contas, um acórdão de 2014, Acórdão  
3476 1979/2014, concluiu que, dos 20.690 detentores de títulos minerários, 15.305  
3477 deixaram de recolher a Cefem. Ou seja, 73% dos detentores de títulos

3478 minerários deixaram de recolher a Cefem. Eu só estou dizendo isso para que  
3479 os senhores façam o cotejo entre os benefícios, os prós e contras  
3480 econômicos etc. Além disso, essa barragem de rejeitos Maravilhas III tem  
3481 previsão de servir ao empreendedor por seis anos, quando na verdade o  
3482 empreendimento que gerará os rejeitos que nela serão dispostos tem  
3483 previsão de existência até 2050. Eu pergunto aos senhores: de 2020 e  
3484 poucos até 2050, quais serão as alternativas? Isso é atestar a viabilidade  
3485 ambiental de um empreendimento? Seis anos para deixar um legado  
3486 praticamente eterno à população? Não a nós, mas a nossos filhos, netos etc.  
3487 Não se trata de inviabilizar a atividade econômica, existem, sim, alternativas  
3488 tecnológicas, que devem ser consideradas, e o órgão ambiental não pode se  
3489 limitar a cancelar a alternativa apresentada pelo empreendedor, que cuida,  
3490 sim, ou prioriza ou privilegia, sim, a variável econômica. A argumentação que  
3491 foi apresentada pelo órgão ambiental disse: o empreendedor tem experiência  
3492 nesse tipo de disposição de rejeito, além do que trata-se da alternativa de  
3493 menor custo. Informou-se por que não foi escolhida, por exemplo, uma  
3494 alternativa que não geraria risco a perdas de vidas humanas? E eu gostaria  
3495 de lembrar aos senhores que a barragem de rejeito de Fundão possuía 50  
3496 milhões m<sup>3</sup> de rejeitos, e vazaram aproximadamente 34 milhões m<sup>3</sup>. Essa é  
3497 uma barragem projetada para comportar mais de 100 milhões m<sup>3</sup> de rejeitos.  
3498 A comunidade de Bento Rodrigues se situava a 6 km da barragem de  
3499 Fundão, onde vidas foram ceifadas, e o aniversário de dois anos dessa  
3500 tragédia se aproxima. Nesse caso, nós temos população situada a muito  
3501 menos de 1 km. Eu pergunto aos senhores: isso é atestar viabilidade  
3502 ambiental de um empreendimento? Além do que foram mencionados no  
3503 recurso riscos geológicos que não foram descartados ou cujo descarte não  
3504 foi cancelado pelo poder público. Não se trata, ao contrário do que o nobre  
3505 colega mencionou – com todo respeito eu digo isso –, de não haver previsão  
3506 legal no sentido de que não pode ser exigida a melhor tecnologia disponível  
3507 do empreendedor. Não só existe previsão legal, como existe previsão  
3508 constitucional. Eu vou provar para os senhores. O artigo 225 da Constituição,  
3509 que disciplina ou prevê que todos nós temos ‘direito ao meio ambiente  
3510 ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia  
3511 qualidade de vida, incumbindo ao poder público e à sociedade o dever de  
3512 defendê-lo e preservá-lo para as presentes e para as futuras gerações’. Esse  
3513 é um direito fundamental, humano, histórico, corolário do direito à vida, e  
3514 mais, não só da vida enquanto existência, da vida enquanto existência digna,  
3515 do princípio da dignidade da pessoa humana. E esse mesmo artigo 225 diz  
3516 que, para assegurar esse direito fundamental, constitucional, corolário do  
3517 direito à vida, incumbe ao poder público fazer o quê? E eu estou dizendo da  
3518 maior norma ou da lei maior do nosso país. ‘Incumbe ao poder público  
3519 controlar ~~norma constitucional~~ (norma constitucional), a produção, a  
3520 comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que

3521 comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente’. Se isso  
3522 não for o suficiente para que alternativas técnicas sejam melhor aferidas a  
3523 partir de um processo de licença **licenciamento** ambiental robusto e que  
3524 exaure, sim, todas as possibilidades; E se esse processo de licenciamento  
3525 ambiental não exaurir todas essas possibilidades técnicas e tecnológicas,  
3526 não exaurir todas as possibilidades locacionais, de forma a não se trazer  
3527 risco para 48% da população da região metropolitana de Belo Horizonte – é  
3528 a captação de água de Bela Fama, da Copasa. Ninguém acreditava que,  
3529 quando a barragem de rejeitos da Samarco rompeu, aquela lama alcançaria  
3530 o oceano Atlântico. Agora, os senhores acham que uma barragem de rejeito  
3531 que conterà mais de 100 milhões m<sup>3</sup> não atingirá Bela Fama, quando ela  
3532 está situada em Itabirito? E aí, possivelmente, vários aqui presentes  
3533 padecerão da falta d’água em sua residência e vivenciarão praticamente  
3534 aquela guerra civil que nós assistimos na televisão que ocorreu em  
3535 Governador Valadares, por exemplo, que dista a centenas de quilômetros do  
3536 local onde ocorreu o rompimento. Portanto, senhores conselheiros, as  
3537 providências e o que o Ministério Público está externando aqui já foram  
3538 externados. Isso é uma visão institucional, não é uma visão pessoal. É uma  
3539 visão institucional que o Ministério Público está externando aqui e que ficou  
3540 externada quando nós comentamos a apresentação de um projeto de lei de  
3541 iniciativa popular que contém normas para assegurar e garantir mais  
3542 tranquilidade à população. Vem sendo externado pelos colegas por meio das  
3543 providências extrajudiciais e judiciais que estão sendo manejadas. Cabe ao  
3544 Ministério Público, nesta oportunidade, enquanto recorrente, dizer aos  
3545 senhores que os senhores escreverão o nome na história positiva ou  
3546 negativamente. Diante disso e diante do exposto, com o perdão do tempo, o  
3547 Ministério Público requer o provimento a esse recurso a fim de que essa  
3548 Licença Prévia seja cassada. Muito obrigado.” Lucas Brasil/Vale S/A:  
3549 “Primeiro, respondendo e complementando aqui algumas questões já ditas,  
3550 como o pedido da conselheira Virgínia, com relação aos processos que estão  
3551 sendo estabelecidos com a Defesa Civil. Nós temos feito várias interações  
3552 tanto com a Defesa Civil dos municípios de Nova Lima e Itabirito. E eu falo,  
3553 especificamente, desse processo que está localizado na Mina do Pico. Nós  
3554 tivemos a oportunidade de fazer todo o processo de acompanhamento do  
3555 cadastro da comunidade com a Defesa Civil desses dois municípios,  
3556 acompanhando esse processo. A própria Defesa Civil do Estado tem  
3557 acompanhado todo esse processo sistemático de identificação das ações  
3558 necessárias para operacionalização das ações de emergência. Nós tivemos  
3559 a oportunidade de fazer já dois fóruns de capacitação técnica para todos os  
3560 municípios onde a Vale tem operação. Obviamente, Nova Lima e Itabirito  
3561 estão contempladas nesse processo. Essas duas câmaras técnicas  
3562 aconteceram em setembro do ano passado e em junho deste ano, e foram  
3563 importantes justamente para poder trazer essas falas de gestão de risco,

3564 percepção de risco, autoproteção, que é realmente a fala da Defesa Civil  
3565 com relação a todos os aspectos envolvidos e associados a emergência que  
3566 a população possa sofrer nesse sentido. Tivemos a oportunidade de fazer,  
3567 no caso específico, então, nas operações de Pico, onde Maravilhas III está  
3568 inserida, os testes da sirene. Novamente, todo esse processo acompanhado  
3569 pela Defesa Civil, nesse sentido, tanto a Defesa Civil dos dois municípios  
3570 quanto a Defesa Civil Estadual. Nós tivemos 16 membros da Defesa Civil  
3571 nessas duas esferas participando desse processo. É um processo contínuo,  
3572 que não termina aí. Ano que vem, a Vale vai fazer vários fóruns de  
3573 capacitação nos municípios onde ela tem as suas operações nesse sentido,  
3574 trazendo uma fala para a comunidade de forma transparente e consistente  
3575 com relação à gestão de risco e autoproteção, envolvendo todas as  
3576 comunidades. Se eu tiver oportunidade de comentar algumas questões com  
3577 relação a esse tempo de chegada, é importante também. Não é possível  
3578 utilizar meramente uma formulação da física clássica de movimento linear.  
3579 Nós estamos falando realmente de um processo físico em que as equações  
3580 matemáticas que são utilizadas são equações complexas. Nós temos que  
3581 contabilizar uma série de processos. Então, não é simplesmente pegar a  
3582 velocidade média da onda de inundação pela distância e aplicar uma fórmula  
3583 que a gente aprende no segundo grau para justamente calcular tempo de  
3584 chegada nesse sentido. A despeito disso e tão importante quanto é o  
3585 aspecto justamente de preparação com relação às comunicações, como é  
3586 feito em todos os fóruns com relação a prontidão da população para uma  
3587 saída eficaz e uma evacuação da zona de risco. Então, é um compromisso  
3588 da Vale, nesse sentido, dentro do seu plano de emergência, fazer as  
3589 comunicações trazendo antecedência para, obviamente, trazer efetividade  
3590 nessa zona de risco, que a legislação nacional denominou trazendo um  
3591 quesito português como zona de autossalvamento. Então, é importante  
3592 deixar muito claro que esse tempo realmente não pode ser contabilizado  
3593 dessa forma. Para terem uma ideia, uma estrutura convencional, que  
3594 também a área técnica já pacificou, inclusive com testes físicos e modelos  
3595 reduzidos, com relação ao tempo de formação de brecha, não é  
3596 contabilizado nesse processo e precisa ser dito: o tempo de formação de  
3597 brecha de estruturas compactadas podem durar várias horas ou dias com  
3598 relação a esse processo. Uma estrutura em aterro compactado é uma  
3599 estrutura que avisa, então, tem previsibilidade com relação a qualquer baixa  
3600 de desempenho que possa surgir. É importante dizer com relação a esse  
3601 processo. Se me permitir, mais dois pontos, rapidamente. Com relação à  
3602 questão de sismos, novamente deixando claro, essa é uma estrutura em  
3603 aterro compactado, e estruturas em aterro compactado são implantadas em  
3604 regiões sísmicas. Então, poderíamos citar Chile, a região da Califórnia e  
3605 vários exemplos com relação à implantação de estruturas em aterro  
3606 compactado. Essa é uma estrutura que já foi testada com relação à análise

de estabilidade, que denominamos como análise de estabilidade dinâmica, como foi dito aqui, incorporando essa característica, justamente para poder validar os parâmetros de projeto nesse sentido. E o último ponto para poder deixar claro é com relação às tratativas dos danos na escala de bacia. Está sendo feita uma série de reuniões com a Copasa e demais agentes envolvidos nesse sentido, a própria Defesa Civil, justamente para que se traga informação para o plano de resposta caso esse cenário de risco venha a se materializar, justamente trazendo preparação para todos os envolvidos e amadurecendo o processo. Essas tratativas realizadas com a Copasa culminaram na criação de um Grupo de Trabalho. A Vale compõe esse Grupo de Trabalho justamente para poder trazer essas informações e, tecnicamente, discutir a construção desse plano de resposta.” Conselheiro Flávio Túlio de Matos Cerqueira Gomes: “Eu gostaria de fazer um questionamento à equipe da Supram em relação ao processo de licenciamento, na fase de análise, que subsidiou a Licença Prévia. Se o eventual rompimento da barragem foi considerado como provável impacto em decorrência da instalação do empreendimento. Se vocês consideraram que isso foi satisfatoriamente abordado no EIA. E também com relação à alternativa locacional, a mesma pergunta. Eu sei que isso já está no parecer, mas eu gostaria de ouvir aqui agora da equipe para dizer como foram essa análise, as vistorias etc.” Daniel dos Santos Gonçalves/Suppri: “Foi, inclusive, objeto de informação complementar, à época, essa questão do dam break. Então, foi contemplado no parecer. Na época, foi abordada a questão de segurança. Naquela época, não tínhamos um parecer, por exemplo, da AGE, e quisemos abordar por ter sido após também ao rompimento da barragem de Fundão. Com relação à alternativa locacional, também. Com relação à alternativa locacional, a grande questão é sempre o distanciamento, não temos base legal de consideração de qual é a distância aceitável. Envolve desapropriação de residências. Então, tratar isso no parecer tem grande dificuldade pela falta de supedâneo legal para termos como critério. Mas foi considerado, sim, nós pedir informação e, na época, tratamos do assunto.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Só considerações breves e nem acho que são dúvidas, mas uma observação. Inclusive, não é a minha área de atuação. Eu penso que observo de uma posição bastante imparcial. E uma coisa que eu consigo enxergar nesse processo, que me chama atenção, é que há um aprendizado em relação à questão de Mariana. Eu vejo uma barragem de alteamento de jusante, não a barragem de alteamento de montante sendo proposta. Eu vejo e acredito e gostaria de cobrar a empresa nesse sentido que há um aprendizado no sistema de monitoramento, controle e garantia da estabilidade dessa barragem. Então, pelo que vem apresentado, eu penso votar acreditando nisso. E espero que a empresa tenha a responsabilidade com isso, pelo voto de confiança que alguns conselheiros darão a ela, como deram na Câmara

de Mineração. Um comparativo nessa questão da estrutura de barragem, a minha área que é mais da construção – eu sou engenheiro também –, quando a gente aprova um projeto arquitetônico, o órgão pergunta se tem projeto estrutural, mas ele não avalia o projeto estrutural. Aqui eu penso que é semelhante. Nós sabemos que há um projeto de estrutura da barragem, feito por responsável técnico e com todo um credenciamento que isso contém. Mas, a partir do momento que este Conselho passasse a fazer esse tipo de avaliação, eu me retiraria dele na mesma hora, porque eu sei que isso é extremamente difícil e muito técnico. Eu não teria nenhum conforto em fazer esse tipo de análise. É gente muito especializada e muito competente para mexer com isso. Nesse sentido, eu acho que, de fato, a coisa está bem posta, em condição de voltar, mas eram essas considerações.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço as considerações. Como o conselheiro falou, as colocações já foram todas relatadas. Eu vou colocar em votação, então, o item 6.1 da pauta, Vale S/A, Barragem Maravilhas III, Barragem de contenção de rejeitos/resíduos e pilhas de rejeito/estéril. Itabirito/MG. PA 00211/1991/058/2011, DNPM 930593/1988. Os conselheiros que estiverem de acordo com o parecer da Suppri, que é pelo indeferimento dos recursos, permaneçam como estão. Os votos contrários, por favor, se manifestem. Um, dois, três, quatro. Aprovado, com abstenção do Ministério Público. Quatro votos contrários, uma abstenção, do Ministério Público. Os contrários, por favor, se manifestem de forma breve.” Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Senhor presidente, só esclarecer que a abstenção se dá em razão do fato de o Ministério Público ser recorrente, não pode julgar aquilo que ele próprio postulou.” Conselheiro Marcelo Ribeiro Pereira: “O nosso voto é a favor do provimento do recurso contra a aprovação da LP baseado de que, nos estudos de alternativa técnica locacional, o empreendedor só apresentou, em resumo, uma alternativa locacional, pois as possibilidades de Arêdes I e II, associadas a Maravilhas III e o empilhamento drenado, que assim estava no estudo original, estavam situadas na mesma bacia hidrográfica. Considerando as alternativas tecnológicas, não há o devido aprofundamento nas análises de impacto ambiental apresentadas no estudo de alternativas tecnológicas e locais. Além disso, o empilhamento drenado, associado à Barragem Maravilhas III, foi a alternativa escolhida no estudo original de alternativas tecnológicas e locais. Tanto que na explanação da Suppri a própria Suppri se limitou a dizer que essa alternativa apresentada pela empresa foi satisfatória, uma vez que, no nosso entendimento, isso demonstra a necessidade que havia de um maior aprofundamento e evidencia que não teve esse aprofundamento devido. Nesse sentido, nós entendemos que essa opção tecnológica e locacional se pautou muito, talvez unicamente, na viabilidade econômica e não na ambiental e social. Assim, a implantação dessa barragem como a única forma de deposição de rejeito, no nosso entendimento, não é razoável.



E, infelizmente, enquanto o órgão licenciador não provocar o empreendedor a adotar novas tecnologias para deposição de rejeito e aplicação dessas tecnologias, elas serão, como sempre foram, aquém da necessidade socioambiental. Esse é o nosso posicionamento.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Mantendo nossa posição já apresentada no parecer de vista, corroborando e, inclusive, reforçando o que colocou o representante do Ministério Público.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Eu teria n razões para tomar essa posição a favor dos três recursos, mas vou falar só duas. Primeiro, porque nós representamos aqui a sociedade civil. Há dois requerimentos da sociedade civil e do Ministério Público, que talvez as pessoas não conheçam bem, que o papel do Ministério Público é defender a sociedade, defensor da sociedade. E mais: as ONGs também trocaram ideia, trocaram informações. Eu chamaria de fórum de ONGs, nesse sentido. E também uma questão técnica. Aí, eu falo como engenheiro, professor que fui durante anos e anos. O parecer da Universidade Federal de Viçosa vem corroborar com isso. O parecer da professora Adriana, do Cefet, deixou muito claro que teriam três opções, e a escolhida não foi a melhor opção. Por isso o nosso voto favorável ao provimento aos três recursos.” Conselheira Lucilene Aparecida da Silva: “Nós também já tínhamos um parecer, um posicionamento nesse sentido, e também diante do exposto aqui hoje não convenceu. Inclusive, teve uma fala que me assustou muito, de um representante da Vale falar que o Brasil tem um clima muito diferenciado dos outros lugares do mundo, que não garantiria a estabilidade da barragem. Então, eu acho que foi até uma fala confessa de que eles não têm segurança, realmente, do que pode vir a acontecer. O fator climático. Isso foi falado aqui. Eu até questionei pessoas do meu lado: ‘Eu ouvi isso mesmo?’ Então, foi falado isso aqui com todas as letras, que não se pode ter nenhuma garantia, devido aos fatores climáticos do Brasil em relação ao mundo, a outros países. Que em outros países teria essa estabilidade, mas que aqui não é possível.”

**7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais. Itambé. Laticínio. Pará de Minas/MG. PA 00117/1991/009/2005. Auto de Infração nº 003168/2005. Apresentação: Procuradoria Jurídica da FEAM.** Processo retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Adriano Nascimento Manetta e vista conjunta solicitada pelos conselheiros Carlos Alberto Santos Oliveira, Marcelo Ribeiro Pereira e Gustavo Henrique Wykrota Tostes.

**8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

### **APROVAÇÃO DA ATA**

3736

3737

3738

---

**Yuri Rafael de Oliveira Trovão**  
**Presidente suplente da Câmara Normativa e Recursal**